UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI

DECIS - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

MONOGRAFIA EM HISTÓRIA

THIAGO HENRIQUE CARVALHO DAVIN

O "FRONT INTERNO" SÃO-JOANENSE DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)

SÃO JOÃO DEL REI

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI

THIAGO HENRIQUE CARVALHO DAVIN

O "FRONT INTERNO" SÃO-JOANENSE DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945).

Monografia apresentada para obtenção de créditos da disciplina de Monografia II do curso de História da Universidade Federal de São João Del-Rei.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Ferreira de Andrade

SÃO JOÃO DEL REI

2017

RESUMO

A presente monografia propõe estudar o impacto socioeconômico e político que a Segunda Guerra Mundial promoveu na cidade de São João Del Rei. Nesse sentido, a pesquisa girará em torno de quatro pilares. Inicialmente será tratado sobre a mobilização sociopolítica da população são-joanense, investigando a promoção de manifestações e comícios em prol da entrada do Brasil na guerra. Em um segundo momento será tratado sobre a função/manipulação da imprensa e da mídia durante o Estado Novo, destacando-se a imprensa, o cinema e a radiofonia. Em terceiro âmbito será discutido como se deu o processo de nacionalização e repressão dos imigrantes da cidade são-joanense, através da análise do jornal "Diário do Comércio". No quarto espectro será tratado sobre impacto socioeconômico da guerra sobre o Brasil, após os afundamentos de navios mercantes na costa litorânea brasileira, que ocasionaram em privação de gêneros alimentícios e outros produtos, após 1942.

PALAVRAS-CHAVE: São João Del Rei**;** Imigrantes; Segunda Guerra Mundial; Imprensa.

ABSTRACT

This monograph proposes to study the socioeconomic and political impact that the World War II promoted in the city of São João Del Rei. In this sense, the research will revolve around four pillars. Initially, it will be discussed about the socio-political mobilization of the population of São João del Rei, investigating the promotion of demonstrations and rallies in favor of Brazil's entry into the war. In a second moment will be dealt with on the function / manipulation of the press and the media during “Estado Novo”, especially the press, movie theater and radio. In the third area, it will be discussed the process of nationalization and repression of the immigrants of the city of São João del Rei, through the analysis of the newspaper "Diário do Comércio". In the fourth spectrum will be discussed on the socioeconomic impact of the war on Brazil, after the sinking of merchant ships in the Brazilian coast, which led to the deprivation of food and other products after 1942.

KEYWORDS: São João Del Rei; Immigrants; World War II; Press.

ÍNDICE

- Introdução 04
- **Capítulo 1: O envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial** 08

1.1. Conferências pan-americanas, diplomacia ambígua e estreitamento dos laços com os Estados Unidos da América (1933-1942) 08

1.2. Do rompimento das relações diplomáticas à declaração de guerra aos países do "Eixo" 14

1.3. Mobilizações sociopolíticas em São João Del Rei 21

1.4. Pressões democráticas e abertura política 25

- **Capítulo 2: A imprensa e a mídia no Estado Novo** 29

2.1. Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) 29

2.2. Cinema 30

2.3. Cine Capitólio: exaltação ao Estado Novo e exibições de filmes de guerra 31

2. 4. Imprensa 32

2. 5. Noticiário são-joanense 33

2. 6. Radiofonia 36

- **Capítulo 3: O processo de nacionalização e perseguição de imigrantes** 38

3.1. Perseguição aos "quinta-colunas" oriundos de países do "Eixo"..... 40

3.2. "Perseguição" de imigrantes em São João Del Rei 44

- **Capítulo 4: Situação socioeconômica brasileira (1935-1945)** 52

4.1. Brasil de Vargas: um país de contrates 52

4.2. Desenvolvimento econômico e industrial durante a década de 1930: disputa estratégica mercadológica pela Alemanha, Itália e Estados Unidos 53

4.3. CSN e "dominação" do mercado econômico brasileiro pelos EUA 57

4.4. Afundamentos e mobilização econômica 58

4.5. O "esforço de guerra" e a "batalha da produção" 62

4.6. "Batalha da produção" e racionamento em São João Del Rei 65

- Conclusão 73
- Anexo 76
- Fontes e Bibliografia 77

INTRODUÇÃO

A temática desta pesquisa, vinculada ao domínio da História do tempo presente[1] e do cotidiano[2] , abordará o impacto socioeconômico e político que a guerra promoveu na cidade de São João Del Rei.

Inicialmente será tratado sobre a mobilização sociopolítica da população são-joanense, investigando a promoção de manifestações em prol da entrada do Brasil na guerra. Em um segundo momento será tratado sobre a função/manipulação da imprensa e da mídia durante o Estado Novo. Em terceiro âmbito será discutido como se deu o processo de nacionalização e repressão dos imigrantes da cidade são-joanense, através da análise do jornal "Diário do Comércio". No quarto espectro será tratado sobre impacto socioeconômico da guerra sobre o Brasil, após os afundamentos de navios mercantes na costa litorânea brasileira, que ocasionaram em privação de gêneros alimentícios e outros produtos, após 1942. A análise desses quatro aspectos, sob uma perspectiva macro, situa-se no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

No decorrer da pesquisa serão abordados tópicos como a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial; acordos internacionais brasileiros; o afundamento de embarcações; a criação e atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda; manifestações políticas em determinadas cidades brasileiras; a nacionalização e

[1] A História do Tempo Presente foi aceita como disciplina e teve reconhecimento universitário graças ao contexto particular das últimas décadas do século XX, na qual as lembranças das crises do século, como o nazismo, a Segunda Guerra Mundial, o genocídio, assim como as guerras coloniais, e a questão do comunismo, ganharam um peso maior na consciência coletiva. As discussões acerca da gestão e uso do passado remetem a mudança na própria percepção do tempo e do espaço, que afetam a percepção do presente, do futuro e do passado. Ou seja, "o passado não é mais algo 'acabado', mas uma matéria sobre a qual se pode agir, da mesma maneira como se age sobre o presente: isso explica a importância da memória, e o fato de que o passado se enfraquece nesse registro muito mais do em 'termos de história', já que a memória sendo a presença do passado, *a priori*, é possível agir sobre ela, enquanto é absurdo querer mudar o passado". ROUSSO, 2007, p. 284. Deste modo, o Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) foi criado, na década de 1970, para desenvolver uma história contemporânea e problematizar as pesquisas rigidamente conclusivas ou demasiadamente "oficiais" sobre a última grande guerra. ROUSSO, Henry. *A história do tempo presente, vinte anos depois.* In: PORTO Jr., Gilson (org.). **História do tempo presente**. Bauru, SP: EDUSC, 2007, p. 277-296.

[2] A oposição entre vida pública e vida privada é datada do século XVIII, na qual emergiu no Ocidente uma "vida privada", ligada a instauração de relações de produção capitalista, que levou a separação dos espaços de produção e condições materiais de vida, daqueles espaços de reprodução da existência. Para determinados historiadores da *École des Annales*, o cotidiano e o estudo da vida privada são uma maneira de abordar a história econômica e social. Ou seja, para o grupo, "a história do cotidiano deve fazer-se através do estudo do habitual, mas de um habitual imbricado na análise dos equilíbrios econômicos e sociais que subjazem às decisões e aos conflitos políticos". DEL PRIORE, 1997, p. 266. A história não é produto apenas dos grandes acontecimentos, pois ela se constrói no dia-a-dia de discretos atores. Resta ao historiador analisar as relações entre cotidiano e história, ou seja, "recuperar os laços entre o social e o individual, o social e o histórico". Idem. DEL PRIORE, Mary. *História do cotidiano e da vida privada.* In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 260-274.

perseguição de imigrantes e seus descendentes de países pertencentes ao "Eixo"; a situação socioeconômica brasileira, como o racionamento e "esforço de guerra"[3].

Visando obter informações sobre o cotidiano político e socioeconômico são-joanense, serão utilizadas fontes como o periódico são-joanense "Diário do Comércio"; obras historiográficas, relatos e memórias de veteranos.

Tendo em vista que os jornais intervêm na constituição da opinião pública e do imaginário social de um dado contexto, para análise do jornal são-joanense "Diário do Comércio", foram utilizados os procedimentos apresentados por Tânia de Luca[4]. A autora ressalta a necessidade de historicizar o periódico, assim como o dever de atentar-se para o formato, os tipos de papel em que é impresso, a qualidade da impressão, a utilização de iconografias[5]. Além disso, Tânia aponta que o estudo dos periódicos ampliou a perspectiva da pesquisa trazendo novas abordagens e reflexões sobre as sociedades pretéritas, sendo possível encontrar dados sobre a vida cotidiana, assim como abordagens sobre questões políticas e econômicas. Desta forma a utilização da análise dos periódicos será elementar para entender os aspectos situados no decorrer da pesquisa.

Já os relatos dos veteranos contêm elementos que favorecem uma rica análise para compreender o contexto econômico, político e também militar em que o Brasil estava situado. Serão tomados como fontes, embora não trabalhados profundamente, os relatos memorialísticos dos veteranos Gentil Palhares, João Batista de Moraes, Floriano Brayner, Manoel Castello Branco[6], dentre outros.

---

[3] O "esforço de guerra" implica em uma mobilização conjunta e coordenada de recursos industriais e humanos com o intuito de fornecer suporte para uma força militar ou um país aliado. Dependendo do grau de militarização e do tamanho das forças armadas, além do padrão governamental e auxílio da população aos objetivos militares, o "esforço de guerra" pode requerer desde a mobilização de uma pequena indústria até o comando "integral" da sociedade.

[4] Segundo Tânia de Luca, na década de 1970 havia poucos trabalhos historiográficos que utilizavam jornais e revistas como fonte para a escrita da história brasileira, demonstrando certa relutância à utilização dos periódicos para escrever a História por meio da imprensa. Tal concepção remonta a tradição "positivista" do século XIX e das décadas iniciais do XX na qual buscava-se a veracidade dos fatos, sendo atingível por meio dos documentos. Porém os historiadores da História Nova, ou terceira geração dos Annales, propuseram novos objetos, problemáticas e abordagens, ocasionando uma renovação temática. Houve também a contribuição da renovação do marxismo onde, dentre vários fatores, passou-se a reconhecer a importância dos elementos culturais. O legado da imprensa foi modificado no decorrer da década de 1970 onde "ao lado a História da imprensa, e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica". DE LUCA, Tânia Regina. *Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos***.** In: PINSKY, Carla. (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 132-142.

[5] É necessário também pensar sobre as funções sociais do impresso, ou seja, as formas como foi distribuído, os conteúdos que aborda e as formas como são organizados no interior do impresso, se era distribuído ou vendido, atentando-se então para o financiamento publicitário, além da consideração do público-alvo a quem é emitido. Deve-se ter em mente, ao analisar um periódico, que a fonte jornalística não é imparcial, assim como intervém na vida social. Idem, p.132.

[6] PALHARES, Gentil. **De São João del-Rei ao vale do Pó**. São João del Rei: Gráfica do Diário do Comércio, 1951.; MORAES, João B. M. de. **A FEB pelo seu comandante**. São Paulo: Instituto Progresso

Buscando entender o processo de legitimação e produção de memórias foram utilizadas as obras de Antônio Montenegro, Jacques Le Goff, Maurice Halbwachs e Michael Pollack, que trabalham com o conceito de "*memória individual"*, que está sujeita a uma "*memória coletiva*", constituída em âmbito social.

Segundo Halbwachs, a memória coletiva contém memórias individuais, mas não se confunde com elas, pois evolui conjuntamente com estas, e quando interpolam-se com as lembranças individuais, as coletivas podem mudar de aparência "a partir do momento em que são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal"[7]. Ou seja, é impossível recordar e localizar lembranças quando não se toma como ponto de referência os contextos sociais reais que orientam a reconstrução da memória[8].

Fornecendo elementos para uma história comparada, encontra-se um número considerável de produções historiográficas efetuadas após o início da década de 2000, relacionadas à mobilização e o impacto da Segunda Guerra Mundial no cotidiano de cidades e estados brasileiros. Dentre os autores e suas obras que darão norte à presente pesquisa, destaca-se Roney Cytrynowicz[9], que trabalha com a mobilização de São Paulo durante a Segunda Guerra, onde houve a formação de um "*front interno*", assim como o racionamento e escassez de alimentos; Marlene de Fáveri[10], que aborda a nacionalização e perseguição de imigrantes alemães de Santa Catarina durante a Segunda Guerra, ressaltando fatores como a criminalização da fala e da língua, prisões e formação de "campos de concentração" de supostos "eixistas", demissões, extorsões, apreensões, controle da imprensa, e outras ações do Estado; e autoras como Clarice Lira e Marina Silva que discutem, respectivamente, o impacto da Segunda Guerra Mundial nos estados do Piauí e da Bahia, apontando para o clamor popular em apoio entrada do Brasil na Guerra, depredações a empresas de países do "Eixo" e convocação militar[11].

Editorial, 1947.; BRAYNER, Floriano. **A verdade sobre a FEB: Memórias de um Chefe de Estado – Maior na Campanha da Itália**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.; CASTELLO BRANCO, Manoel. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1960. João Batista Mascarenhas de Moraes foi general e comandante da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Floriano de Lima Brayner, nascido no estado da Paraíba, foi um dos oficiais chefes do Estado-Maior da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária durante a Segunda Guerra Mundial. Já Manoel Thomaz Castello Branco foi Oficial de Comunicações do 1º Regimento de Infantaria da FEB.

[7] HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006, p. 72.

[8] Idem, p. 7-8.

[9] CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. 2ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

[10] FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma outra guerra Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. (Tese de Doutorado em História). Florianópolis: UFSC, 2002.

[11] LIRA, Clarice Helena Santiago. **O Piauí em tempos de Segunda Guerra: Mobilização local e as experiências do contingente piauiense da FEB**. (Dissertação de Mestrado em História). Teresina: UFPI,

Em um exame mais geral, tratando da disputa diplomática, adesão gradual brasileira aos países "Aliados", invasão cultural norte-americana, e questões político-econômicas que levaram ao envolvimento do Brasil na guerra, destacam-se as obras de Ricardo Seitenfus, Frank McCann e Gerson Moura[12].

A produção acadêmica ligada à participação militar do Brasil na Segunda Guerra Mundial, entre 1950 e 1990, foi realizada em sua maior parte por jornalistas, cronistas e por militares[13]. Entretanto, após a década de 1990, nota-se um crescente interesse da historiografia pelo estudo da F.E.B., e da relação entre memória e guerra, destacando-se as pesquisas dos historiadores César Maximiano, Denisson de Oliveira, Francisco Ferraz, Frank McCann, Gerson Moura, Luciano Meron, Virgínia Guimarães[14].

Até o momento encontram-se poucas produções historiográficas que abordam o impacto socioeconômico e político gerado pela guerra, além da análise de unidades do Exército brasileiro, relacionadas ao estado de Minas Gerais e seus municípios[15].

Desta forma, na presente pesquisa, que tem como objeto a cidade de São João Del Rei, serão buscados novos elementos e tópicos para o estudo do período beligerante e estadonovista da história são-joanense, contribuindo para o preenchimento da lacuna historiográfica ligada às cidades do estado de Minas Gerais e seus municípios nesse contexto. Pode-se dizer que os eventos ocasionados pela Segunda Guerra Mundial alteraram o cotidiano da população e instituições da cidade são-joanense.

2008.; SILVA, Marina Helena Chaves. **Vivendo com o outro: os alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial**. (Tese de Doutorado em História). Salvador: UFBA, 2007.

[12] SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil Vai à Guerra: O Processo de Envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Barueri: Manole, 2003.; MCCANN, Frank D. **Aliança Brasil – Estados Unidos (1937 – 1945)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.; MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1985.; MOURA, Gerson. **Relações Exteriores do Brasil (1939 – 1950): mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Brasília: FUNAG, 2012.; MOURA, Gerson. **Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Função Getúlio Vargas, 1991.

[13] Excedem-se as pesquisas dos historiadores Maria Lins (1975) e Francisco Cabral (1982).

[14] MAXIMIANO, César Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados. Soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010.; OLIVEIRA, Dennison de**. Os soldados alemães de Vargas**. Curitiba: Juruá, 2011.; FERRAZ, Francisco César Alves. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.; MCCANN, Frank. **Aliança Brasil – Estados Unidos...** Op. Cit.; MOURA, Gerson. **Relações Exteriores do Brasil...** Op. Cit.; MERON, Luciano Bastos. **Memórias do front: Relatos de veteranos da FEB**. (Dissertação de Mestrado em História). Salvador: UFBA, 2009.; CARVALHO, Virgínia Guimarães**. Ex-combatentes do Brasil: entre História e a Memória (1945-2009)**. (Dissertação de Mestrado em História). Recife: UFPE, 2010.

[15] Destacam-se as seguintes produções: COSTA, Marcos A. *Os soldados da FEB: A Zona da Mata na Segunda Guerra Mundial*. In: **Anais do II Colóquio do LAHES**. ALMEIDA, Carla. et. al. (orgs.). Juiz de Fora: UFJF, 30 set. - 02 out. 2008, p. 1-13.; SILVA, Humberto. **Memorial da Força Expedicionária Brasileira: Uma Face de Glória**. (Trabalho de Conclusão de Curso em História). Juiz de Fora: UFJF, 2011; GUIMARÃES, Hugo F. **Memórias e suas particularidades: relato de um ex-combatente da FEB são joanense.** (Trabalho de Conclusão de Curso em História). São João Del Rei: UFSJ, 2016; dentre outras.

Capítulo I

O envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial

Conferências pan-americanas, diplomacia ambígua e estreitamento dos laços com os Estados Unidos da América (1933-1942)

Nas conferências interamericanas, ocorridas após fins de 1933, os norte-americanos buscaram aproximar-se e manter o apoio e ligação com os países latino-americanos, através do estabelecimento de acordos e relações externas; processo que ficou conhecido como "política de boa vizinhança". Seus fundamentos eram

> o intercâmbio econômico, político e cultural entre os Estados Unidos e seus vizinhos latino-americanos, a defesa da autodeterminação dos povos e a constituição de uma política conjunta entre os países do continente. (...) A nova postura diplomática visava pôr fim, às intervenções armadas explícitas, através do estímulo ao intercâmbio econômico e da constituição de política hemisférica comum às Américas[16].

Segundo Gerson Moura, a "política de boa vizinhança", na qual os Estados Unidos abandonaram sua política de intervenção na América Latina, buscou reconhecer a igualdade jurídica entre todas as nações do continente; aceitar a necessidade de consultas periódicas para resolver os problemas que surgissem entre as repúblicas; e concordar em cooperar por todos os meios para o bem-estar dos povos da América[17].

Entre 1935 e 1939 o governo norte-americano tratou de combater o comércio compensado, proposto pela Alemanha, e buscou, através do estabelecimento do livre-comércio, recuperar o intercâmbio de mercadorias no plano internacional. Além disso, os estadistas dos Estados Unidos realizaram um trabalho de aproximação política-diplomática no plano continental, através das conferências interamericanas, que buscavam o consenso no caso de uma guerra que poderia atingir a América[18].

Nesse sentido, diante da ascensão de governos totalitários europeus, como o alemão e italiano, foram realizadas três conferências pan-americanas com o objetivo de firmar a unidade americana e ampliar o pacto de segurança continental. Para o governo dos Estados Unidos as conferências eram indispensáveis para a consulta periódica entre os países do continente quando ocorresse o surgimento de um conflito ou ameaça externa. Respectivamente, em 1933 ocorreu a sétima Conferência Pan-americana na cidade de Montevidéu, Uruguai, na qual foi firmado o "*Pacto de Não-intervenção e Inviolabilidade*

[16] FERRAZ, ibidem, p. 28-29.
[17] MOURA, **Tio Sam...**, Op. Cit., p. 17.
[18] Idem, p. 18.

de Territórios", assinado pelo secretário de Estado norte-americano, Cordel Hull, que reconheceu o princípio da não-ingerência externa nos assuntos internos dos Estados[19]; em 1936 reuniu-se a Conferência interamericana de Consolidação da Paz em Buenos Aires, Argentina; e em dezembro de 1938 houve a oitava Conferência Internacional de Lima, capital peruana[20]. O Brasil, diante das conversações, buscou uma política de mediação e entendimento com os outros países do continente[21].

Na Conferência de Buenos Aires, realizada em 1936, os Estados Unidos, temendo que os países do continente entrassem em conflito entre si, buscaram consolidar a paz no hemisfério e institucionalizar as reuniões extraordinárias dos ministros das Relações Exteriores, que ocorreriam diante da convocação "de um dos membros, a fim de estudar medidas de salvaguarda da paz continental"[22]. Entretanto, encontrando algumas impossibilidades de que fossem aceitas as medidas imperativas na escala continental, o Departamento de Estado dos Estados Unidos, atuou de modo individual em cada país. "Quanto ao Brasil, essas diligências são de duas ordens: os projetos de cooperação militar e as pressões para que o Rio de Janeiro diminuam seu comércio com a Alemanha"[23].

Já na VII[ª] Conferência Internacional de Lima, aberta em 09 de dezembro de 1938, os países latino-americanos buscaram ampliar o sistema de consultas criado em Buenos Aires, e propuseram a adoção de medidas como a

> reafirmação do princípio de solidariedade continental, o que significa a adoção do princípio da segurança coletiva; defesa continental contra ameaças externas; reunião não-protocolar e urgente dos ministros das Relações Exteriores quando uma situação, continental ou extracontinental, o exigir; não-reconhecimento das aquisições territoriais realizadas por intermédio da coerção ou força; rejeição do conceito de minoria étnica, linguística ou religiosa[24].

Com a deflagração de guerra na Europa, expandindo-se o perigo de ameaça externa, a partir de 1939, os líderes do Departamento de Estado norte-americano tentaram firmar a solidariedade militar nas três conferências realizadas com os Ministros das Relações Exteriores americanos, sendo elas, a Conferência do Panamá, de 1939; a Convenção de Havana, sediada em Cuba, de 21 a 30 de julho de 1940; e a Terceira

---

[19] O pacto foi ratificado em dezembro de 1936, sob aprovação dos Estados Unidos. SCHILLING, Voltaire. **EUA x América Latina: As etapas da dominação**. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989, p. 36.
[20] Entre 1889 e 1930 foram realizadas seis Conferências Internacionais de Estados Americanos, sendo a primeira sediada em Washington D.C. (1889-1890); a segunda na Cidade do México (1901-1902); a terceira no Rio de Janeiro (1906); a quarta em Buenos Aires (1910); a quinta, após um intervalo de quase 13 anos devido a Primeira Guerra Mundial, em Santiago do Chile (1923); e a sexta em Havana (1928).
[21] SEITENFUS, Op. Cit., p. 7.
[22] Idem, p. 55.
[23] Idem, p. 56.
[24] Idem, p. 153.

Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizada na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 15 e 28 de janeiro de 1942.

Na Conferência do Panamá, ou Primeira Reunião de Consulta de Chanceleres das Repúblicas Americanas, ocorrida entre 23 de setembro e 03 de outubro de 1939, foi assinada a Declaração de Neutralidade das águas territoriais, diante da situação de guerra, fixada através dos decretos nº 1.561, de 04 de setembro de 1939, e 4.623 e 4.624, de 05 de setembro de 1939[25].

Com a invasão da Alemanha à Polônia, em 1º de setembro de 1939, Inglaterra e França declararam guerra aos alemães, porém não enviaram, inicialmente, forças expedicionárias para o conflito. Nesse período, os britânicos limitavam-se ao bloqueio marítimo de sua frota no fornecimento de materiais e mercadorias aos "Aliados". Nesse cenário, o processo de negociação do alinhamento foi marcado pela disputa, simultaneamente contrária e favorável a Alemanha, e também pelo apoio e fornecimento de produtos elementares. Sendo assim, "antes mesmo da guerra começar, já havia uma 'corrida' pelo fornecimento preferencial e/ou exclusivo de produtos estratégicos, entre Alemanha, de um lado, e Estados Unidos e Grã-Bretanha, de outro"[26].

No início de 1939, Getúlio Vargas, buscando fortalecer a política externa e amplificar a economia brasileira, enviou Souza Costa, Ministro da Fazenda, a Europa, e Oswaldo Aranha aos Estados Unidos. Souza Costa não obteve resultados previstos, porém Oswaldo Aranha conseguiu atrair líderes norte-americanos para o Brasil[27], como o general George Marshall, chefe do Estado-Maior, que, em junho de 1939, visitou o Rio de Janeiro almejando realizar a aproximação entre os dois países, e instalar bases defensivas na região nordestina[28]. Quando Marshall partiu, seguiu em conjunto uma Missão Militar Brasileira chefiada pelo general Góis Monteiro, que teve a chance de visitar os Estados Unidos e conhecer seus mecanismos de defesa terrestre e naval. Em um jantar oferecido pelo general Malin Craig ao chefe do Estado-Maior do Exército do Brasil foi cogitado a probabilidade de serem realizadas visitas recíprocas entre os Estados

[25] SANDER, ibidem, p. 23. Dentre as pautas discutidas na Conferência, destacam-se três elementos principais: "1) as questões relativas à aplicação da neutralidade do Novo Mundo; 2) a proteção da paz no hemisfério ocidental; 3) a cooperação econômica continental, para fazer face aos (...) desarranjos da economia mundial". SEITENFUS, ibidem, p. 168.
[26] FERRAZ, ibidem, p. 11-12.
[27] LINS, ibidem, p. 41.
[28] Idem, p. 40; MATTOS, Carlos de Meira. **O Marechal Mascarenhas de Moraes e sua época**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1983, p. 73.

Maiores do Exército norte-americano e o brasileiro[29].

Após invadir a França em 1940, os alemães, através de sua Força Aérea, bombardearam a Inglaterra, assim como, através de sua frota submarina, afundaram navios mercantes abastecidos nos Estados Unidos e Canadá, que traziam consigo recursos para o auxílio inglês. Nesse cenário, o Atlântico passou a ser um local de violentos embates e torpedeamentos. Em outubro de 1940, a Itália invadiu países do Norte da África, a Grécia e os Bálcãs, abrindo o palco de guerra do mar Mediterrâneo. O domínio do Norte da África pelas tropas alemãs, e a autorização do presidente da França, general Petáin, para que os alemães instalassem bases aéreas e portuárias na cidade de Dakar, colônia francesa de Senegal, despertou temor nos norte-americanos sobre uma possível invasão ao continente americano. A distância entre as cidades de Dakar e a Ilha de Fernando de Noronha poderia ser percorria por aviões em cerca de oito horas[30].

Desta forma, temendo que a guerra afetasse as economias latino-americanas, o Departamento de Estado dos Estados Unidos criou medidas bilaterais para a recuperação e desenvolvimento dos países continentais, que foram implementadas pelo *Office for Inter-American Affairs* (OCIAA), fundado em 16 de agosto de 1940, e pelo *Inter-American Development Comission* (IADC)[31].

Na Convenção de Havana, ou Segunda Reunião de Consulta de Chanceleres, ocorrida entre os dias 21 e 30 de julho de 1940, foi deliberada pelos chefes de Estado-Maior do Exército dos países latino-americanos a solidariedade continental, subscrevendo-se a Resolução XV sobre "*Assistência Recíproca e Cooperação defensiva das Nações Americanas*"[32]. A neutralidade e solidariedade hemisférica estabelecida pelos Estados Unidos

> tinha uma natureza claramente 'anti-Eixo'. Tratava-se de um instrumento tático empregado por Roosevelt como parte de sua política voltada a construir os Estados Unidos como Grande Potência, face a um rival que detinha aspirações semelhantes. (...). Roosevelt (...) forjou a unidade do continente sob

[29] THEODORICO, Lopes; TORRES, Gentil. **Ministros da Guerra do Brasil: 1808-1950**. 4ª ed. Rio de Janeiro, 1950, p. 266.
[30] FERRAZ, ibidem, p. 13.
[31] O IADC buscou estudar e implementar o desenvolvimento econômico em 21 repúblicas americanas. Segundo Gerson Moura, o órgão estimulou o aumento das exportações das republicas latino-americanas para os Estados os Unidos, e fomentou a indústria e o comércio entre os próprios países latino-americanos. MOURA, **Relações Exteriores do Brasil...**, Op. Cit., p. 60-61.
[32] Deliberou-se na Declaração de Havana que todo atentando de Estado não americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território americano, contra a soberania ou independência política de um Estado americano, seria considerado um ato de agressão. No caso em que ocorressem atos de agressão, os Estados signatários da declaração consultariam entre si para combinar as medidas que fossem necessárias. MORAES, ibidem, p. 19.

sua liderança[33].

Nesse contexto, o Brasil possuía relevante posicionamento dentro do processo de solidariedade continental pois poderia exercer influência sobre os países sul-americanos, assim como poderia tornar-se um importante fornecedor de matérias-primas.

Conforme aponta Gerson Moura, a política exterior brasileira na década de 1930 estava relacionada a divisões políticas internas, combinadas com questões econômicas nacionais e internacionais. Mediante a esses fatores, houve uma competição para explorar as oportunidades criadas pela disputa diplomática, política e econômica entre Alemanha e Estados Unidos pela diplomacia latino-americana. "No seu conjunto, a política externa do Brasil caracterizava-se por uma equidistância pragmática entre as potências, na busca de benefícios comerciais"[34].

Com o golpe do Estado Novo, ocorrido em novembro de 1937, foram formulados projetos para a aquisição de uma grande siderurgia e reequipamento das Forças Armadas, elementos estes disputados pela política externa[35]. Segundo Roberto Sander e Gerson Moura, entre a eclosão da Segunda Guerra Mundial e o início de 1942, Getúlio Vargas, aproveitando-se da instabilidade política internacional, buscou obter vantagens comerciais, ora aproximando-se da Alemanha nazista, ora negociando com os Estados Unidos[36]. Havia um grande interesse por parte do governo brasileiro em diversificar sua produção, obter máquinas e armamentos, e para o governo alemão, em adquirir matérias primas como algodão e café[37]. Segundo Francisco Ferraz, a diplomacia germânica ofereceu a Vargas a possibilidade da construção de uma usina siderúrgica e o

[33] MOURA, **Relações Exteriores do Brasil...**, Op. Cit., p. 47.
[34] Idem. **Tio Sam...** Op. Cit., p. 28.
[35] Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas deflagrou o golpe do Estado Novo, com o auxílio de líderes das Forças Armadas, como Eurico Gaspar Dutra, Daltro Filho e Góis Monteiro, além de forças antidemocráticas. Em suma, o Estado Novo (1937-1945) definiu-se pelo autoritarismo, devido ao controle político, social, cultural, além da intensa repressão e violência aos opositores do regime. O período evidenciou-se também pela "reorganização do Estado, reordenamento da economia, novo direcionamento das esferas pública e privada, nova relação do Estado com a sociedade, do poder com a cultura, das classes sociais com o poder, do líder com as massas". CAPELATO, Maria Helena. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida (orgs). **O Brasil Republicano 2. O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 110-113.
[36] SANDER, ibidem, p. 23; MOURA, **Tio Sam...**, Op. Cit., p. 28.
[37] O governo alemão, através do Plano Schacht, buscou exercer um controle do Estado sobre o comércio exterior, contrariando a política comercial inglesa e norte-americana. O Brasil formalizou sua relação comercial com a Alemanha em junho de 1936, através do Novo Plano, na qual buscou fornecer anualmente cerca de 60 mil toneladas de algodão e 96 mil de café, porém proibiu a reexportação sem autorização. SEITENFUS, ibidem, p. 19 e 24.

fornecimento de armamento militar, em troca da ampliação dos negócios e do exclusivismo no fornecimento de materiais estratégicos[38].

Em suma, os Estados Unidos, "temerosos" com a aproximação brasileira da Alemanha nazista, firmaram um acordo com o governo brasileiro em setembro de 1940, para concessão de auxílio técnico e financeiro, e para a construção de uma siderúrgica que foi instalada em Volta Redonda, Rio de Janeiro[39]. Além disso, no mês seguinte, foi criada uma Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, com o objetivo de tomar medidas de defesa comum entre ambos os países. O chefe da Comissão, tenente-coronel Lehman Miller, reuniu-se com líderes militares brasileiros, e expôs uma lista de armamentos que poderiam ser fornecidos ao Brasil. Além disso, os Estados Unidos prometeram ajudar os brasileiros com recursos para o aprimoramento de sua indústria bélica e rede ferroviária[40].

No âmbito econômico internacional, o bloqueio naval imposto pela Inglaterra à Alemanha, a partir de 1940, contribuiu para a liquidação do comércio bélico e de matérias-primas entre o Brasil e a Alemanha, e aproximou ainda mais os Estados Unidos do Brasil[41].

Com a conquista alemã do Norte da África, no início de 1940, os estrategistas norte-americanos buscaram garantir a segurança do Norte do Nordeste brasileiro, e ampliar o tráfego aéreo na região[42]. Desta forma, em 1941, o governo brasileiro rescindiu contrato com as empresas aéreas Condor, alemã, e LATI (*Linee Aeree Transcontinentali Italiane*), que dominavam as rotas da aviação comercial brasileira e de toda América do

---

[38] FERRAZ, ibidem, p. 16 e 19.

[39] Idem, p. 16;19. Conforme aponta Roberto Sander, o *Export-Import Bank of the United States* realizou um empréstimo de 20 milhões de dólares para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, fundada oficialmente em 09 de abril de 1941. SANDER, ibidem, p. 43. Segundo Frank McCann, os planos de conclusão das obras da usina eram estimados para 1944, porém, "em virtude das carências de tempo de guerra, dificuldades de construção e a burocracia em ambos os países, a produção só começou em 1946". MCCANN, ibidem, p. 164.

[40] MOURA, **Tio Sam...**, Op. Cit., p. 69 e 73.

[41] O bloqueio marítimo estabelecido entre a Alemanha, Inglaterra e França, tinha o intuito de impedir a entrada ou saída de objetos e materiais que pudessem servir para o rearmamento terrestre, aéreo ou naval dos países beligerantes. Segundo Hélio Silva "(...) a Inglaterra decretou seu *Order in Council*, a Lei de Represália, sujeitando a confisco todas as mercadorias de origem alemã, ou carregadas em porto alemão, transportada em navios neutros". SILVA, Hélio. **1942. Guerra no continente.** RJ: Ed. Civilização Brasileira s.a., 1972, p. 42. Nesse cenário, no final de 1940, a Inglaterra aprisionou o cargueiro brasileiro Siqueira Campos, carregado com peças de canhões *krupp* alemão. Opondo-se a liberação do cargueiro, as autoridades inglesas afirmaram que abrir uma exceção para o Brasil implicava em uma desmoralização ao bloqueio marítimo, além de fortalecer a ala germanófila do governo varguista. Assumindo o papel de "conciliador", o Departamento de Estado norte-americano conseguiu liberar o cargueiro Siqueira Campos em 15 de dezembro de 1940, através de uma intimidação psicológica e pressão diplomática aos britânicos. NETO, Lira. Getúlio. **Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. SP: Cia. das Letras, 2013, p. 395-396.

[42] FERRAZ, ibidem, p. 34-35.

Sul, e concedeu à companhia aérea norte-americana, Panair, a autorização para o aparelhamento de aeroportos em cidades costeiras como Belém, São Luís, Fortaleza, Natal, Recife[43].

O ataque japonês a Pearl Harbor, em 07 de dezembro de 1941, mobilizou a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Os governantes norte-americanos, diante disso, evocaram a unidade dos países americanos em caso de ameaça estrangeira na Terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizada na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 15 e 28 de janeiro de 1942, na qual estiveram presentes as delegações dos vinte e um países continentais[44]. Apesar disso, como aponta Virgínia Guimarães, houve uma certa objeção de Getúlio Vargas em posicionar-se contra a Alemanha, uma vez que, na imprensa, Getúlio realizou protestos diplomáticos sempre visando à manutenção de um "estado de paz", o que não foi suficiente para manter-se neutro diante do conflito[45].

Segundo Francisco Ferraz, desde o início da Segunda Guerra Mundial, os militares e diplomatas dos Estados Unidos coagiram os governantes latino-americanos para que autorizassem a instalação de bases aéreas e navais, em conjunto com contingentes de suas Forças Armadas, em seus territórios visando o fornecimento de matérias-primas estratégicas e proteção das bases para vitória "Aliada". Entretanto, o governo brasileiro não aceitou de imediato a recepção de militares norte-americanos em seu território, pois desejava apenas adquirir armamento bélico e recursos para articular sua própria defesa, e almejava o desenvolvimento econômico do país. Alguns funcionários do Departamento de Guerra norte-americano, diante do impasse, cogitaram a ocupação do Norte e Nordeste Brasileiro nos planos militares continentais, entre 1941 e 1942[46].

Do rompimento das relações diplomáticas à declaração de guerra aos países do "Eixo"

No encerramento da IIIª Reunião dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, no dia 28 de janeiro de 1942, Vargas anunciou, oficialmente, a decisão de romper as relações diplomáticas com o "Eixo", ou seja, Alemanha, Itália e

[43] LINS, ibidem, p. 43.
[44] SANDER, ibidem, p.23.
[45] CARVALHO, ibidem, p. 26.
[46] FERRAZ, ibidem, p. 15 e 36.

Japão[47]. Segundo Ricardo Seitenfus, ao fim da Reunião, foi firmada a defesa do continente, além disso, foram adotadas várias resoluções econômicas, como

> aumentar as relações comerciais interamericanas; desenvolver a produção de material estratégico; manter a segurança das vias de transporte no hemisfério; manter a organização econômica no hemisfério; romper as relações comerciais e financeiras com o 'Eixo'; controlar as operações bancárias vinculadas ao 'Eixo'; desenvolver os produtos de base; aumentar os investimentos mútuos[48].

Mesmo que vários países prestassem declarações de solidariedade aos Estados Unidos, rompendo também relações diplomáticas com os países do "Eixo", como a Guatemala, Honduras, Nicarágua, Haiti, São Domingos, Panamá, Costa Rica, que declararam guerra contra o Japão[49], houve uma acirrada batalha político-ideológica para prevalência da solidariedade continental e aliança brasileira, assim como o apoio aos norte-americanos, que após o ataque à Pearl Harbor, exigiram o posicionamento dos países americanos. O Brasil, que não possuía meios de defesa em caso de ataque inimigo, passou a cobrar a colaboração do governo norte-americano. O auxílio demorou a chegar, deixando a costa brasileira desprotegida contra submarinos de países do "Eixo"[50].

Segundo Maria Lins, nem todos os países aderiram à solidariedade continental, insistindo na posição de neutralidade. Estados como Chile e Argentina só romperam as relações diplomáticas com os países do "Eixo", respectivamente em 1943 e 1944. Até o início de 1945, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Equador e Argentina não declararam beligerância, pois ainda não haviam se decidido entrar em guerra contra as nações do "Eixo". Tal perspectiva rompe com a ideia de que o governo norte-americano conseguiu a aderência imediata de todos os países latino-americanos[51].

Para Roberto Sander, a decisão de Vargas em romper sua diplomacia com a Alemanha e a Itália foi uma vitória pessoal de Oswaldo Aranha, que trabalhou para que o Brasil alinhasse suas relações com os Estados Unidos, assim como contribuiu para o estabelecimento do pan-americanismo. Tal medida desagradou aos generais Góis

[47] SANDER, ibidem, p.31.
[48] SEITENFUS, ibidem, p. 275-276.
[49] SANDER, ibidem, p. 23-24.
[50] Idem, p. 11. Em outubro de 1941, o departamento de Estado norte-americano e o brasileiro assinaram um acordo para o fornecimento de 100 milhões de dólares de equipamento militar ao Brasil até 1944. Entretanto, Góis Monteiro afirmou, incialmente, a dificuldade no aprofundamento da cooperação militar entre os dois países e admitiu que as Forças Amadas brasileiras não aceitassem a intervenção estrangeira. SEITENFUS, ibidem, p. 248-252.
[51] LINS, ibidem, p. 39.

Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, e a Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, que admiravam o modelo militarista adotado pelos fascistas e nazistas[52].

Após o rompimento das relações diplomáticas com o "Eixo", em janeiro de 1942, os Estados Unidos obtiveram a aprovação do governo brasileiro de instalar bases militares navais e aéreas na região Nordeste[53]. Além disso, em virtude do acordo militar firmado em 23 de maio de 1942, foram criadas duas comissões conjuntas, a *Joint Brazil United States Defense Commission* – JBUSDC (Comissão Conjunta de Defesa Brasil Estados Unidos - CCDBEU) com sede em Washington (EUA)[54] e a *Joint Brazil United States Military Commission* – JBUSMC (Comissão Militar Conjunta Brasil Estados Unidos - CMMBEU), também conhecida como Missão Militar Mista, com sede no Rio de Janeiro capital[55]. A JBUSDC tinha por objetivo estabelecer normas de solidariedade mútua entre o Brasil e os Estados Unidos, especialmente na defesa do Norte e Nordeste Brasileiro, e promover a melhoria equipamentária das forças armadas brasileiras[56].

Diante do Convênio político-militar, governo brasileiro passou a intensificar o serviço de saneamento nas zonas de operações, fomentar e ampliar sua indústria agrícola, fabril e extrativa, de modo que fornecesse aos Estados Unidos matérias-primas e produtos úteis em tempos de guerra. Da mesma forma, os norte-americanos facilitaram a obtenção de material bélico para que fossem aparelhadas as formações defensivas brasileiras, assim como propiciar materiais para desenvolvimento industrial militar e da malha ferrorodoviária em locais estratégicos[57].

Militarmente, ao mesmo tempo em que o Brasil forneceu matérias-primas elementares ao "esforço de guerra", foram abertos os campos de treinamento avançado

---

[52] Góis Monteiro era frequentador da embaixada alemã até 1930. Já Dutra, contrário aos comunistas, em carta direcionada a Vargas, recomendou o não rompimento com a Alemanha nazista, alertando que o Brasil estava despreparado para enfrentar qualquer ataque, e que o país não continha um aparelhamento das Forças Armadas suficiente para defender seu território. SANDER, ibidem, p. 38-42.

[53] No início de 1942 foi autorizado o uso de bases do Norte e do Nordeste brasileiro para manutenção e aparelhamento pelas Forças Armadas dos Estados Unidos, que aproveitaram-se do local estratégico para abastecer a Inglaterra. O governo de Washington, em janeiro de 1942, procurou o embaixador Carlos Martins e solicitou o lançamento de aviões militares dos Estados Unidos ao Extremo Oriente, a partir de Natal. Além disso, pediu permissão para enviar técnicos às bases de Belém, Natal e Recife. FALCÃO, João. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: testemunho e depoimento de um soldado convocado**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 55 e 70.

[54] A JBUSDC iniciou seu trabalho em 25 de agosto de 1942, no edifício Federal Reserve Bank em Washington. LINS, ibidem, p. 45; MERON, ibidem, p. 13; MATTOS, ibidem, p. 92.

[55] OLIVEIRA, Dennison de. *Relações internacionais militares Brasil-EUA na Segunda Guerra Mundial: o caso das comissões militares conjuntas*. In: **Anais eletrônicos do XXVIII Simpósio nacional de História. Lugares dos historiadores velhos e novos desafios**. Florianópolis: ANPUH, 27-31 jul. 2015, p. 1.; MOURA, **Relações Exteriores do Brasil...**, Op. Cit., p. 123.

[56] SEITENFUS, ibidem, p. 281; MOURA, **Relações Exteriores do Brasil...**, Op. Cit., p. 98.

[57] SANDER, ibidem, p. 168-169.

aviação de guerra norte-americana aos pilotos brasileiros, e turmas de oficiais do Exército Brasileiro frequentaram centros de instrução e preparação militar nos Estados Unidos[58]. Além disso, o governo brasileiro enviou o Ministro da Fazenda, Souza Costa, a Washington após a Conferência do Rio para tentar acelerar a entrega de material bélico ao Brasil; discutir questões econômicas; e criar melhores condições para balança de matérias-primas para a indústria brasileira. Porém os acordos relacionados fornecimento de material bélico foram realizados sob desconfiança pelos norte-americanos sobre o governo brasileiro[59].

Ao longo do ano de 1942, o Brasil foi acometido por diversos afundamentos de embarcações que trafegavam pela costa transportando passageiros e cargas, efetuados por submarinos alemães. Mesmo declarando-se neutro, a decisão brasileira estimulou reações contrárias de Hitler. Além de buscar bloquear o fornecimento de matérias-primas aos Estados Unidos, os alemães desejaram "isolar ao máximo a União Soviética dos seus aliados, que ficaria impedida de receber, através das rotas marítimas, qualquer tipo de auxílio"[60].

Não há consenso a respeito do número exato dos navios atacados. Segundo o relato memorialístico do veterano Gentil Palhares[61], estima-se que foram cerca de "31 navios mercantes e 1 de guerra, acarretando na morte de 374 tripulantes e 398 passageiros, inclusive crianças e velhos"[62]. Roberto Sander defende que "no total, 34 embarcações brasileiras foram torpedeadas durante a Segunda Guerra Mundial, o que causou a morte de 1.081 pessoas, a maioria civis inocentes"[63].

A partir de então, a notícia dos afundamentos estimulou reações políticas brasileiras. Oswaldo Aranha, no dia 20 de fevereiro de 1942, em telegrama a Carlos

---

[58] THEODORICO, TORRES, ibidem, p. 322.
[59] MOURA, **Relações Exteriores do Brasil...**, Op. Cit., p. 95. Em 03 de março de 1942, por exemplo, foi assinado em Washington um acordo para fornecer armas e munições ao Brasil, na quantia de US$ 200 milhões, com base na lei de Arrendamento e Empréstimos (*Lend-Lease*), vigente até 1º de janeiro de 1948. A divisão dos recursos foi distribuída entre US$ 100 milhões para o Exército, US$ 50 milhões à Marinha e US$ 50 milhões à Aeronáutica. SANDER, ibidem, p. 42; 90. Castello Branco indica que, com a Lei de Empréstimos e Arrendamentos, o Exército brasileiro recebeu parte de uma Divisão Blindada e de uma Divisão Motorizada; Elementos de dois Regimentos de Artilharia Antiaérea; Quatro Batalhões Anticarros; Cerca de 150 peças de Artilharia de Costa, variando de 152 a 305 mm de calibre; Equipamentos de construção de estradas e 50% de uma Divisão de Infantaria. CASTELLO BRANCO, ibidem, p. 79.
[60] SANDER, ibidem, p. 851.
[61] Gentil Palhares, nascido em Formiga, Minas Gerais, foi 2º sargento do 11º Regimento de Infantaria durante Segunda Guerra Mundial. Posteriormente ao conflito, fixou-se em São João Del Rei, onde produziu duas obras sobre a campanha do 11º Regimento de Infantaria, uma biografia sobre Antônio Álvares da Silva (Frei Orlando), e também livros relacionados a história da cidade.
[62] PALHARES, ibidem, p. 134.
[63] SANDER, ibidem, p. 307.

Martins, embaixador do Brasil em Washington, Estados Unidos, expôs a necessidade de se tomar providências em relação aos ataques. Fróes da Fonseca, presidente da Comissão de Marinha Mercante, destacou a necessidade de um planejamento para que os navios mercantes brasileiros navegassem em comboio[64]. Além disso, o governo brasileiro, com apoio norte-americano, deliberou que os navios da frota nacional trafegassem às escuras, pintados na cor cinza sem bandeira de identificação, e aparelhassem-se com armas defensivas[65].

No âmbito terrestre, em 06 de fevereiro de 1942, mediante o Decreto-lei nº 4098, o governo brasileiro legalizou os Serviços de Defesa Passiva Antiaérea. Todos os brasileiros, ou estrangeiros, maiores de 16 anos, eventualmente, foram arregimentados para servir a pátria, por um período de no máximo 10 dias por ano, visando aprender a realizar tarefas de enfermagem, proteção contra gases, remoção de intoxicados, vigilância do ar, prevenção e extinção de incêndios, desinfecção, limpeza pública, fiscalização da execução de ordens, construção de trincheiras e abrigos de emergência[66].

No dia 17 de abril de 1942, os governantes brasileiros emitiram o Decreto-lei nº 4.270, que estabeleceu a prioridade para as exigências da Segurança Nacional, enquanto durasse a guerra mundial, em tudo quanto se relacionasse com a capacidade de produção industrial, pecuária e agrícola do Brasil; além disso, fixou a proibição de exportação ou reexportação de artigos de produção nacional ou estrangeira, considerados indispensáveis ao consumo no Brasil; e os produtores foram obrigados a vender os produtos sujeitos à prioridade, dentro da capacidade de sua produção ou de seus estoques[67]. Desta forma, em maio de 1942, sob influente discurso realizado por Marcondes Filho, ministro do Trabalho, foi orientado para a população brasileira a necessidade de produzir, nas lavouras, nas manufaturas, minas e estaleiros, ao ponto de "preencher os claros da

[64] Idem, p. 62-63.
[65] Idem, p. 63 e 82. A espionagem marítima adquiriu força após o desmantelamento de redes de espionagem terrenas. A organização em comboios, além da proteção anti-submarina e cobertura aérea, conseguiu reduzir o número de perdas aliadas no oceano. Segundo Roberto Sander, os "Aliados" tiveram 2.603 navios mercantes afundados e 175 aviões abatidos, principalmente até 1943, quando se sofisticaram os mecanismos defesa. "No total, foram perdidos 13,5 milhões de toneladas de cargas e 50 mil marinheiros morreram". Idem, p. 158.
[66] CYTRYNOWICZ, ibidem, p. 272; CASTELLO BRANCO, ibidem, p. 118. No Rio de Janeiro, em 08 de setembro de 1942, iniciou-se os exercícios de defesa antiaérea. Dentre as medidas de segurança, sugeridas pelo Departamento de Administração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, foi proibido que os moradores da orla marítima mantivessem as janelas iluminadas no período noturno, assim como, em caso de bombardeio, recomendou-se que as pessoas buscassem abrigos antiaéreos subterrâneos, usassem máscaras de gás e apagassem as luzes. SANDER, ibidem, p. 262-263.
[67] Decreto-lei nº 4.270 de 17 de abril de 1942. Diário Oficial da União, Seção 1, 20/4/1942, Página 6406 (Publicação Original).

importação e fabricar em quantidades exportáveis o que apenas bastava para o consumo interno"[68].

Como o Brasil carecia de indústrias de base, foram promovidas pela população brasileira campanhas de arrecadação de materiais utilizáveis pela indústria de guerra. Segundo João Falcão e Hélio Silva, nas ruas e calçadas das principais cidades do país, formaram-se pilhas de objetos de metal, que ficaram conhecidas como "pirâmides da vitória"[69]. Ou seja, o potencial bélico do país "passou (...) a função de suas manufaturas pacíficas transformáveis em indústrias bélicas; [a] cooperação das retaguardas, (...) em convergência de esforços para a vitória"[70]. Entretanto, embora as fontes apresentem a doação como um ato voluntário, é importante questionar se ela foi pacífica ou forçada, se houve ou não resistência por parte da população, se foi realmente espontânea, visto que estas citações partem de narrativas oficiais, ou seja, de autores que estiveram ligados ao Governo e às Forças Armadas.

Em fins do mês de junho de 1942, com o avanço das tropas do general Erwin Rommel, comandante de tropas alemãs na Líbia, houve grande preocupação por parte dos norte-americanos com o avanço das tropas alemãs na África, pois estas poderiam oferecer risco para o continente americano. Os habitantes da cidade de Natal, Rio Grande do Norte, por exemplo, vivenciaram dias de pânico devido a circulação de informações de um possível ataque alemão à base aérea de Parnamirim[71].

Segundo Roberto Sander, Hitler, "irado" pelo rompimento das relações diplomáticas com países do "Eixo", pela presença de tropas norte-americanas em território brasileiro, com os ataques a submarinos alemães por aviões da Força Aérea Brasileira, e com a prisão de espiões e afastamento de elementos políticos adesistas aos países do "Eixo", concordou, em julho de 1942, com o envio de submarinos para o Atlântico Sul, com o intuito de retaliar o Brasil por suas últimas posições assumidas. O submarino U-507 atacou então a navegação costeira brasileira, ceifando a vida de 607

[68] SANDER, ibidem, p. 163.
[69] FALCÃO, ibidem, p. 135. SILVA, Hélio. **O Brasil declara guerra ao "Eixo": 1943-1945**. 12 vol. São Paulo: Editora Três/Editora Brasil 21, 2006, p. 37.
[70] THEODORICO, TORRES, ibidem, p. 258. Segundo Gentil Palhares, "em quase todas as cidades se organizavam campanhas do ferro e do alumínio; em praça pública – quase sempre na principal do lugar – erguia-se quantidade fabulosa desses metais, (...). Aquelas rodas velhas, quebradas, aqueles pedaços de trilho ou de enxada julgados imprestáveis pela ferrugem, ainda iriam prestar inestimáveis serviços, seriam as novas peças de um canhão ou a lagarta de um tanque!". PALHARES, ibidem, p. 139.
[71] SANDER, ibidem, p. 187.

brasileiros[72].

Desta forma, com os afundamentos dos navios próximos à costa brasileira, grupos de estudantes e populares, em diversas localidades do país, partiram às ruas para enaltecer os países do bloco aliado e manifestar rejeição aos países do "Eixo" e seus imigrantes, o que acabou culminando em depredações de estabelecimentos comerciais alemães, italianos e japoneses. Segundo César Maximiano, as mortes "de passageiros civis e militares e de tripulantes da Marinha Mercante abalaram o país entre 1942 e 1943. (...) Muitos descendentes de alemães tiveram suas casas e propriedades comerciais depredadas"[73]. Ou seja, os ânimos populares exaltaram-se de tal modo que

> muitas famílias alemãs, mesmo não simpáticas ao 'Eixo', eram hostilizadas, quando não agredidas. A estrutura autoritária da polícia do Estado Novo se empenhava, então, em perseguir e humilhar, indiscriminadamente, descentes dos países do 'Eixo'. Perdia-se o senso de justiça, e, (...), na região sul, foram cometidas verdadeiras atrocidades. (...). Diversos colonos imigrantes foram presos arbitrariamente, sofrendo (...) torturas[74].

Sander relata a ocorrência de uma manifestação estudantil realizada em 04 de julho de 1942, no Distrito Federal, na qual variados jovens reuniram-se na Cinelândia para participar de um comício realizado em frente ao Teatro Municipal, liderado por Luís Leme, presidente da UNE. O evento contou com cerca de 15 mil estudantes que "caminharam, cantando o hino nacional e ostentando cartazes de condenação ao 'Eixo' e de exaltação à democracia"[75]. Posteriormente, em 08 de agosto de 1942 ocorreu uma manifestação em Salvador, Bahia, e no dia 18 de agosto, sucedeu um protesto na Praça da Sé, em São Paulo, organizado por estudantes do curso de Direito da Faculdade de Direito da USP, que solicitaram a entrada do país no conflito. Em Aracaju, após o afundamento do navio mercante Aníbal Benévelo próximo à costa sergipana, parte da população, no dia 16 de agosto de 1942, em momento de exaltação, buscou destruir "tudo o que se relacionasse com nomes de origem dos países do 'Eixo'"[76]. No dia 18 de agosto, no Rio de Janeiro, um grupo de estudantes da UNE tomou o prédio do Clube Germânia na Praia do Flamengo, e instalou o "Quartel-general dos Estudantes contra a Quinta-

[72] Em 04 de julho de 1942, Hitler aprovou um plano do Alto-Comando Naval para que os portos de Santos, Rio de Janeiro, Salvador e Recife fossem atacados pela noite. Porém, por conselho do ministro das Relações Exteriores do *reich*, Joachim von Ribbentrop, o *führer* optou por abortar o plano. SANDER, ibidem, p. 260.
[73] MAXIMIANO, ibidem, p. 14.
[74] SANDER, ibidem, p. 245.
[75] Os populares utilizaram cartazes com os nomes dos navios atacados e com frases pedindo a guerra, e realizaram a queima de bandeiras nazistas. Alguns estudantes fantasiaram-se de líderes dos países pertencentes ao "Eixo" (Hitler, Mussolini e Hirohito), encenaram e ridicularizaram os planos de dominação mundial dos ditadores eixistas. Idem, p. 194.
[76] Idem, p. 241-242.

Coluna no Brasil"[77].

Consequentemente, em face do clamor popular, assim como de acontecimentos decorrentes dos afundamentos[78], Vargas convocou seu ministério para uma reunião no dia 22 de agosto de 1942, para declarar o estado de beligerância contra a Alemanha e a Itália. O decreto oficial de beligerância somente foi emitido em 31 de agosto de 1942, na qual foi declarada guerra contra o "Eixo"[79].

Em virtude da declaração do "estado de guerra", em 16 de setembro de 1942, mediante o Decreto-lei nº 10.451, foi decretada a mobilização geral das unidades militares brasileiras em território nacional, iniciando-se a convocação reservistas e de toda população brasileira, que teve de contribuir, independente do posto exercido, para o "esforço de guerra". Nesse cenário, foi aberto o voluntariado às Forças Armadas, e todas as armas criaram novas unidades.

Mobilizações sociopolíticas em São João Del Rei

Ao longo de 1942 ocorreram manifestações de civis são-joanenses em favor da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos países "Aliados".

Em virtude do torpedeamento de cinco navios brasileiros pelos submarinos do "Eixo" na altura do litoral da Bahia, no dia 18 de agosto de 1942, representantes do comércio são-joanense, como João Hallak, Orlando Camarano e Jorge Ramos, solidarizando-se com o sentimento de luto brasileiro, anunciaram o fechamento das portas comerciais da cidade em sinal de protesto às hostilidades[80]. Conforme consta no jornal Dário do Comércio, simultaneamente, foi realizado um "comício monstro" promovido pelas classes operárias, estudantis e comerciais da cidade de São João Del Rei, que

[77] CYTRYNOWICZ, ibidem, p. 325. Para João Falcão, foi por intermédio da UNE, da Sociedade de Amigos da América, da Liga de Defesa Nacional e das entidades patrióticas e estudantis, que levou o governo brasileiro a assumir o posicionamento do Brasil a favor dos "Aliados", e garantir a presença nos campos de batalha. Essas forças, em conjunto, construíram uma frente única, a União Nacional para a Defesa da Pátria, que congregou patriotas, antifascistas, liberais democratas, comunistas, parte da burguesia, da classe média e do proletariado. FALCÃO, João. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: testemunho e depoimento de um soldado convocado**. Brasília: Editora UNB, 1999, p. 21.

[78] Entre 15 e 16 de agosto de 1942 foram torpedeados pelo submarino U-507, comandado por Harro Schacht, os navios Aníbal Benévolo, próximo à costa baiana, Baependi, Araraquara, Itagiba e Arara, próximo à costa sergipana, vitimando cerca de 653 pessoas. BRAYNER, ibidem, p. 19.

[79] Decreto-lei nº 10.358 de 31 de agosto de 1942. Cf. Diário Oficial da União, Seção 1, 01/09/1942, Página 13413 (Publicação Original).

[80] Em nota, no jornal Diário do Comércio, encontra-se o relato que os membros da Comissão do Comércio e da Diretoria da Associação Comercial estiveram no Comando do 11º Regimento de Infantaria, e na casa do Prefeito Municipal, comunicando a resolução do Comércio que cerrou suas portas às 15 horas em sinal de protesto pelo atentado sofrido pelo Brasil. O seu gesto foi apoiado pelos "*chauffeurs" de praça* que imediatamente recolheram às garagens os seus carros. O comandante e o prefeito louvaram o gesto do comércio, dando-lhe a sua solidariedade. Diário do Comércio, 19 de agosto de 1942, nº 1341, p. 1.

juntaram-se e em pouco tempo e formaram uma "grande massa popular", contabilizada em quatro mil pessoas, que até alta madrugada, percorrendo as ruas centrais da cidade cantando o hino nacional, vibrou de indignação e patriotismo, saudou Vargas e vaiou os chefes totalitários. Além disso, a população presente no local aclamou os oradores que se revezaram na tribuna popular, verberando sobre o atentando à soberania nacional[81].

No dia 19 de agosto de 1942, as manifestações em São João Del Rei prosseguiram "com grande entusiasmo". A mocidade escolar, pela manhã, empunhando dísticos, realizou uma passeata "ruidosa", terminando a mesma em frente a redação do jornal citado. Às primeiras horas da tarde, vários alunos do Ginásio Santo Antônio, em forma, desfilaram pela cidade. Na frente, um "pelotão de fuzilamento" encenou a execução simbólica de Hitler. Dísticos humorísticos também foram conduzidos pelos alunos. Prosseguindo na passeata, rumaram para a Prefeitura os manifestantes, que, reunidos ao grupo escolar Maria Teresa, deram vivas ao presidente Getúlio Vargas, ao Brasil e às Nações Unidas[82]. Diversos oradores, da sacada da Prefeitura, dirigiram palavras patrióticas e cívicas à classe estudantil reunida. À noite, uma "grande massa popular" empunhando a Bandeira Nacional, retratos do Presidente Vargas e de Duque de Caxias, além de painéis patrióticos alusivos à "quinta-coluna", percorreu as principais vias públicas sob aclamações e palmas da população presente que se comprimia ao longo dos passeios. "Vibrantes e eloquentes oradores, em pontos diversos, usaram da palavra para verberar a atitude insólita do nazismo brutal e assassínio"[83].

[81] Diário do Comércio, 19 de agosto de 1942, nº 1341, p. 1 e 4.

[82] O presidente norte-americano, Franklin Roosevelt, em dezembro de 1941, criou o nome "Nações Unidas" para intitular os países "Aliados" da Segunda Guerra Mundial. Em janeiro de 1942 foi então assinada Declaração das Nações Unidas por representantes de vinte e seis nações. Segundo Ana Xavier, "(...) durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os aliados estavam (...) empenhados na reorganização do sistema internacional do *post guerra* através da institucionalização de uma nova OI [Organização Internacional], de carácter (...) universal. (...) O passo [foi] dado a 1º de janeiro de 1942, com a adesão aos princípios estatuídos na Carta do Atlântico por parte de 26 Estados (entre os quais a URSS e a China) que estavam unidos no combate contra o "eixo" Hitleriano. É, assim, assinada formalmente em Washington, a Declaração das Nações Unidas, cuja expressão inspirará posteriormente o nome a adotar (...) a nova OI. Mais 21 Estados viriam a associar-se, até março de 1945, no empenho por esta luta". XAVIER, Ana. *ONU: A Organização das Nações Unidas*. In: XAVIER, Ana. et. al. **A Organização das Nações Unidas**. Coimbra: Humana Global, 2007, p. 27-29.

[83] Diário do Comércio, 20 de agosto de 1942, nº 1342, p. 1.

Figura 1: Cartazes com a legenda "Viva o Brasil, morra Hitler o cão faminto", e "O Brasil confia em seu presidente". Manifestação na Avenida Hermílio Alves. Fonte: Autor desconhecido, s.d. Acervo de Rodrigo Reis.

Após findar a passeata, realizada no dia 19 de agosto, um grande número de pessoas reuniu-se em frente ao "Café Rio de Janeiro" e, aos gritos de "*fecha! fecha! fecha!*", compeliu o proprietário do estabelecimento, Alfredo Mauro, a fechar suas portas. Os ânimos inflamaram-se que, com muito custo, a polícia e "pessoas influentes" conseguiram evitar que o grupo se manifestasse de modo mais violento contra o estabelecimento visado[84]. Posteriormente, uma "grande massa popular" manteve-se na convergência entre a Rua Artur Bernardes e a Avenida Rui Barbosa (atual Tancredo Neves) efetuando atitudes de hostilidade contra os "simpatizantes do nazismo", até que o policiamento passou a ser auxiliado por um contingente do 11º Regimento de Infantaria, que pôs fim aos ataques. Entretanto, em outros pontos da cidade, grupos esparsos de populares manifestaram sua revolta apedrejando residências de pessoas apontadas como "eixistas"[85].

No dia 20 de agosto, o "Café Rio de Janeiro"[86] manteve suas portas fechadas e os estabelecimentos congêneres, por ordem policial, funcionaram apenas até as 22 horas. No centro comercial, houve a aglomeração de pequenos grupos de pessoas durante a noite para comentar os acontecimentos ocorridos anteriormente. "Em todas as ocasiões, (...),

[84] Para mais informações sobre a tentativa de ataque ao estabelecimento "Café Rio de Janeiro", conferir o relato de Berta Leite, situado entre 12 minutos e 15 minutos, no documentário "São João del-Rei do Café Rio de Janeiro", de João Paulo Guimarães. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uL00Qx8AHKU. Acesso em: 29 de novembro de 2017.

[85] Diário do Comércio, 21 de agosto de 1942, nº 1343, p. 4.

[86] Na mesma edição do jornal Diário do Comércio, do dia 20 de agosto de 1942, o proprietário do Café Rio de Janeiro, Alfredo Mauro, lançou uma nota afirmando que "para evitar explorações" e em desagrave dos sentimentos patrióticos, o mesmo era brasileiro, natural de Ouro Preto, casado com uma brasileira, natural de Pitangui, Minas Gerais, e pai de brasileiros reservistas de primeira categoria, e que participava também da "justa revolta que inflamava a alma nacional sofrida pelos atentados eixistas contra a soberania nacional". Além disso, Mauro afirmou que jamais praticou qualquer ato que justificasse a menor suspeita ou restrição cívica, e que duvidasse da sua repulsa aos ataques em que a população brasileira foi vítima. Diário do Comércio, 21 de agosto de 1942, nº 1343, p. 4.

quando os ânimos ameaçavam exceder-se, foi a ação cautelosa dos policiais que conseguiu abrandar os excessos"[87].

No dia 25 de agosto, simultaneamente aos eventos comemorativos da Semana de Caxias, foi realizada uma "empolgante manifestação de civismo" durante um comício na cidade são-joanense. Milhares de pessoas desfilaram pelas ruas centrais vibrando de entusiasmo e patriotismo, diante dos ataques à soberania nacional. Dentre os oradores do comício, destaca-se Antônio Viegas, Freitas Carvalho, Tancredo Neves, Beatriz Albergaria, Euclides Garcia de Lima, Agenor de Oliveira, Teodolindo Rodrigues e Mateus Salomé, que reafirmaram a solidariedade a Getúlio Vargas. A multidão agitou-se próxima a escadaria do Teatro Municipal, Avenidas Hermilio Alves e Rui Barbosa, ostentando pequenas bandeiras nacionais, e outros dísticos patrióticos, que foram conduzidos pelo "operariado". Em todo trajeto os manifestantes foram aplaudidos, e salvas de palmas receberam os condutores dos dísticos e cartazes de Getúlio Vargas, do chanceler Osvaldo Aranha, Duque de Caxias e do primeiro ministro Wiston Churchill. Além disso, um "carro de crítica" aos chefes totalitários arrancou várias gargalhadas dos manifestantes presentes[88].

Em 23 de agosto de 1942, uma leitora anônima, em carta, sugeriu ao redator do Diário do Comércio, José Bellini dos Santos, que o jornal patrocinasse o angariamento de donativos, de modo que todos os cidadãos contribuíssem, para a celebração de uma Missa Campal pela alma dos que morreram pela causa brasileira. Caso houvesse a excedência de donativos, estes seriam enviados às famílias das vítimas. Desta forma, o redator passou a coletar subscrições públicas para a causa sugerida[89]. A subscrição pública, findada em 11 de setembro de 1942, atingiu a cifra total de 4:441$000, e foi repassada ao ministro Oswaldo Aranha[90].

Conforme ocorreu no Rio de Janeiro a "campanha do metal", realizada sob os auspícios do "Diário da Noite", sucedeu em São João Del Rei, no fim do mês de setembro de 1942, a coleta de todo o metal "imprestável", como ferro, aço, cobre, chumbo, alumínio, bronze, que, refundido, poderia ser útil a "campanha da Vitória". Desta forma, para contribuir com a "campanha do metal", incentivada por Antônio Viegas e Pedro Alvarenga, foi convocada toda a população local, para que todos levassem "o seu tributo

[87] Idem.
[88] Diário do Comércio, 26 de agosto de 1942, nº 1347, p. 1.
[89] Diário do Comércio, 23 de agosto de 1942, nº 1345, p. 4.
[90] Diário do Comércio, 12 de setembro de 1942, nº 1360, p. 1.

a pirâmide do metal a ser levantada em proveito do Brasil"[91]. Subsequentemente, a "pirâmide do metal" foi instalada na Avenida Rui Barbosa, em frente ao obelisco[92].

Ademais, ao longo de 1944, a guerra alterou o cotidiano comercial da cidade. Por exemplo, em virtude da penetração "aliada" à Roma, e a invasão da Normandia, na França, em 06 de junho de 1944, as indústrias e o comércio são-joanense encerraram seu expediente no início da tarde, após a ordenação emitida por Antônio Viegas, em prol da "liberdade de Roma e pelo êxito do desembarque das forças aliadas (...) na Europa"[93].

Pressões democráticas e abertura política

A partir do ano de 1943 as pressões políticas e sociais voltadas para abertura política brasileira expandiram-se. Segundo Leslie Bethell, a Constituição de 1937 previa que o mandato de Vargas durasse seis anos, realizando-se posteriormente um plebiscito. Nesse cenário, assim que aproximou-se o mês de novembro de 1943, foi intensificada a oposição ao regime varguista por meio de diversos grupos clandestinos ou semiclandestinos. O autor aponta que a oposição a Vargas dividiu-se em dois grupos, sendo o primeiro composto por partidos e famílias tradicionais, liberal-conservadores e com influência política regional, que exerceu o poder entre 1889-1930, visando a restauração do constitucionalismo liberal; e o segundo conjunto era constituído pela classe média profissional-liberal, aliada a intelectuais liberais e estudantes[94].

Além disso, o antifascismo resultou na criação de entidades de cunho democrático, como a Sociedade Amigos da América[95], e associações que lutaram contra

[91] Diário do Comércio, 04 de setembro de 1942, nº 1354, p. 1.
[92] Diário do Comércio, 27 de setembro de 1942, nº 1373, p. 1. Posteriormente, entre os dias 27 de agosto e 07 de setembro de 1944, a população são-joanense arrecadou donativos para serem enviados aos soldados do 11º R.I. presentes no Teatro de Operações europeu, através da "Pirâmide do Combatente". Os produtos, que levaram uma etiqueta com o nome da cidade para facilitar a identificação, foram entregues a uma comissão designada para recebê-los, na sede da Associação Comercial são-joanense, e enviados, por intermédio de Darcy Vargas, ao comandante da FEB, Mascarenhas de Moraes. A comissão organizadora era formada pelo comandante da Guarnição Militar de São João Del Rei; Prefeito; Juiz de Direito; Vigário; Presidente da Associação Comercial; Representantes da Imprensa local; Representantes das Indústrias, do Comércio, dos Bancários, das classes médicas e do Foro; Delegado Regional de Polícia, além de membros dos Colégios de Escola Normal e Públicas. Diário do Comércio, 25 de agosto de 1944, nº 1941, p. 1; Idem, 27 de agosto de 1944, nº 1943, p. 1.
[93] Diário do Comércio, 07 de junho de 1944, nº 1875, p. 1.
[94] BETHELL, Leslie. e ROXBOROUGH, Ian (orgs.). **A América Latina - Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 69-70.
[95] A entidade foi fundada em 1º de janeiro de 1943 no Rio de Janeiro com o objetivo de apoiar a luta dos "Aliados" na Segunda Guerra Mundial, preservar o ideário democrático e combater o totalitarismo. Designada como núcleo opositor ao Estado Novo, teve como articuladores o general Manuel Rabello e o norte-americano Jefferson Caffrey. Entretanto, a Sociedade, por motivo de repressão, foi fechada em 10 de agosto de 1944, e levou à cisão entre Vargas e Oswaldo Aranha que, como candidato à vice-presidência da associação e insatisfeito com as medidas antidemocráticas adotadas pela cúpula militar, com a permissão de Dutra, deixou o Ministério das Relações Exteriores. FALCÃO, ibidem, p. 165-166 e 241-242.

doutrinas fascistas. Nesse contexto, em 1º de setembro de 1943, os estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo divulgaram o manifesto "aos acadêmicos de Direito", porém o mesmo não foi publicado pela imprensa. Em 24 de outubro de 1943, 76 personalidades assinaram um documento, conhecido como "Manifesto dos Mineiros", com o intuito de solicitar o fim da ditatura varguista. Entretanto o movimento foi reprimido violentamente. Em dezembro de 1943 ocorreu uma passeata em São Paulo que protestou contra a prisão de Hélio Mota, presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP). Todavia, a movimentação também foi dispersada pela polícia paulistana[96].

Segundo Leslie Bethell, no fim de outubro de 1944, Dutra presenciou uma inspeção das tropas brasileiras na Europa, e convenceu-se de que o oficialato norte-americano apoiaria o estabelecimento de instituições democráticas no Brasil. Góis Monteiro, após cumprir uma missão na função de Embaixador extraordinário junto ao Comitê de Emergência e Defesa Política da América, em Montevidéu, solicitou a Getúlio Vargas o fim da ditadura e a convocação de uma Assembleia Constituinte. A partir de então, Góis e Dutra começaram a se articular com outros generais visando à abertura do regime político[97]. Vargas, por fim, reconheceu que se o Brasil desejava tornar-se influente na ordem política internacional do pós-guerra, e obter investimentos diretos para o seu desenvolvimento, era necessário realizar ajustes na estrutura política brasileira[98].

Nesse cenário, após a ocorrência de relevantes eventos que visavam a legalidade democrática do sistema eleitoral, em 18 de abril de 1945 foi proclamada a anistia e todos os prisioneiros políticos foram liberados. Mediante a Lei Eleitoral de 28 de maio, foram marcadas as eleições presidenciais e parlamentares para 02 de dezembro do mesmo ano[99].

No plano internacional, durante a tentativa de fuga, na fronteira entre a Itália e a Suíça, Benito Mussolini foi capturado no dia 25 de abril de 1945 por membros dos membros da resistência italiana, os *partigianis*, e executado posteriormente[100]. Em 30 de

[96] SANDER, ibidem, p. 298.
[97] LINS, ibidem, p. 82-83; BETHELL, ibidem, p. 72-74.
[98] BETHELL, ibidem, p. 72-73.
[99] No mês de janeiro de 1945, em São Paulo, foi realizado o Iº Congresso Brasileiro de Escritores, na qual emitiu-se um manifesto pregando a legalidade democrática e do sistema eleitoral mediante sufrágio universal, e teve a adesão de vários escritores do país. Posteriormente, em 22 de fevereiro de 1945, foi publicada uma entrevista no jornal Correio da Manhã, realizada com o ex-candidato à presidência de 1937, José Américo de Almeida, que criticou duramente o Estado Novo e pediu novas eleições. Segundo Roberto Sander a publicação da entrevista marcou o fim da censura à imprensa, o fim da repressão à oposição política, e a subsequente extinção do DIP. SANDER, ibidem, p. 304; BETHELL, ibidem, p. 78.
[100] Segundo Humberto Silva, antes da "rendição total das tropas alemãs em território italiano, Benito Mussolini e sua esposa Clara Petacci e os membros de seu governo da República de Salú [ou Salò] foram

abril, Adolf Hitler suicidou-se. Foi indicado então como seu sucessor ao cargo de chefe de Estado o almirante Karl Dönitz, responsável pela assinatura de um armistício provisório, em 08 de maio de 1945, na qual ficou definido os termos da rendição incondicional[101].

Entre os dias 07 e 08 de maio de 1945, conforme consta no jornal Diário do Comércio, parte da população de São João Del Rei, tomando nota das notícias sobre a capitulação da Alemanha, partiu às ruas para regozijar o evento. Na noite do dia 07, o Atletic Club e a Associação de Sargentos do 11º Regimento de Infantaria abriram os seus salões para os "bailes da vitória". Já no dia 08, as comemorações do triunfo das Nações Unidas foram em sua maior parte de caráter religioso, como missas e procissões. Além do hasteamento de bandeiras em determinadas partes da cidade, ao longo do dia, à noite, com as ruas "tomadas de gente" festejando o término da guerra, a banda Continental Jazz, desfilou executando marchas patrióticas, sob aplausos do público[102]. Já no dia 10 de maio, foi realizado um comício, intitulado "comício da vitória", na qual pronunciaram-se, do edifico da Prefeitura são-joanense, o prefeito Antônio Viegas, o comandante do IIIº Batalhão do 12º R.I., major Otávio Ismaelino, e o padre Mário Quintão. Logo em seguida foi realizada uma passeata, chamada de "passeata da vitória", na qual a população, calculada em cerca de cinco mil pessoas, percorreu as avenidas Hermílio Alves e Rui Barbosa, e as ruas Artur Bernardes, Marechal Deodoro, Largo do Carmo e Rua Direita. Na escadaria da Matriz, encerrando a passeata cívica, falou ao público Tancredo Neves e o padre Heitor de Assis. Todos os oradores da passeata deram foco a atuação da Força Expedicionária Brasileira, especificamente à ação do 11º Regimento de Infantaria[103].

No campo político nacional, mediante as greves contra o aumento do custo de vida e dos baixos salários, além de manifestações pró-anistia, os partidos foram se constituindo para lançar candidatos à Presidência da República[104]. Em 29 de outubro de 1945, depois

---

aprisionados e posteriormente fuzilados ao tentarem fugir perto da cidade de Lago de Como, na fronteira da Suíça. Em Milão, seus corpos foram pendurados de cabeça para baixo em um posto de gasolina, fato que foi registrado pelo expedicionário João Carturano com o título em italiano 'Giustizia é fatta – Milano – 29/04/1945'". SILVA, Humberto, Op. Cit., p. 27; CASTELLO BRANCO, ibidem, p. 472.

[101] SANDER, ibidem, p. 306. Karl foi preso no dia 23 de maio de 1945, representando o fim da Segunda Guerra Mundial no Ocidente, visto que no Oriente ainda haveria o lançamento de duas bombas atômicas dos Estados Unidos sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, em 06 e 09 de agosto de 1945, respectivamente, e a rendição do Japão, em 15 de agosto de 1945. WILLMOTT, H. P. et. al. **Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 259 e 292-293.

[102] Diário do Comércio, 10 de maio de 1945, nº 2149, p. 1.

[103] Idem.

[104] Segundo Jorge Ferreira, a política do "esforço de guerra", "com a suspensão temporária de alguns benefícios da legislação trabalhista, e a inflação que corroera os salários resultaram em um empobrecimento dos assalariados". Entretanto "foi este mesmo povo empobrecimento que saiu às ruas exigindo a

de nomear seu irmão Benjamin Vargas para chefe de Polícia do Rio de Janeiro, um golpe militar depôs Getúlio. Mesmo com o apoio sindical e de parte da população trabalhadora, expressas pelas manifestações de solidariedade dos "queremistas", entre fevereiro e outubro de 1945, o Estado Novo apresentou sinais de esgotamento político. Conforme ressalta Jorge Ferreira, sem o apoio dos altos escalões das Forças Armadas, e com a derrota dos fascismos europeus, Vargas perdeu a base de sustentação de seu poder e as condições políticas para continuar na presidência da República[105].

Desta forma, em 02 de dezembro de 1945 ocorreram as eleições para presidência da República, contando com a presença de vários partidos, assim como a formação de uma Assembleia Constituinte. Dutra (PSD) venceu a eleição, obtendo 55,9% dos votos; Eduardo Gomes (UDN) 35,74% e Yedo Fiúza (PCB) 9,7% dos votos. Nesse cenário, o PTB surgiu como o terceiro partido na Câmara, e o PSD elegeu a maioria de vereadores e deputados estaduais e federais, além do presidente Vargas[106].

Conforme afirma Leslie Bethell, com o término da Segunda Guerra Mundial, houve uma pressão interna em busca de um sistema político mais aberto e democrático[107]. Desta forma, os políticos envolvidos no processo constituinte basearam a nova Constituição de 1946 em modelos democráticos[108]. Entretanto, segundo Eli Diniz, a herança institucional varguista não foi desmontada com a queda do Estado Novo. Ou seja, "a redemocratização do país, no período pós-45, não afetou de forma substancial o centralismo administrativo e o estilo de gestão introduzidos por Vargas. Ao contrário, houve a manutenção do arcabouço institucional do governo deposto", como a preservação do Executivo forte, o controle do processo deliberativo pela "alta burocracia", a subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, o desenvolvimento de uma classe empresarial vinculada aos favores do Estado e a marginalização política dos trabalhadores rurais[109].

---

permanência de Vargas". FERREIRA, Jorge. *A democratização de 1945 e o movimento queremista*. In FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano 3 – O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 18. A lei eleitoral de maio de 1945, elaborada sob a supervisão do ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, determinou a constituição de partidos de caráter nacional, rompendo com a tradição regionalista da política partidária brasileira. CAPELATO, ibidem, p. 138-139.

[105] FERREIRA, ibidem, p. 16.

[106] Idem, p. 40-41.

[107] BETHELL, ibidem, p. 24.

[108] LINS, ibidem, p. 213-215. A nova Constituição só foi concluída em 18 de setembro de 1946.

[109] DINIZ, Eli. *Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais*. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 29.

Capítulo II

A imprensa e a mídia no Estado Novo

O governo varguista buscou amplificar sua estrutura de apoio através da produção de propaganda política voltada para as massas. Há uma dualidade em relação à produção cultural, pois alguns produtores foram censurados e impedidos de divulgar obras críticas, porém vários intelectuais foram convocados para participar da organização do Estado Novo, especulando sobre questões nacionais e criando obras adequadas à nova forma de poder[110].

Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)

Getúlio Vargas, em dezembro de 1939, criou um importante órgão de controle da imprensa e dos meios de comunicação social, intitulado Departamento de Imprensa e Propaganda, que ficou sob a diligência do jornalista Lourival Fontes. Vinculado ao gabinete do presidente, e organizado nos Estados como Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), o órgão teve a função de supervisionar os meios de comunicação de massa, como radiodifusão, imprensa, cinema e teatro, além de promover a figura de Vargas e divulgá-lo no noticiário nacional[111].

Segundo Ana Peixoto, a implantação e manutenção do regime estadonovista dependeu da "vinculação de uma ideologia legitimadora, capaz de justificá-lo, de manter a coesão da classe dominante e de cooptar a adesão dos grupos dominados para o seu projeto"[112]. Desta forma, por meio da propaganda, o governo varguista utilizou-se de símbolos e imagens buscando o consentimento e adesão social ao discurso oficial. Para Maria Capelato, o Estado Novo caracterizou-se pela "defesa da intervenção estatal na cultura, entendida como fator de unidade nacional e harmonia social, (...), [e] como suporte da política e, nessa perspectiva, cultura política, e propaganda se mesclaram"[113].

Segundo Simon Scwartzman, Helena Bonemy e Vanda Costa, para a constituição de uma nacionalidade, o governo varguista buscou homogeneizar a sociedade brasileira,

---

[110] CAPELATO, ibidem, p. 130.
[111] O DIP foi criado em 27 de dezembro de 1939, sob o Decreto-lei nº 1.950, e teve a função, de "centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional"; e" fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da radiodifusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas por lei". Cf. Legislação Federal, 1939, p. 666-667.
[112] PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. **Educação e Estado Novo em Minas Gerais**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003, p. 19.
[113] CAPELATO, ibidem, p. 123-125.

tanto no que diz respeito à etnia dos grupos sociais, quanto nos aspectos culturais[114].

Cinema

Vargas idealizou o cinema brasileiro como meio de instrução e conquista das massas. Nesse cenário, houve uma valorização da indústria cinematográfica nacional, que buscou, inicialmente, confrontar-se ao cinema norte-americano.

Segundo Nelson Werneck Sodré, a fundação de uma indústria cinematográfica brasileira remonta a nacionalização do Serviço de Censura Cinematográfica para a Educação Popular, criado em 04 de maio de 1932, mediante o Decreto lei-nº 21.240. Dez anos depois, em 29 de janeiro de 1942, foi criado o Conselho Nacional de Cinematografia, sob a tutela do DIP, pelo Decreto-lei nº 4.064[115].

Criado em 1937, o Instituto Nacional de Cinema Educativo ficou responsável pela organização e edição de filmes educativos brasileiros. Já a Divisão de Cinema e Teatro do DIP, a partir de 1939, ficou encarregada de realizar a censura prévia de filmes e produções do Cine Jornal Brasileiro. Desta forma, os documentários cinematográficos produzidos pelo DIP mostravam comemorações, festividades públicas e realizações governamentais[116]. Entretanto, os filmes nacionais de gênero ficção não conseguiram competir no mercado nacional com as produções norte-americanas.

Segundo Gerson Moura, o Birô Interamericano[117] buscou, através do cinema, implementar uma penetração ideológica no mercado brasileiro, elaborando um programa de filmes de ficção e de documentários. O órgão, com o objetivo de transmitir a mensagem de uma colaboração hemisférica, patrocinou a realização de 122 filmes em português, sendo a maior parte sobre o esforço de guerra do Brasil. Já os documentários

---

[114] SCWARTZMAN, Simon; BONEMY, Helena Maria; COSTA, Vanda Maria. **Tempos de Capanema.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 141-142.

[115] SODRÉ, Nelson Werneck; SODRÉ, Olga (orgs.). **Desenvolvimento brasileiro e luta pela cultura nacional**. Itu: Ottoni Editora, 2010, p. 148.

[116] Após abril de 1932, com a emissão do decreto nº 21.240, que obrigava a exibição de filmes nacionais, houve um relativo equilíbrio da indústria cinematográfica brasileira, até então deficitária. CAPELATO, ibidem, p. 127-128.

[117] Em 16 de agosto 1940 foi criado o Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations Between the American Republics (OCCCRBAR), com sede no Rio de Janeiro, popularmente conhecido como "Birô". O órgão, subordinado ao Conselho de Defesa Nacional dos Estados Unidos, teve o objetivo de articular medidas para recuperar as economias latino-americanas, reduzir a influência do "Eixo" no plano internacional, e produzir programas educacionais, culturais, e propagandistas que introduzisse nos países da América valores norte-americanos, garantindo, desta forma, supremacia política, econômica, cultural e militar dos Estados Unidos. Segundo Gerson Moura, as articulações do Birô Interamericano, a partir de 1941, obedeceram a um planejamento meticuloso de penetração ideológica e conquista de mercado. A "boa-vizinhança" apresentou-se como uma troca desigual, ou seja, o intercâmbio cultural produziu uma influência de direção única, vangloriando a hegemonia dos Estados Unidos sobre o Brasil e América Latina. MOURA, **Tio Sam...**, Op. Cit., p. 9-12, 20, 22 e 30.

abordaram aspectos naturais, sociais, científicos e técnicos dos Estados Unidos. Ademais, o Birô patrocinou turnês de astros de Hollywood à América Latina e artistas latino-americanos aos Estados Unidos[118].

Desta forma, o DIP, em ação conjunta com o Birô na produção e distribuição de filmes, a partir de 1941, contribuiu com cinegrafistas e atores brasileiros nas produções de filmes e documentários, e reduziu a censura aos filmes norte-americanos[119]. Após o rompimento das relações diplomáticas com os países do "Eixo", em janeiro de 1942, o departamento brasileiro tornou-se ativo na apreensão de filmes alemães, italianos e japoneses, tanto os de propaganda como os de ficção nos cinemas do Brasil[120].

Cine Capitólio: exaltação ao Estado Novo e exibições de filmes de guerra

O cinema são-joanense, Cine Capitólio[121], após o início de 1939, empenhou-se em reproduzir filmes com uma temática de guerra assim como produções laudativas ao regime do Estado Novo, o que era comum no cenário nacional. Retratando sobre a Força Expedicionária Brasileira (1944-1945), Virgínia Guimarães indica que,

> Através dos cinejornais e documentários de curta metragem, então de exibição obrigatória nos cinemas, eram mostrados o embarque de pracinhas, sua atuação no *front*, as batalhas vencidas, o estado de espírito da população brasileira diante do desenrolar dos acontecimentos na Europa[122].

Além das produções nacionais, o Cine Capitólio também reproduziu filmes "*hollywoodianos*", que, além de possuírem maior exibição nas salas de cinemas brasileiros, satirizavam e contrapunham-se, de certa forma, à ascensão e atuação de regimes totalitários europeus.

---

[118] Idem, p. 36-42.
[119] CYTRYNOWICZ, ibidem, p. 220.
[120] MOURA, **Tio Sam...**, Op. Cit., p. 42-44.
[121] Segundo Antônio Gaio Sobrinho, no dia 16 de junho de 1928, a corporação dos irmãos J. Faleiro & Cia., inaugurou em São João Del Rei a sala de cinema conhecida como Cine Capitólio, na Avenida Rui Barbosa, atual Avenida Tancredo Neves, vindo este a deslocar-se posteriormente para as dependências do Teatro Municipal. GAIO SOBRINHO, Antônio. **São João del-Rei - 300 anos de histórias**. São João del-Rei: [s.n.], 2006, p. 60-61.
[122] CARVALHO, ibidem, p. 33.

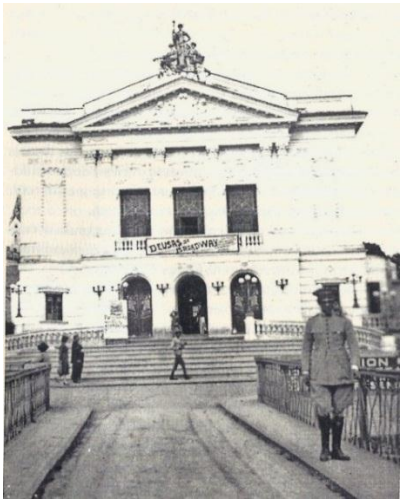


Figura 2: Cine Capitólio / Teatro Municipal. Fotografia registrada entre 1945 e 1946. Fonte: ALÉM, 2007, p. 124.

Durante o mandato do prefeito Antônio Viegas, em 1941, o cinema passou por modificações e foi arrendado por 20 anos para a Empresa Cinematográfica F. Cupello & Cia., dos sócios-gerentes Francisco Cupello e Gabriel Vilella[123]. A reinauguração do cinema, após o período de obras, foi comentada por Antônio Guerra, na qual, no dia 10 de novembro de 1941, o evento contou com a presença de Antônio Viegas, autoridades civis e militares, representantes das companhias cinematográficas, jornalistas, e a população local, dispondo de um programa que homenageou o "transcurso do aniversário do Estado Novo, [e] (...) ao (...) Presidente Getúlio Vargas, com um Concerto pela Sinfônica, tendo também abrilhantado a festa a Banda do 11º Regimento de Infantaria"[124].

Imprensa

Em relação à imprensa, com o início da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, segundo Virgínia Guimarães, houve dois momentos de controle e abordagem do Estado sobre o veículo de comunicação, sendo o primeiro correspondente ao período de neutralidade, marcado pela imparcialidade, e o segundo, após agosto de 1942, envolto no contexto de declaração de guerra com os países do "Eixo", delimitado por uma densa propaganda pró-aliada. Nesse sentido, os periódicos e a imprensa, no decorrer do ano de 1942, buscaram transmitir a ideia de forte mobilização popular em todo país, sendo comum encontrar manifestações em favor da entrada do país na guerra ao lado dos "Aliados"[125].

[123] VIEGAS, ibidem, p. 77.
[124] GUERRA, Antônio. **Pequena história de teatro, circo, música e variedades em São João del-Rei 1717 a 1967**. Juiz de Fora: [s.n.], 1968, p. 223.
[125] CARVALHO, ibidem, p. 32.

Conforme aponta Roberto Sander, não houve um jornal brasileiro, que, desde o início das hostilidades, "não dedicasse inteiramente a sua primeira página, (...), aos acontecimentos nas Europa, na África, e depois da entrada dos Estados Unidos no conflito, no Oceano Pacífico"[126].

Contrapondo-se a tese do controle efetivo da imprensa efetuado pelo DIP, Nelson Werneck Sodré indica que as agências publicitárias norte-americanas, visando o domínio do mercado interno brasileiro, influenciaram financeiramente os grandes jornais brasileiros, além disso controlaram, de certa forma, a produção de matérias[127].

Nesse sentido, segundo Gerson Moura, o Birô Interamericano passou manipulou a transmissão do noticiário realizado pelas agências de notícias à imprensa brasileira. Cerca de 422 agências de publicações, de jornais e revistas das principais cidades brasileiras, receberam dezenas de milhares de notícias e fotografias, além de artigos sobre as relações interamericanas e favoráveis ao Estados Unidos.

> A operação 'divulgação de notícias', se fazia em duas direções: havia notícias dos Estados Unidos no Brasil e notícias do Brasil nos Estados Unidos (estas em menor escala, reproduzidas depois nos jornais brasileiros). Em duas direções também se faziam as visitas de editores e jornalistas dos países: os americanos vinham conhecer o Brasil, enquanto os brasileiros iam aprender a técnica e os progressos do jornalismo e da atividade editorial americana[128].

Além disso, o Birô estimulou centenas de empresas privadas norte-americanas a colocar anúncios de produtos em jornais, periódicos e revistas de vários países da América Latina. Os anúncios estavam ligados a promoção da ideia de "esforço de guerra" continental, explicitando as razões da escassez de gêneros alimentícios e a necessidade de sacrifícios imediatos no consumo, visando "garantir a fartura" no pós-guerra[129].

Noticiário são-joanense

As informações do cenário nacional e internacional chegavam aos são-joanenses através dos periódicos locais. Embora algumas pessoas não dessem a devida importância com a guerra em curso, o ex-combatente Gentil Palhares atesta que "todo mundo acompanhava o desenrolar do cataclismo europeu (...) inteirando-se das notícias por intermédio da imprensa e do rádio"[130].

[126] SANDER, ibidem, p. 180.
[127] SODRÉ, ibidem, p. 137;148.
[128] MOURA, **Tio Sam...**, Op. Cit., p. 34.
[129] Idem, p. 69.
[130] PALHARES, ibidem, p. 131.

Nesse cenário, entre 1939 e 1945, havia dois periódicos expressivos que circulavam em São João Del Rei[131], sendo eles "*O Correio"*, órgão de divulgação do Partido Republicano Municipal (PRM), distribuído localmente em uma média quinzenal, entre 1926 e 1960; e o jornal "*Diário do Comércio"*[132], criado pela Associação Comercial de São João Del Rei com o objetivo de ser o órgão informativo das indústrias e do comércio da cidade, que circulou diariamente entre 1938 e 1961[133].

Possuindo uma coluna esportiva, uma seção agrícola, uma seção católica, publicações humorísticas e variadas propagandas, ou seja, recebendo um grande financiamento publicitário[134], o Diário do Comércio era geralmente impresso em quatro páginas, sendo a edição unitária vendida à $0,30 cruzeiros. Além disso, o jornal oferecia ao público consumidor a opção pela assinatura semestral, que custava $22,00 cruzeiros, e anual, $40,00 cruzeiros[135]. Tendo em mente que a fonte jornalística não é imparcial, o impresso era direcionado a um público amplo, ou seja, pessoas de variadas camadas sociais, como comerciários, industriais, banqueiros, médicos e operários, intervindo na opinião pública da população são-joanense.

Durante a guerra, o Diário do Comércio divulgou, diariamente, informações das operações de guerra, desde o "teatro de operações ocidental" até à guerra no Pacífico, que eram produzidas pelos principais jornais do Brasil e do exterior, visto que inexistiam

---

[131] Segundo Denis Tavares, ambos os periódicos apresentavam a cidade São João Del Rei como cidade industrial, moderna e progressista, ressaltando as modificações de espaço, decorrentes dos planos de melhoramento e embelezamento urbano, rompendo com a representação de cidade colonial, decadente, estática no tempo. TAVARES, Denis Pereira. *Leituras de São João Del Rei/MG: experiências espaço-temporais da modernidade*. **Revista Espacialidades [online]**. 2011, v. 4, n. 3, p. 22. Segundo Augusto Viegas, existiram também pequenos periódicos de menor expressão como A Voz da Escola (1939); O Garoto (1939); O Nosso Jornalzinho (1939); O Relâmpago (1940); O Brasil (1941); Frivolidade (1942); O Abelha (1942). VIEGAS, Augusto. **Notícia de São João del-Rei**. BH: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1969, 3ª edição, p. 73-80. Além disso, havia o jornal educacional Stella Maris, editado no Colégio Nossa Senhora das Dores, e O Porvir, compilado no Colégio Santo Antônio.

[132] Durante a vigência do Estado Novo, o jornal Diário do Comércio foi registrado no D.I.P. sob número 8145. Dentre alguns nomes da redação destaca-se: José Bellini dos Santos, Antônio Rocha, Pedro de Souza, José Barbosa, mons. José Fernandes e Tomaz de Almeida.

[133] O periódico "O Correio" e o "Diário do Comércio" foram fundados em 08 de setembro de 1926 e em 08 de março de 1938, respectivamente. LIMA, Alex Witney. *A liga municipal de desportos de São João Del Rei e um novo modelo de gestão esportiva (1945-1955)*. In: **PODIUM: Sport, Leisure and Tourism Review**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 81-98, jan./jun. 2013, p. 85.

[134] Dentre as instituições e indivíduos que financiavam publicitariamente o jornal destacam-se: Banco Almeida Magalhães S.A., Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., Oficina Eletro Técnico (consertos de rádios e motores), Tonificante Vanadiol, Dra. Iracema Baccarini, Dr. Ivan de Andrade Reis, Dr. Cid Rangel, Dr. Edson Resende, Engenheiro Antônio Alves; Dr. J. Gaudêncio Neto, Dr. Jose Batista dos Reis, Dr. Lindorifico Esteves, Elixir de Nogueira, Casa Alves Netto Ltda, Petrolina Minâncora, Cigarros Sumatra, Elixir 914, J. Cardoso & Cia, Advogado Francisco de Almeida Magalhães, dentre outros.

[135] Até outubro de 1942, quando ocorreu a conversão monetária para o cruzeiro, o jornal era vendido de modo avulso pela quantia de $200, e oferecia a assinatura de semestral de 16$000 e anual de 30$000.

correspondentes de guerra, ou contratos com agências de informações[136]. Além disso, o jornal reproduzia charges que apoiavam os países "Aliados" e satirizavam as potências do "Eixo".

Conforme nota-se na charge a seguir, Hitler, em uma fábrica de brinquedos alemã, observando que o boneco Bulgária estava tomando um rumo distinto dos bonecos da Hungria, da Romênia, de Vichy, do Japão, e de Quisling, logo criticou: "*Psiu camarada! Você tomou corda demais!*". Ou seja, a charge refere-se ao momento da ocorrência de um Golpe de Estado na Bulgária em setembro de 1944, que levou a uma mudança de administração governamental. Em suma, Konstantin Muraviev foi derrubado do poder e substituído pelo governo da Frente Patriótica, chefiada por Kimon Georgiev. O Golpe de Estado, apoiado pela União Soviética, fez com que os búlgaros abandonassem o apoio pró-alemão e se aproximassem dos soviéticos[137].

Figura 3: Charge. Autor BNS. Diário do Comércio, São João Del Rei, 31 de maio de 1944, nº 1.869, p. 2.

[136] Um número considerável da população do município de São João Del Rei no início da década de 1940, cerca de 22 mil habitantes, em um quadro de 45 mil, sabiam ler e escrever, ou seja, já eram alfabetizadas; favorecendo, de certa forma, o conhecimento de notícias das frentes e conflitos da Segunda Guerra Mundial. Recenseamento Geral Do Brasil (1º de setembro de 1940); Série Regional, Parte XII, Minas Gerais, Tomo 2. Censo Demográfico, População. Quadros Sinóticos por Município; Quadro de Distribuição Segundo a Situação do Domicílio. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1950, p. 506-507. De acordo com os dados do Recenseamento Geral do de 1950, a população do município são-joanense, que somava 50.621 pessoas, em 1950, foi reduzida para 49.917 pessoas em 1955, em virtude do desmembramento do distrito de Nazareno. As principais aglomerações urbanas do município eram: São João Del Rei (sede), 24.560 habitantes, as vilas de Arcângelo, 316 habitantes, Caburu, 378 habitantes, Cassiterita, 863 habitantes, Emboabas, 200 habitantes, Nazareno, 1.082 habitantes, Rio das Mortes, 693 habitantes, Santa Rita do Rio Abaixo, 1.250 habitantes, São Sebastião da Vitória, 264 habitantes, e "Quadro Rural", 21.015 habitantes. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Municípios do Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE. XXVII Volume. 1959, p. 225-226.

[137] JULIÁ, Xavier Moreno. *La europa del Este de 1944 a 1950: sufrimiento, muerte e ideología igualitaria.* In: CERVELLÓ, Josep; TAPIA, Alberto (orgs.). **Exilios en el mundo contemporáneo: vida y destino**. Tarragona, México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2016, p. 79-80.

Entretanto, é importante ressaltar que, segundo César Maximiano, as informações que chegavam ao Brasil, durante a guerra, eram limitadas. Após o ataque malsucedido da FEB em Castelnuovo di Garfagnana, em outubro de 1944, por exemplo, os correspondentes brasileiros foram proibidos de ir para as frentes de batalha. Desta forma, os familiares e amigos recebiam pouca ou nenhuma notícia sobre os expedicionários na Itália, que eram transmitidas por meio de crônicas escritas pelos correspondentes ou por meio de cartas censuradas[138].

Radiofonia

Após 1930, o governo varguista criou o canal do Ministério da Educação e iniciou a exploração da Rádio Nacional, contribuindo para uniformização da língua falada. Setores como política, futebol, música popular e matéria publicitária estiveram em torno das principais abordagens do rádio, que passou a divulgá-los profissionalmente para a população brasileira[139]. Segundo Nelson Werneck Sodré

> O rádio possibilitou, no Brasil, (...) pela primeira vez, a notoriedade de dimensão nacional; criou novos ídolos; ajudou extraordinariamente a difusão e a popularização da música; constituiu-se no veículo publicitário mais importante, criando mercado, a prazo curto, para qualquer produto; profissionalizou ou ajudou a profissionalizar aqueles que se dedicavam à música e ao esporte; gerou a produção nacional de aparelhos receptores e a técnica necessária a essa produção e à manutenção correspondente[140].

Desta forma, os programas radiofônicos tiveram grande representatividade na difusão do noticiário de guerra. Os rádios transmitiam desde programações locais, até notícias internacionais recebidas diretamente dos Estados Unidos e outros países europeus. Conforme indica Marlene de Fáveri, os rádios recebiam transmissões diretas da Alemanha e da Itália, porém possuir aparelhos radiotransmissores era um motivo explícito para a atuação da polícia política varguista. Ou seja, "possuir um aparelho de rádio por si só transformava o estrangeiro/naturalizado/descendente em um possível 'quinta-coluna', que se comunicava ou ouvia a Itália e a Alemanha"[141].

Vargas utilizou-se amplamente do rádio em programas como a Hora do Brasil, produzido pelo DIP a partir de janeiro de 1942[142]. Nesse cenário, os estrategistas norte-

[138] MAXIMIANO, ibidem, p. 98.
[139] SODRÉ, ibidem, p. 159-160.
[140] Idem, p. 160.
[141] FÁVERI, ibidem, p. 263.
[142] Através do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), incialmente, criado sob o Decreto-lei nº 2304, de 30 de dezembro de 1924, Vargas buscou controlar e reprimir os movimentos políticos e sociais contrários ao regime estadonovista. Em 1930, a Delegacia de Ordem Política e Social foi seccionada em duas alas: a de Ordem Política e a de Ordem Social. Os departamentos receberam outras denominações,

americanos criaram variados programas em estações locais latino-americanas, com o objetivo difundir a batalha ideológica contra o fascismo; afirmar o liberalismo, modelar o "*american way of life*"; produzir o alinhamento brasileiro aos Estados Unidos; e obter maior audiência. Em 1941, por exemplo, foram fundadas estações norte-americanas no Rio de Janeiro e contratados jornalistas brasileiros para adaptarem as notícias às necessidades do país[143]. O jornalista Joseph Brant, que esteve ligado à radio-propaganda durante a Segunda Guerra Mundial, salienta que a radiofonia gerou grande "transformação em certos aspectos da tática e da estratégia, principalmente pelas possibilidades quase ilimitadas de seu uso como arma de subversão e desmoralização de nações e exércitos"[144].

A primeira emissora radiofônica de São João Del Rei, a "Rádio São João del-Rei, S/A", foi fundada em 18 de maio de 1945, ocupando o canal 970 AM[145]. Segundo Augusto Viegas, a estação, sob o prefixo ZYI-7, foi inaugurada solenemente em 18 de maio de 1947, data esta de sua primeira transmissão[146].

Juliane Machado, diretoria geral da emissora, indica que a "Rádio São João" foi fundada com o "objetivo (...) de informar e proporcionar bem-estar às famílias de São João Del Rei e região. (...) Eram tempos difíceis: o mundo voltava os olhos, atemorizados, para a 2ª Guerra Mundial". Nesse cenário, a partir de uma reunião realizada pela Associação Comercial são-joanense, nasceu o projeto de criar a transmissora. Ademais, Juliane aponta que "a maior acionista passou a ser a (...) família Almeida Magalhães. Várias famílias a seguiram à frente da Rádio São João: os Silva, os Camarano, os Neves, os Braga e tantas outras (...)"[147].

---

dependendo da época e do local, como DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) e DELOPS (Delegacia de Ordem Política e Social). Segundo Larissa Corrêa, cabia à "Delegacia de Ordem Política e Social (...) fiscalizar o fabrico, a importação, a exportação, o comércio, o emprego ou o uso de matérias explosivas; fiscalizar a entrada e permanência de estrangeiros; instaurar, avocar, prosseguir e ultimar inquéritos relativos a fatos de sua competência; proceder ao registro de jornais, revistas e empresas de publicidade em geral". CORRÊA, Larissa Rosa. *O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo*. In: **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, nº 33, 2008, p. 2.

[143] MOURA, **Tio Sam...**, Op. Cit., p. 44-45 e 52.

[144] BRANT, Joseph Errol. **Segredos da guerra psicológica**. São Paulo: Difusora Cultural, 1967, p. 10.

[145] Rádio São João: 69 anos de muitas histórias. Postado por Gazeta de São João del-Rei em 17 de Maio de 2014. Disponível em: http://www.gazetadesaojoaodelrei.com.br/site/2014/05/radio-sao-joao-69-anos-de-muitas-historias/. Acesso em: 29 de novembro de 2017.

[146] Augusto indica ainda que a rádio funcionava com uma frequência de 970 ciclociclos e potência de 250 watts. VIEGAS, ibidem, p. 66.

[147] MACHADO, Juliane Menezes. ***Artigo – Rádio São João: 70 anos de história***. Postado por Gazeta de São João del-Rei em 23 de Maio de 2015. Disponível em: http://www.gazetadesaojoaodelrei.com.br/site/2015/05/artigo-radio-sao-joao-70-anos-de-historia/. Acesso em: 28 de novembro de 2017.

Capítulo III

O processo de nacionalização e perseguição de imigrantes

Após o golpe militar de Getúlio Vargas, em novembro de 1937, houve um embate entre o governo brasileiro e grupos sociopolíticos. Nesse sentido, a ditadura varguista proibiu a atuação e organização de partidos políticos e organizações estrangeiras com finalidades partidárias[148].

Com o fracassado golpe integralista, em maio de 1938, Vargas buscou reprimir elementos suspeitos de conspiração, prendendo líderes integralistas e membros das embaixadas alemãs e italianas, e alguns interventores brasileiros buscaram a nacionalização compulsória de estrangeiros, como, por exemplo, impondo às escolas particulares o ato de lecionarem em português, e eliminando concessões e verbas às escolas estrangeiras[149].

Segundo Ângela Gomes, Vargas, desde o início de seu mandato, previu as implicações da imigração não-controlada, relacionando-a com a necessidade de "valorização do capital humano" nacional, e com o equilíbrio político do país.

> O problema imigratório apresentava, (...), uma face econômico-social que só se agravara com a crise internacional de 1929 e todos os seus conhecidos desdobramentos. O número de desempregados era grande, como era grande o movimento interno que trazia mais mão-de-obra do campo para a cidade. Tudo isso redimensionava o problema político da presença maciça de estrangeiros no país. (....) Por essas razões, tornava-se necessária uma política de restrição à imigração.
>
> (...) Os imigrantes deveriam passar a ser entre nós, definitivamente, um fator de progresso e não de desagregação social e desordem política. O Brasil realizava, no Estado Novo, um grande esforço de ocupação das terras do interior, e era com esse horizonte que devia se preparar para receber os novos surtos imigratórios que certamente ocorreriam com o fim da guerra. Não nos interessava, portanto, a fixação de estrangeiros nas cidades. Eles deveriam ser conduzidos para os trabalhos do campo, sem prejuízo do brasileiro que constituiria a base primordial dessa política de colonização[150].

Nesse cenário, adotando uma política nacionalizadora, Getúlio criou leis específicas que proibia aos estrangeiros a execução de atividades econômicas e políticas no Brasil. Em 17 de março de 1938, por exemplo, foi instituído que os estrangeiros residentes no país, que requeressem matrícula, inscrição de firma individual ou arquivamento de conta, deveriam provar a permanência regularizada no país. Em 18 de abril, foi emitido o Decreto-lei nº 383, que proibiu a atividade política estrangeira no país,

[148] Pelo Decreto-lei nº 37, de 02 dezembro de 1937, foram proibidas as atividades partidárias no país.
[149] OLIVEIRA, ibidem, p. 24-26.
[150] GOMES, Ângela de Castro. *Ideologia e trabalho no Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 68-69.

sendo fechadas as organizações políticas e paramilitares italianas e alemãs[151]. Mediante o Decreto-lei nº 392, de 27 de abril de 1938, foi regulamentada a expulsão de estrangeiros[152]. Em 04 de maio do mesmo ano, Vargas criou o Conselho de Imigração e Colonização, com o intuito de determinar as cotas de admissão de estrangeiros, além de restringir a entrada de trabalhadores estrangeiros, protegendo os nacionais[153]. Além disso, o presidente aprovou o Decreto-lei nº 383, de 18 de maio de 1938, em que vedou à estrangeiros a atividade política no Brasil[154].

Segundo Dennison de Oliveira, mediante a um decreto emitido em abril de 1941, Getúlio Vargas buscou limitar o ingresso de imigrantes no Brasil, recrudescendo a política de nacionalização, reduzindo a entrada de negros, árabes e judeus, e indivíduos de origem alemã. Ainda em 1941, foi decretada a nacionalização do nome de registro dos filhos de estrangeiros nascidos no Brasil, e proibida a circulação e produção de jornais de língua estrangeira. Já no início de 1942, foi suprimida a execução de hinos, músicas, formas de cumprimento e o uso público das línguas alemã, italiana e japonesa[155].

Em suma, Maria Carneiro indica que Vargas, tido como o expoente do populismo,

> impôs a censura, criou tribunais de exceção, estigmatizou os estrangeiros e negou abrigo aos judeus refugiados do nazi-fascismo. Sem coragem de expor ao mundo seu ideário antissemita, manteve a política imigratória à sombra de circulares secretas. Enquanto isso, alemães nazistas e integralistas, ambos exaltadores das ideologias totalitárias no Brasil, propagandeavam suas ideias incentivados pelas atitudes 'fascistóides' do chefe da nação brasileira. Somente

[151] CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945**). 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1988, p. 160.
[152] O Decreto-lei nº 392, de 27 de abril de 1938, regulamentou a expulsão de estrangeiros.
[153] CARONE, **O Estado Novo (1937-1945)**, Op. Cit., p. 7. Em agosto de 1938 foram adotadas medidas para limitar a entrada de estrangeiros no Brasil, introduzindo-se o sistema de cotas calculadas por países. SEITENFUS, ibidem, p. 102.
[154] Conforme indica o Decreto-lei nº 383, de 18 de maio de 1938, que vedou a atividade política de estrangeiros no Brasil: "Os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país; Art. 2º É-lhes vedado especialmente: 3 - Hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas e estandartes, uniformes, distintivos, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro". Cf. Diário Oficial da União, Seção 1, 19/04/1938, Página 7357 (Publicação Original).
[155] OLIVEIRA, ibidem, p. 27. Marcos Maio aponta que "os judeus só começaram a ser tratados como 'perigo semita' em seguida à fracassada insurreição comunista de 1935 e, posteriormente, com a instauração do Estado Novo. No intervalo entre esses dois episódios surgiu a Circular (secreta) nº 1.127, expedida pelo Ministério das Relações Exteriores em junho de 1937, restringindo a entrada de judeus no Brasil. Ela foi precedida por uma série de pressões e constrangimentos à entrada de judeus no país, que envolveram o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Departamento Nacional de Povoamento e o Itamarati. (...) A partir do Estado Novo, a imposição de limites formais cada vez mais severos à entrada de imigrantes judeus no país resultava da conjugação de dois fatores: a) a influência crescente de critérios nacionalistas e raciais na regulação da política imigratória adotada pelo governo, da qual a criação, em 1938, do Conselho de Imigração e Colonização é exemplo bastante ilustrativo; b) o incremento, sem precedente, da insegurança e da perseguição dos judeus na Europa". MAIO, Marcos. *Qual antissemitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30*. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 244-245.

> após 1942, e assim mesmo sob o olhar vigilante dos Estados Unidos, é que Vargas saiu do seu falso neutralismo definindo-se para o lado dos 'Aliados'[156].

Perseguição aos "quinta-colunas" oriundos de países do "Eixo"

Após o rompimento das relações diplomáticas com os países do "Eixo", houve uma intensa ação policial para combater a espionagem no território brasileiro. Em janeiro de 1942 foi criado, pelo Estado-Maior da Foças Armadas, o Serviço de Informações de Interesse de Segurança Nacional. Consequentemente, nos meses posteriores foram identificadas rádios clandestinas alemãs que informavam sobre a movimentação dos portos nacionais, e fechados clubes, associações germânicas, empresas e grupos escolares. Por fim, foi proibida a de utilização da língua de países do "Eixo" em público[157], e efetuada a prisão de vários espiões comprometidos com a causa eixista, que utilizaram-se livremente de seus serviços de radiotransmissão até janeiro de 1942[158]. Para Dennison de Oliveira, existiu um número reduzido de espiões alemães no Brasil, restritos à observação de navios nos portos do Rio de Janeiro. Ou seja, com o afastamento de Filinto Müller, Chefe da Política da Capital Federal, em 1942, as redes de espionagem foram progressivamente extintas[159]. Segundo Francisco Ferraz, o "esforço de guerra", para além da mobilização econômica e militar, também esteve ligado à vigilância por parte da população civil contra atos de espionagem.

> Os membros das colônias alemãs, italianas e japonesas, bem como seus descendentes tornaram-se, aos olhos da população, suspeitos em potencial. Foram obrigados a portarem salvo-conduto especial para circularem pelas cidades do país e tornaram-se alvos constantes de denúncias, na maioria das vezes infundadas[160].

Conforme aponta Maria Silva, o governo brasileiro, no início de 1942, buscou responsabilizar os países do "Eixo" pelos ataques sofridos, o que levou ao fechamento de bancos e estabelecimentos estrangeiros, e também o confisco de bens de imigrantes

---

[156] CARNEIRO, Maria L. T. *O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional*. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 331.
[157] Cf. Decretos-leis nº 406 de maio de 1938, 3010 de agosto de 1938; 3911 de 09 de dezembro de 1941; 4166 de 11 de março de 1942; e portaria 5408 de 28 de abril de 1942.
[158] Sander afirma que antes mesmo da criação do Serviço de Informações de Interesse de Segurança Nacional, mediante Decreto-lei nº 2.985, de 25 de janeiro de 1941, o governo estabeleceu regras sobre a utilização de aparelhos de radiocomunicações ao longo do território nacional. Para o autor, apesar de toda desconfiança e perseguição, a partir de 1939, existiram espiões comprometidos em fornecer informações importantes, como o deslocamento das embarcações brasileiras para as potências inimigas. Além disso, havia a complacência de órgãos oficiais e a germanofilia de alguns setores do governo que contribuíam para montagem de uma complexa rede de espionagem nazista. SANDER, ibidem, p. 103-108.
[159] OLIVEIRA, ibidem, p. 41.
[160] FERRAZ, ibidem, p. 22.

italianos[161] e alemães[162]. Desta forma, os imigrantes e seus descendentes passaram a ser considerados como "nazistas" ou "quinta-colunas", cujo termo, no Brasil, relacionou-se a teóricos sabotadores, propulsores de boatos, ou espiões que ameaçaram a segurança nacional e que voltaram-se à subversão da ordem estabelecida, com o intuito de instaurar levantes nazistas ou integralistas. "Dessa forma, tornaram-se comuns as prisões de pessoas de origem alemã, italiana ou japonesa, geralmente por motivos fúteis ou arbitrários"[163].

Segundo Dennison de Oliveira, a campanha de nacionalização, aliada a propagação de notícias incompletas e deturpadas sobre os motivos que envolveram o país na guerra, "ajudou a consolidar o consenso de que todos os alemães e seus descendentes no Brasil eram (...) 'nazistas', e pior ainda, trabalhavam secretamente contra a segurança nacional e o bem-estar do povo brasileiro"[164].

Nesse espectro, o chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais, Ernesto Dornelles, no dia 28 de janeiro de 1942, baixou uma portaria que, seguindo as ordens do governo do Estado, foi enviada a todas as autoridades policiais mineiras. Determinou-se que

> a) - Os estrangeiros nacionais das potências com as quais o Brasil rompeu relações, nesta data [28 de janeiro] devem comunicar a autoridade policial a sua residência, dentro de 15 dias, contados da publicação do presente edital para verificação de residência; b) – residentes nesta capital [Belo Horizonte] farão aquela comunicação diretamente ao Serviço de Registro de Estrangeiros; os residentes no interior do Estado, à autoridade policial da sua localidade; c) – os súditos estrangeiros a que se refere a letra "a" não poderão mudar-se de uma para outra cidade sem autorização prévia do Serviço de Registro de Estrangeiros, sob pena de prisão; d) – a mudança de domicílio, na mesma cidade, depende, no interior de comunicação prévia à autoridade local, e na Capital, de autorização do Serviço de Registro de Estrangeiros[165].

Ainda em Minas Gerais, no dia 29 de janeiro de 1942 o governador Benedito Valadares baixou o decreto nº 2.049, de 28 de janeiro de 1942, declarando extinta, no Estado, a jurisdição das autoridades consulares da Alemanha, Itália e Japão. Ou seja, foi dissolvida a jurisdição de todos os cônsules, vice-cônsules e outros agentes encarregados de consulados da Alemanha, Itália e Japão[166].

Em âmbito nacional, em 11 de março de 1942, o governo brasileiro emitiu o

[161] Ricardo Seitenfus indica que o Brasil, em 1940, possuía cerca de 3 milhões de pessoas de origem italiana. Entretanto, com a obtenção de nacionalidade brasileira, o número de residentes que mantiveram nacionalidade italiana reduziria para 285 mil. Além disso, em 1940, existia no país uma colônia germânica que contava com uma população de 700 a 900 mil pessoas. SEITENFUS, ibidem, p. 37 e 11.
[162] SILVA, Marina, ibidem, p. 162-163.
[163] OLIVEIRA, ibidem, p. 28.
[164] Idem, p. 42.
[165] Diário do Comércio, 01 de fevereiro de 1942, nº 1178, p. 1.
[166] Diário do Comércio, 30 de janeiro de 1942, nº 1176, p. 1.

Decreto-lei nº 4.166, que dispunha sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil[167].

Segundo João Falcão, em 24 de agosto de 1942, mediante o Decreto-lei nº 4.612, foram cassados a autorização de funcionamento do Banco Alemão Transatlântico, do Banco Francês e Italiano para a América do Sul, e do Banco Germânico. Além disso, a partir de 31 de agosto, o governo caçou as cartas-patentes das companhias de seguros alemãs e italianas. Em outubro o Decreto nº 4806, por exemplo, determinou o confisco de bens e dispôs sobre as responsabilidades pelos prejuízos causados pelo "Eixo" aos brasileiros[168].

Segundo Luciano Meron, diante dos afundamentos ocorridos ao longo de 1942, algumas cidades do interior da Bahia, assim como na capital Salvador, foram atingidas por movimentos cívicos que cobravam ações do governo, e as agremiações de estudantes convocaram a população a aderi-las[169]. Em 12 de março de 1942, em ato de revolta, a "multidão" foi às ruas, em Salvador, e depredou lojas, como a empresa alemã de charutos *Dannemann & Cia*[170].

No estado de São Paulo, segundo Roney Cytrynowicz, os imigrantes japoneses, declarados inimigos do "Eixo" e suspeitos de sabotagem, foram expulsos da cidade de Santos e de bairros de São Paulo, em meados de 1943, e proibidos de produzir jornais em língua distinta do português. Além disso, foram proibidos de ensinar e falar japonês, tendo muitas de suas escolas sido fechadas, gerando discriminação por ideólogos e governantes do Estado Novo, como Francisco Campos, e, de certa forma, a desestruturação de valores, elementos culturais e geracionais da comunidade nipo-brasileira[171].

A partir de agosto de 1942, o DIP publicou notícias ligadas aos torpedeamentos

---

[167] Conforme consta o Artigo 1º do Decreto-lei nº 4.166, de 11 de março de 1942: "Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália". Decreto-lei nº 4.166, de 11 de março de 1942. Diário Oficial da União, Seção 1, 12/3/1942, Página 3918 (Publicação Original).
[168] FALCÃO, ibidem, p. 129-130.
[169] MERON, ibidem, p. 16.
[170] FALCÃO, ibidem, p. 87.
[171] Em 1942, o Brasil possuía cerca de 160 mil imigrantes japoneses e 120 mil descendentes. No final da guerra, em 1945, a comunidade nipo-brasileira era composta por cerca de 300 mil pessoas. Segundo Cytrynowicz, a maior perseguição aos japoneses e seus descendentes ocorreu com a expulsão forçada do litoral paulista, especialmente da cidade de Santos, iniciada no dia 8 de julho de 1943. No dia 12 do mesmo mês, foi contabilizado cerca de 4 mil japoneses deslocados que passaram pela Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, para se dirigirem-se à região noroeste do Estado. Na capital, houve cerca de 10 mil casos de transferências e desocupação de residências. CYTRYNOWICZ, ibidem, p. 27, 141, 143 e 155.

acusando os alemães de realizarem um atentado contra a marinha mercante brasileira e à soberania nacional. Consequentemente, foram realizados nos grandes centros urbanos, e em áreas de colonização alemã, variados protestos, em geral violentos, contra órgãos, empresas e indivíduos advindos de países do "Eixo". Ocorreu então, episódios de pilhagens, quebra-quebra, linchamento e a humilhação pública generalizada, culminando em um processo forçado de nacionalização e homogeneização cultural da população imigrante/brasileira[172]. Dennison de Oliveira ressalta que, após a declaração de guerra do Brasil aos países do "Eixo", em 31 de agosto de 1942, iniciou-se um processo de confisco de bens e imóveis de imigrantes que poderiam colaborar com subversão e espionagem inimiga, e a nacionalização de empresas, seguido pela nomeação de interventores para assumi-las. Houve também uma série de prisões, e, em determinados locais do país, as populações imigrantes foram transferidas para áreas onde foram vigiadas[173].

Segundo Roney Cytrynowicz, em caso de viagens, tornou-se necessário que todos os cidadãos oriundos dos países do "Eixo" possuíssem salvo-conduto, ou prova de identidade civil, que devia ser renovado a cada viagem. Somente os italianos puderam receber um cartão permanente desde que não possuíssem fichas de maus antecedentes político-sociais[174].

Priscila Perazzo, aponta que a repressão que estendeu-se a todos os estrangeiros do "Eixo" variavam de intensidade entre grupos de distintos locais do país. Os imigrantes alemães, entretanto, foram os maiores acometidos pelas práticas nacionalistas varguistas.

> Somando o maior número de cidadãos encarcerados, eles representavam uma dupla ameaça: enquanto grupo étnico que insistia em supervalorizar sua cultura e atuar politicamente nos moldes de um regime estrangeiro, colocando em risco o projeto nacionalista interno e, como súditos de um chefe com ambições imperialistas, como era o caso de Hitler, representavam um perigo internacional. Foi então que alemães, japoneses e italianos, os grupos de estrangeiros indesejáveis do governo de Vargas, passaram a ser considerados prisioneiros de guerra e, como tal, deveriam ser internados em campos de concentração[175].

Segundo Ana Dietrich, em Minas Gerais, no ano de 1942, o pastor luterano Viktor Schwaner, residente em Juiz de Fora, foi preso sob acusação de ser um agente nazista e

---

[172] OLIVEIRA, ibidem, p. 40-42.
[173] Idem, p. 28.
[174] Os brasileiros possuiriam documentos oficiais, e os estrangeiros de países "Aliados" ou neutros portariam a Carteira Modelo 19 ou Certidão de Registro Modelo 20. CYTRYNOWICZ, ibidem, p. 137.
[175] PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros de guerra: a reclusão dos imigrantes indesejáveis* (Brasil: 1942-1945). In: **Seminários, nº 3 - Crime, Criminalidade e Repressão no Brasil República. Proin - Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo**. p. 2. Disponível em: http://www.usp.br/proin/download/revista/revista_seminarios3_prisioneirosguerra.pdf. Acesso em: 04 de setembro de 2017.

permaneceu na "Prisão de Neves", em Belo Horizonte, por dois anos[176].

Clarice Lira aponta para a perseguição aos imigrantes de países do "Eixo" em Teresina, Piauí. Segundo a autora:

> (...) Em julho de 1943, saiu em edital da Chefia de Polícia, no [Diário Oficial], que os súditos alemães, italianos e japoneses, residentes no Estado deveriam comparecer ao Serviço de Registro de Estrangeiros na Capital e no Interior, apresentando-se nas delegacias de Polícia de cada município. Deviam esses súditos registrar os instrumentos de ótica e fotografia que estavam em seu poder. Os que não se apresentassem ficariam sujeitos às penalidades previstas em lei como também ficariam sujeitos à apreensão dos objetos não registrados e que fossem encontrados em seu poder[177].

"Perseguição" de imigrantes em São João Del Rei

Em relação à população imigrante estabelecida em São João Del Rei, em sua maior parte de origem e ascendência italiana, pode-se apontar alguns focos de perseguição, embora os ataques não ocorressem com a mesma intensidade como sucedido em cidades da região sul do país[178].

Segundo Mariana Teixeira, na cidade são-joanense, existiu uma Sociedade Italiana de Mútuo Socorro, intitulada "*Figli del Lavoro"*, que foi fundada pelos imigrantes italianos em 29 de outubro de 1891. No contexto da Segunda Guerra Mundial, a Sociedade teve todos os seus documentos e registros, como atas, estatutos, quadros, incendiados[179].

Já ao longo de 1942, após o rompimento das relações diplomáticas, e torpedeamentos na costa brasileira, a imprensa local buscou hostilizar os imigrantes são-joanenses. Conforme se lê em uma manchete do jornal Diário do Comércio, estes

---

[176] DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo tropical?: o partido nazista no Brasil**. SP: Todas as Musas, 2012, p. 177.

[177] LIRA, ibidem, p. 20-21.

[178] Em 1940, havia no município de São João Del Rei 44.787 brasileiros natos, 92 brasileiros naturalizados, 454 estrangeiros, e 2 de nacionalidade não declarada. Dentre os estrangeiros, havia 200 imigrantes italianos (89 homens e 111 mulheres); 111 de nacionalidade siríaca (70 homens e 41 mulheres); 70 de origem portuguesa (37 homens e 33 mulheres); e 18 imigrantes poloneses (10 homens e 8 mulheres). Dados colhidos do Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940); Série Regional, Parte XII, Minas Gerais, Tomo 2. Censo Demográfico, População. Quadros Sinóticos por Município; Quadro de Distribuição Segundo a Situação do Domicílio. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950, p. 506-507.

[179] Segundo Mariana, sua sede ficava próxima à Fábrica de Tecidos São-joanense, na Avenida Leite de Castro, e posteriormente passou para a Rua Cristóvão Colombo. "A associação preparava diversas atividades para adquirir renda, tais como corridas de cavalos, leilões e campeonatos de tiro ao alvo. Além disso, organizava também as festas do dia 20 de setembro (data em que se comemora a anexação de Roma ao reino italiano) e convocava todos os italianos para juntarem contribuições para quando a Itália se via envolvida em alguma catástrofe ou guerra". TEIXEIRA, Mariana Eliane. *Imigrantes italianos na cidade de São João del-Rei: debates na imprensa e os primeiros anos nos núcleos coloniais*. **Revista Latino-Americana de História. Dossiê História Política: temas, fontes e problemas**. Vol. 4, nº 14, dezembro de 2015, p. 372-373.

passaram a ser comparados a espiões, subversores, que deveriam ser perseguidos e denunciados.

> (...) A casta dos espiões, a quinta-coluna, é varia. Há os que entram, os que imigram; e há os naturais, os nativos. Aqueles agem por instinto racial à procura de espaço vital. São os plenipotenciários do exterior que nos entram pela casa a dentro e se intrometem na nossa vida para desalojar-nos das nossas posições materiais.
>
> Os naturais, os nativos, os domésticos, esses são os piores, porque já conhecem os nossos segredos. São eles os traidores miseráveis, que convivem conosco na intimidade do nosso viver. São os 'Judas de casa', fratricidas por índole e por natureza, são os monstros que a Pátria gerou, amamentou depois, [buscam] venderem-na, entregarem-na ao inimigo implacável.
>
> O espião deve, por isso, ser vigiado e denunciado às autoridades nacionais. Segui-lo, vigiar-lhe os passos, persegui-lo, denunciá-lo, é dever precípuo de cada brasileiro que quer ter sua liberdade garantida, a sua pátria livre, o direito de viver. Não nos enganemos com esses tartufos que ontem se exteriorizavam por princípios exóticos, e hoje, por circunstâncias outras, se dizem brasileiros, recolhendo as garras para expô-las na primeira oportunidade. São eles outros tantos espiões disfarçados e incorrigíveis, que devem ser acompanhados de perto, porque são, não há dúvida, elementos ótimos de ligação. O país se acha numa melindrosa situação de quase beligerância, porque a sua soberania já foi (...) violada com o torpedeamento de dois navios, o que quer dizer que a nossa bandeira já recebeu os primeiros golpes de insulto e de afronta[180].

No espectro nacional, segundo aviso da Coletoria Federal, os estrangeiros, após março de 1942, foram obrigados a apresentar sua carteira de "Registro de Estrangeiros" sempre que tratassem de qualquer assunto na Coletoria Federal. Além disso, as firmas coletivas só puderam renovar as patentes de registro desde que provassem o registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ou repartição equivalente[181].

Através da imprensa, havia são-joanenses que defendiam o confisco de bens dos imigrantes do "Eixo". Por exemplo, no jornal Diário do Comércio encontra-se uma manchete na qual o autor argumentou que

> Os nossos hóspedes, nascidos nos países do 'Eixo' (...), não se comportam. Formam uma perigosa quinta-coluna tão beligerante como os beligerantes propriamente ditos. A diferença é só de armas. Usam a língua como armas e a palavra como projétil. (...) A 'quinta-coluna' dá aos submarinos a notícia de quando deve partir e quando devem chegar nossos navios, o que significa em que ponto do mar devem estar em tal dia, por conclusão fácil. O submarino espera o navio brasileiro e mete-o ao fundo. Logo a 'quinta-coluna' determinou o dano e por ele deve responder, vida por vida, bens por bens, dente por dente. (...). O confisco é justo[182].

[180] A manchete foi escrita por Freitas Carvalho. Diário do Comércio, 06 de março de 1942, nº 1205, p. 4.
[181] Diário do Comércio, 18 de março de 1942, nº 1214, p. 1.
[182] Diário do Comércio, 20 de março de 1942, nº 1216, p. 1.

Além disso, existia uma rígida crítica a ação do "quinta-colunismo". A autora da manchete, Nina Rosa, ressalta que:

> Leem-se todos os dias nos jornais notícias referentes à Quinta-Coluna. Alemães, italianos e japoneses a quererem infiltrar sorrateiramente no seio do Brasil a sua estratégia afim de minar a força do país. Alguns estrangeiros paupérrimos que aqui aportaram e depois de sugarem 'vampiricamente' bastante da nossa riqueza, puderam deixar de lado seus remendos e trouxinhas. São esses que, agora, aliando-se às ordens infames de seus países, lutam contra o que lhes dá a vida. Mas o absurdo e mais vergonhosos acerca da Quinta-Coluna são os seus componentes brasileiros. Homens vis, desnaturados que se escravizam às nações do 'Eixo'. Piores do que Calabar, traidores e covardes que sob a capa da hipocrisia pretendem vender sua pátria[183].

Rosa ainda questiona:

> (...) haverá porventura são-joanense pertencente à Quinta-Coluna? Vergonha para São João [Del Rei] se tiver filhos de patriotismo de urso, traidores que por uma vã cobiça queiram entregar seu berço. Não queremos nem podemos crer [que] haja na sociedade são-joanense indivíduos que desçam tão baixo (...)[184].

Em outra matéria publicada no jornal, o autor anônimo evidencia um sentimento inicial de compaixão com os imigrantes italianos. Entretanto, o temor ao "Eixo" e de uma possível conspiração de seus descendentes, acaba sobrepondo-se à clemência.

> Por mais santa que seja a nossa revolta, não podemos (...) pôr em prática os mesmos métodos sanguinários do paranoico bandido alemão, sem com ele nos nivelarmos. (...). Por maior que seja a monstruosidade de seus crimes, não é justo que molestemos milhares de súditos do 'Eixo' que aqui vivem há dezenas de anos perfeitamente integrados ao nosso meio, cooperando com o seu trabalho honesto pelo engrandecimento do patrimônio nacional, sem cogitar se existem outras pátrias, senão aquela que adotaram espontaneamente para viver. Haja vista a numerosa colônia que aqui vive a há dezenas de anos [em São João Del Rei] que tem filhos brasileiros e que em grande maioria ignoram se existe um bufão cabotino chamado Mussolini, que entregou sua bela Itália a horda de hunos salteadores e selvagens que a dominam e saqueiam como saquearam os países conquistados. Com a pequena exceção de uns poucos italianos que aqui fazem fortuna e não perdem [a] oportunidade de escarrar no prato em que comem, a maioria não merece nossa vingança. Mas, a esses ingratos que escolheram o Brasil como campo fácil de lavrar para amealhar fortuna e que não perdem ensejo de nos manifestar sua malquerença, não devemos permitir que afrontem nossa dignidade nem conspirem contra nossa segurança. Urge vigiá-los continuamente e que, cada brasileiro leve ao conhecimento das autoridades todo ato desrespeitoso aos nossos sentimentos de povo livre, para que, no fim da guerra, lhes seja mostrada a porta da rua, depois de confiscados os seus bens. Se o Brasil é tão mau como eles propalam, não devem continuar a habitá-lo, nem dele levar qualquer coisa que lhes recorde os dias em que aqui residiram; nem bens, nem dinheiro. E pode estar certo que não deixarão saudades. Há ainda, entre estrangeiros, alguns que, sendo naturalizados, sentem-se com o direito de manifestar simpatias pelas nações que nos agridem. Esses são tão vis quanto certos brasileiros abjetos a soldo do estrangeiro. São perigosos 'quinta-colunas' para os quais não basta o

[183] Diário do Comércio, 02 de abril de 1942, nº 1227, p. 1.
[184] Idem.

> nosso desprezo. Devemos exercer rigorosa vigilância sobre essa turma perigosa para que não escape o castigo que merecem[185].

A busca pelo controle sobre a população imigrante que pertencia aos países do "Eixo" também mostra-se evidente no aviso em que o agente do Banco do Brasil S. A., Pedro dos Santos, e seu assistente Álvaro Coutinho, defendem que, de acordo com o Decreto-lei nº 4.166 de 11 de março de 1942[186], os súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, residentes nos municípios de São João Del Rei, Prados e Resende Costa, comunicassem ao Banco, que localizava-se em São João Del Rei, e às Coletorias Federais de Prados e Resende Costa, a natureza, a qualidade, a quantidade e o valor de seus bens, como imóveis, títulos e ações nominativas, e móveis em geral[187].

Nesse cenário, a Diretoria da estação da Estrada de Ferro Central do Brasil de Barbacena, cidade próxima a São João Del Rei, passou a exigir que as estações da ferrovia cobrassem a apresentação de salvo-conduto de seus viajantes "súditos do Eixo" no ato da aquisição de passagens[188]. Somente em 1945, a exigência foi desfeita, visto que o comandante da Polícia do Distrito Federal, João de Barros, enviou um ofício ao major Napoleão de Alencastro Guimarães, chefe da Estação, solicitando o abandono da necessidade de apresentação de documentos de identidade na compra de passagens[189].

Após a afirmação do decreto de estado de beligerância entre o Brasil, a Alemanha e a Itália, ocorrida no dia 22 de agosto de 1942, foi lançada uma manchete no jornal Diário do Comércio alegando que a população são-joanense solicitou a demissão de eixistas que ocupavam cargos públicos. Desta forma, de Belo Horizonte, um telegrama do interventor Benedito Valadares foi enviado a Getúlio Vargas, clamando que o presidente realizasse a demissão de funcionários estrangeiros e nacionais de cargos públicos, tidos como "quinta-colunistas" e "conspiradores contra a soberania nacional"[190].

Segundo inquérito da Polícia Política, em 19 março de 1944, a polícia são-joanense apreendeu a câmera fotográfica, modelo Kodak A.G. Nagel-werk Stuttgart, do suíço Max Hohn, residente no Rio de Janeiro, pois este transgrediu as determinações impostas pela Polícia do Estado sobre a posse e utilização de máquinas fotográficas. No

[185] Diário do Comércio, 26 de agosto de 1942, nº 1347, p. 4.
[186] O Decreto-lei nº 4.166, de 11 de março de 1942, referia-se às normas que dispunham sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil. Cf. Diário Oficial da União, Seção 1, 12/3/1942, Página 3918 (Publicação Original).
[187] Diário do Comércio, 24 de março de 1942, nº 1219, p. 4.
[188] O salvo-conduto era obtido nas delegacias de polícia. Diário do Comércio, 24 de abril de 1942, nº 1244, p. 1.
[189] Diário do Comércio, 29 de março de 1945, nº 2116, p. 1.
[190] Diário do Comércio, 23 de agosto de 1942, nº 1345, p. 4.

decorrer da investigação, Max foi acusado, por algumas testemunhas, de criticar a polícia local, e conversar em língua estrangeira com o lituano Juozas Jurgilas, residente na cidade, durante a festa de procissão dos Passos do respectivo ano[191].

Diante disso, Max Hohn, prestando declaração ao Delegado Regional, afirmou que realmente não tinha autorização e licença de nenhuma autoridade policial para tirar fotografias, ou realizar visitas em cidades. Todavia, assegurou que estava em São João Del Rei a passeio e a trabalho, observando os fornos de fundição de cassiterita e terrenos de pesquisas do mesmo minério, e que a cerca de um ano era informado, no Rio de Janeiro, que a mineração na cidade era promissora. Na ocasião, Max declarou que esteve conversando com o lituano Juozas, e disse que pretendia viajar, mas estava com a sua carteira e sua máquina apreendidas pela polícia. Juozas ofereceu-se então para ir em sua companhia para falar com o Delegado sobre a sua pessoa, e afirmar que Max não ofendeu a polícia com palavras ou gestos[192].

Caminhando para o fim da guerra, foram afrouxadas as exigências impostas às populações descendentes de países do "Eixo". Por exemplo, em 12 de dezembro de 1944, o Delegado Regional de Polícia de São João Del Rei, Abel Jacinto Ganem Junior, emitiu um aviso, cumprindo ordens do chefe de serviço de registro de estrangeiros do estado de Minas Gerais, sobre a determinação de Vargas de suspender medidas impostas aos italianos, e aprovar a "livre-circulação", desde que os mesmos estivessem munidos da carteira de identidade modelo 19[193].

Dentre os casos de prisão e sentenciamento de imigrantes com maior repercussão na cidade de São João Del Rei, destaca-se o julgamento, ocorrido em 10 de dezembro de 1944, do alemão Franz Ferdinand Ernest Albrecht, funcionário da Secretaria da Agricultura, e ex-chefe da 11ª Circunscrição Agropecuária de São João Del Rei, e do

[191] Max Hohn possuía 43 anos de idade, era solteiro e químico, de nacionalidade suíça, natural de Basileia, Suíça, filho de Carl Hohn e Da. Schaenlin, e residia no Rio de Janeiro. Arquivo Público Mineiro, arquivos da Polícia Política, acervo do período de 1927 a 1982; pasta: 3650, rolo: 040, data: Mar. 1944, p. 5 e 10-13. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=3650. Acesso em: 25 de setembro de 2017.
[192] Idem, p. 6-7.
[193] Diário do Comércio, 15 de dezembro de 1944, nº 2033, p. 2.

lituano Juozas Jurglias[194], minerador de ouro na cidade, e antigo oficial do exército lituano, que havia lutado em 1914 contra os "Aliados"[195].

Segundo o relato descrito no jornal Diário do Comércio, em virtude de diversas denúncias, o delegado João Luís Alves Valadão, de Belo Horizonte, partiu para São João Del Rei afim de averiguar a propagação da "doutrina nazista". Segundo denúncias apresentadas, esses indivíduos realizavam, antes e durante o estado de beligerância brasileiro, "intensa propaganda nazista", distribuindo panfletos e folhetos recebidos diretamente de Berlim. Desta forma, o lituano Juozas foi preso e deslocado para Belo Horizonte, visto que, em busca realizada em sua residência, foram encontrados papéis escritos em língua lituana ligados a atividades políticas[196]. O alemão Franz Ferdinand também foi preso, e, em seu julgamento, negou seu envolvimento com Berlim, porém foi contestado por várias testemunhas presentes no local[197].

---

[194] Nascido em 1901, na cidade Taurage, Lituânia, além de professor de lituano na década de 1930, Juozas foi gerente da Aliança Lituano Brasileira (Sajunga), entre 1938 e 1939; e assumiu a tesouraria da organização até agosto de 1940, com 39 anos de idade. Posteriormente entrou para a Sociedade Rotary Interact Club de São João Del Rei. Disponível em: http://sajunga.weebly.com/o-s261jungietis.html. Acesso em: 02 de janeiro de 2017.

[195] Diário do Comércio, São João Del Rei, 10 de dezembro de 1944, nº 2029, p. 1.

[196] A carta encontrada na casa de Juozas, conforme consta no inquérito, dizia: "Caro amigo José. Recebi sua carta, pelo que muito agradeço. (....) Seu serviço pesado pode lhe prejudicar a saúde, e só serve para não ficar mendigo. Deve ganhar só para a passagem afim de voltar à Pátria. (...). Do nosso país não temos notícias concretas como precisamos. Recebemos de Berlim e dos EUA os jornais. Dia 28 deste mês [agosto de 1941] eles [os alemães] tomaram Odessa e de Odessa [ocuparam] outro porto militar e ali pegaram 3 mil russos maltrapilhos. Os alemães sempre [avançam]. A Finlândia também não se entrega. Leningrado cercado. Ali manda 'von Chilers'. Moscou está em chamas [durante] todo o dia. Na política interna da Lituânia manda [a] polícia alemã. Remete instruções (...) para 'Kauna' pelo rádio. Os americanos as recebem todo[s] o[s] dia[s]. Quando toca o hino lituano ouve-se nos EUA. A lavoura é [co]mandada pelas autoridades municipais. Os judeus são maltratados e tem que conduzir um emblema amarelo nas costas e eles não podem andar como antes e esperam ordens de Hitler. Não se sabe para onde irão mandá-los. Ficarão muito tempo na Lituânia. Melhor, não ficarão muito tempo na Lituânia, segundo o jornal Zeitung. A Lituânia vai ficar limpa de judeus e de russos. Os nascidos na Rússia não poderão ocupar serviços públicos na Lituânia. No momento não recebemos notícias algumas do cônsul. Os jornais dos EUA não chegam aqui. Agora nossos negócios melhoraram. Alugamos nossa sala para brasileiros. Pode ser que os jornais serão fechados. Viva Hitler em sua cidade ou em seu parlamento. Viva a Lituânia independente". Arquivos da Polícia Política, acervo do período de 1927 a 1982. Pasta: 3701, Rolo: 041, Data: Jul. 1942 - Fev. 1945, p. 6.

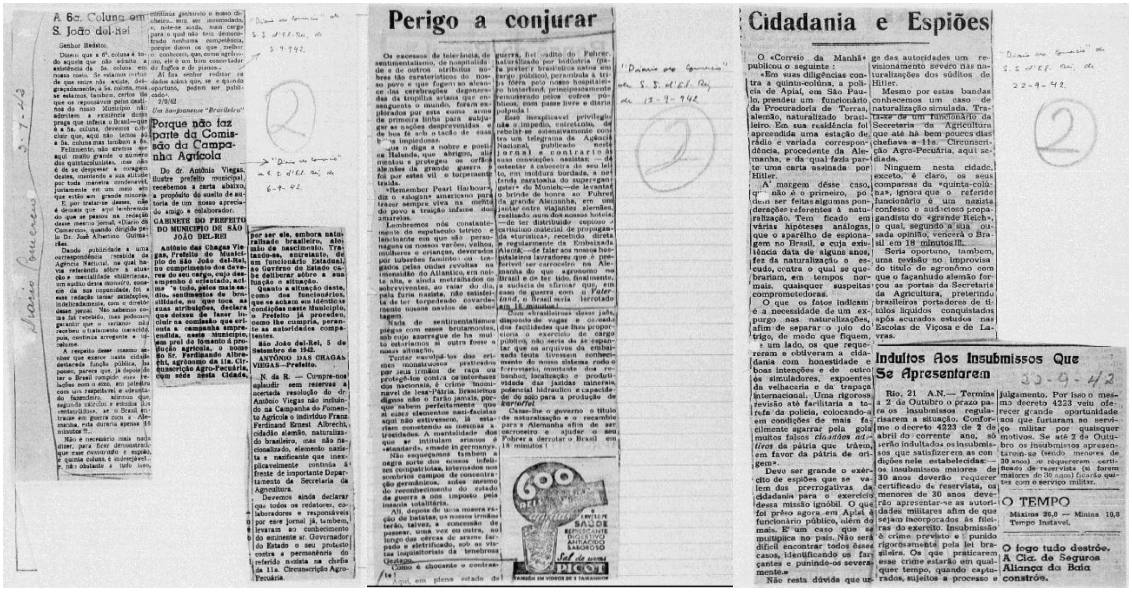
[197] Diário do Comércio, São João Del Rei, 10 de dezembro de 1944, nº 2029, p. 1. Ao longo do inquérito Franz, após passar a residir em Diamantina, Minas Gerais, solicitou a várias autoridades da cidade para que realizassem um abaixo-assinado alegando que o alemão foi vítima de notícias falsas e tendenciosas publicadas em jornais de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro, e que, como agrônomo chefe da 21ª Circunscrição Agropecuária, não apresentava qualquer desagravo perante as instituições nacionais e à sociedade local, além de possuir exemplar conduta "no seio da sociedade diamantinense". Dentre os emissores do abaixo-assinado estão Oduvaldo José Abrita, Promotor de Justiça de Diamantina, Joaquim Moreira Ataíde, Juiz de Direito da comarca de Diamantina, João Kubitschek de Figueiredo, Prefeito Municipal de Diamantina, Dom Serafim Gomes Jardim, Arcebispo Metropolitano de Diamantina e Antônio Felício da Silva, delegado regional da 22ª Circunscrição Policial sediada em Diamantina. Arquivo Público Mineiro, arquivos da Polícia Política, acervo do período de 1927 a 1982; pasta: 3701, rolo: 041, data: Jul. 1942 - Fev. 1945, p. 3, 8-12, 14 e 19.

As prisões tiveram alcance na imprensa nacional, conforme consta na matéria publicada no jornal "O Globo", em 26 de dezembro de 1944.

> Há tempos, vinha a delegacia de Ordem Política de Minas Gerais [DEOP] recebendo denúncias contra indivíduos suspeitos, que estariam agindo em São João Del Rei, contra o regime e os interesses da Nação. A princípio, a Ordem Social não fez mais do que colher elementos de identidade sobre os supostos 'amigos de Hitler', que agiam até com uma suposta estação de radiotransmissora.
>
> Decorrido algum tempo, outra denúncia foi enviada a delegacia de Ordem Social, desta vez mais farta, apontando alguns elementos estrangeiros que planejavam [uma] articulação para desorientar a situação de beligerância do país e outros que injuriaram o Pavilhão Nacional, por ocasião do desfile do 11º R.I. do Exército Nacional, aquartelado naquela cidade mineira.
>
> Diante de tais denúncias, uma caravana da polícia-política, chefiada pelo Sr. João Luiz Alves Valadão, delegado de Ordem Política e Social, e composta do escrivão e do investigador Horizontino Vidal, rumou aquela cidade. Chegando ali, de início foi efetuada a detenção do lituano Juozas Jurgilas e sua consequente remessa para Belo Horizonte, por escolta do destacamento local. São João Del Rei é uma cidade onde existe um dos maiores quartéis do Exército nacional, que é o 11º R.I. Ali se prepararam muitos brasileiros que, na hora presente, estão servindo nas Forças Expedicionárias, nos campos da velha Europa. Por isso mesmo é um lugar que a polícia-política de Minas não deixa de exercer severa fiscalização, pela sua posição como zona militar. Andava na cidade a notícia de que existia ali uma estação radiotransmissora, o que não foi constatado pela Polícia, apesar de várias buscas; por outro lado, era corrente a notícia de que uma certa senhorita da sociedade local [Marina Reis] por ocasião de um desfile do 11º R.I. teria desrespeitado o Pavilhão Nacional, chamando-o 'farrapo sujo', o que mais tarde se veio constatar em virtude de depoimento de testemunhas.
>
> De pesquisa em pesquisa, a Polícia verificou que a citada senhorita é cunhada do alemão Franz Fernand Ernest Albrecht, agrônomo da Escola "Padre Sarmento", naquela cidade, e que antes da entrada do Brasil na guerra, fazia farta propaganda pró-nazismo, tendo distribuído boletins das estradas da Alemanha e panfletos do nazismo. Franz, que agora reside em Diamantina, foi ali ouvido e negou houvesse tido qualquer participação pró-nazismo, apesar de ser farta a prova contra ele, inclusive a campanha que o 'Jornal do Comércio' de São João Del Rei lhe fez em diversas edições, principalmente quando o Governo federal publicou um decreto que nacionalizara o ensino no Sul do país, o que acirrou os ânimos de Franz. Declarou ser casado com brasileira e ter filhos brasileiros, tendo se naturalizado brasileiro em 1934. Sua cunhada, ouvida em Diamantina, negou peremptoriamente qualquer acusação, apesar de testemunhas corroborarem sua condição.
>
> Juozas Jurgilas, ouvido em Belo Horizonte, também negou sua participação em qualquer atividade tendo declarado que residia em São João Del Rei há mais de um ano, onde se dedica apenas ao serviço de minerador, pelo que foi solto. Em poder de Juozas a Polícia encontrou um revólver calibre 38 e, uma busca em sua residência constatou a existência de cartas que lhe eram dirigidas pela organização 'Nova Lituana' (...), ao que tudo parece, político, pois em uma das cartas seu compatrício Jonas Servidas, lhe falava sobre a guerra entre a Rússia e a Alemanha, apelando pela vitória desta. Juozas declarou na Polícia que era 2ª tenente do Exército lituano e que viera para o Brasil como 'professor' da organização 'Nova Lituana'; que no princípio era favorável a Alemanha, pela proteção e independência que ela oferecia a sua pátria, mas que depois verificou que tanto a Alemanha como a Rússia não mereciam fé. O lituano Juozas Jurgilas era namorado de uma jovem de São João Del Rei, cunhada do alemão Franz Ferdinand Ernest Albrecht. Colhidas as provas necessárias contra os mesmos, o inquérito foi remetido Tribunal de Segurança Nacional, com a classificação dos delitos da maneira seguinte:

> Mariana Reis, brasileira, doméstica, residente em Diamantina, incursa no n. 1 do artigo 35 do Decreto-lei 4.545 de 31 de julho de 1942; Juozas Jurgilas, lituano, minerador, residente em São João Del Rei; e Franz Ferdinand Ernest Albrecht, alemão, se diz brasileiro naturalizado, casado, residente em Diamantina, incursos no n. 1 do artigo 2º do Decreto-lei 383, de 18 de abril de 1938[198].

Apesar do inquérito envolver muitas acusações e investigações[199], contando com cerca de 30 páginas, em 17 de fevereiro de 1945, ambos os indiciados foram liberados e o processo de julgamento foi arquivado[200].



A 6a. Coluna em S. João del-Rei

Porque não faz parte da Comissão da Campanha Agrícola

Perigo a conjurar

Cidadania e Espiões

Indultos Aos Insubmissos Que Se Apresentarem

O TEMPO

Figura 4: Acusações realizadas pelos redatores do jornal Diário do Comércio ao alemão Franz Ferdinand em 1942. Matérias: "A 6ª coluna em S. João del Rei" (ed. 05/09/1942), "Porque não faz parte da Comissão da Campanha Agrícola" (ed. 06/09/1942), "Perigo a conjurar" (ed. 13/09/1942), "Cidadania e espiões" (ed. 22/09/1942), "Indultos Aos Insubmissos Que Se Apresentarem" (ed. 22/09/1942). Arquivo Público Mineiro, arquivos da Polícia Política, acervo do período de 1927 a 1982; pasta: 3701, rolo: 041, data: Jul. 1942 - Fev. 1945, p. 15-17[201].

---

[198] Jornal O Globo, 26 de dezembro de 1942. Matéria disponível no Arquivo Público Mineiro, arquivos da Polícia Política, acervo do período de 1927 a 1982; pasta: 3701, rolo: 041, data: Jul. 1942 - Fev. 1945, p. 3. Conferir notícia na íntegra no tópico Anexo (p. 76).

[199] Durante o mesmo processo também foram inquiridos ou investigados Vasilie Dolchie, nascido em Hotin, Bessarabia, que mudou-se para São João Del Rei em 1943, e trabalhava na procura de ouro; João Arnaldo Hani Bonfadini, descendente de italianos, trabalhou na cidade no ramo de mineração de ferro; Francisco Brandão Lobato, brasileiro, nascido no Distrito Federal, residente em São João Del Rei após 1924, era funcionário do Banco Almeida Magalhães e vendedor de aparelhos de refrigeração, rádios, máquinas de escrever e de calcular; Francisco Cadilec, explorador de cassiterita; José Narciso, mecânico, acusado de envolver-se com atividades integralistas na cidade; (...) Clementinos, frade franciscano holandês que trabalhava no Colégio Santo Antônio, dentre outros. Arquivos da Polícia Política, acervo do período de 1927 a 1982. Pasta: 3701, Rolo: 041, Data: Jul. 1942 - Fev. 1945, p. 19-21. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=3701&imagem=414. Acesso em: 26 de setembro de 2017.

[200] O Tribunal de Segurança, em sessão de 23 de janeiro de 1945, arquivou o processo nº 5942, na qual estavam acusados Marina Reis, Franz Ferdinand e Juozas Jurgilas. Arquivos da Polícia Política, acervo do período de 1927 a 1982. Pasta: 3701, Rolo: 041, Data: Jul. 1942 - Fev. 1945, p. 2. Inquérito disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=3701&imagem=397. Acesso em: 02 de janeiro de 2017.

[201] Os redatores do jornal Diário do Comércio, entre agosto e setembro de 1942, realizaram publicações referentes as "atividades nazistas" do alemão Franz Ferdinand. Ou seja, em agosto de 1942 o diretor do

Capítulo IV

Situação socioeconômica brasileira (1935-1945)

Brasil de Vargas: um país de contrates

Segundo Frank McCann e Octavio Costa, o Brasil, durante o período Vargas, era composto por uma população de cerca de 41 milhões de habitantes, sendo 70% moradora de áreas rurais. Socialmente, o país era acometido por problemas crônicos como pobreza, analfabetismo, fome, problemas sanitários, desnutrição, mortalidade infantil, e doenças, como sífilis e tuberculose. Economicamente, o país era essencialmente agrícola, monocultor, na qual produzia-se, em geral, café, algodão ou cacau, e era dependente do mercado externo[202]. Com o aumento populacional, cerca de 2,5% ao ano em 1940, houve um excedente populacional que migrou para as cidades[203]. No âmbito educacional, de cada 1.000 brasileiros, 513 nunca haviam entrado em uma escola, dos 487 que se matriculavam, 110 abandoavam a escola; 178 completavam a primeira série, com déficits de leitura; 85 cursavam dois anos; e 30 concluíam os três anos primários[204]. Quanto à mobilidade urbana, as estradas estavam em péssimo estado, muitas de chão batido, e as frotas mercantes, que circulavam por grandes rios e na costa marítima, eram precárias. As telecomunicações eram retardatárias[205].

Castello Branco ressalta que o Brasil produzia cerca de um milha de kilowatts anuais de energia elétrica, térmica e hidráulica, sendo este valor irrisório para um país que ingressou em um grande conflito[206].

Diário do Comércio, José Albertino Guimarães, após publicar uma correspondência recebida da Agência Nacional, na qual referia-se sobre a atuação hitlerista, foi confrontado por um indivíduo (agrônomo) que buscou tirar satisfações pessoalmente. Em setembro, Franz afirmou que "se Hitler declarasse guerra ao Brasil, este país seria vencido matematicamente em 10 minutos". Desta forma, a redação do jornal, que continha um material oferecido pelo alemão, solicitou ao governador Benedito Valadares o seu afastamento da cidade. Diário do Comércio, 05 de setembro 1942, nº 1355, p. 1 e 4. Já o lituano Juozas Jurgilas dizia-se real inimigo da Rússia, pois esta invadiu seu país. Em suma, ambos foram enquadrados no art. 2º do Decreto-lei nº 383 de 18 de abril de 1938, na qual vedou-se a estrangeiros a atividade política. Diário do Comércio, São João Del Rei, 10 de dezembro de 1944, nº 2029, p. 1.

[202] Segundo Castello Branco, a lavoura sofria com a ausência de equipamentos mecânicos. O café e o algodão, representavam os pilares da economia brasileira, produzindo cerca de 48% e 23%, respectivamente, do total de exportações. CASTELLO BRANCO, ibidem, p. 73-74.

[203] Segundo Edgard Carone, em 1940, a população brasileira, de 41.236.315 pessoas especificamente, era essencialmente agrícola (cerca de 71,7 % da nação). As diferenças sociais fizeram com que as populações das regiões Sul e Leste continuassem desniveladas das outras zonas, devido a inúmeros fatores como a migração interna, que expandiu-se em direção às cidades industrializadas. CARONE, **O Estado Novo (1937-1945)**, Op. Cit., p. 5-6.

[204] MCCANN, ibidem, p. 25-27.

[205] COSTA, Octavio. **Cinquenta anos depois da volta**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995, p. 16.

[206] CASTELLO BRANCO, ibidem, p. 73-74.

Desenvolvimento econômico e industrial durante a década de 1930: disputa estratégica mercadológica pela Alemanha, Itália e Estados Unidos

Almejando o desenvolvimento econômico brasileiro, através de medidas intervencionistas, Vargas, após 1930, buscou regular e diversificar a produção do comércio agrícola, com a criação do Conselho Nacional do Café, em maio de 1931, do Instituto do Cacau, em 1932, e do Instituto do Açúcar e do Álcool e do Departamento Nacional do Café, em 1933[207].

Nesse cenário, em 1935, houve um aprofundamento das relações brasileiras com o governo alemão, dispostas em vários aspectos, como o "incremento das trocas comerciais, a luta anticomunista e uma influência crescente do nazi-germanismo no sul do país"[208]. Segundo Ricardo Seitenfus, os Estados Unidos, notando a aproximação comercial entre Brasil e Alemanha, buscaram estabelecer negociações comerciais com o governo brasileiro. Calcado nos princípios comerciais do "Programa Hull", divulgados em 12 de junho de 1934, os norte-americanos recorreram ao fortalecimento do "liberalismo no comércio internacional pela conclusão de tratados comerciais bilaterais, com base na concessão mútua e incondicional da cláusula da nação mais favorecida e das vantagens equitativas e recíprocas"[209].

Desta forma, com a deterioração das relações políticas entre Alemanha e Brasil, em 25 de abril de 1938, o Banco do Brasil passou a adotar medidas restritivas para conter a compra desenfreada de produtos adquiridos na Alemanha. Entretanto, os alemães mantiveram certa hegemonia no comércio exterior brasileiro, através do fornecimento de determinados produtos[210].

---

[207] Vargas buscou também controlar o preço do café, na qual, em 1934, criou o Conselho Federal de Comércio Exterior, com o objetivo de promover a exportação de produtos agrícolas, tornando-se, posteriormente, um órgão de consultoria econômica. PANDOLFI, Dulce C. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília A. N. **O Brasil Republicano. Volume 2**, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003, p. 20-21.

[208] Segundo Castello Branco, a partir de 1935 alguns produtos nacionais como o café, algodão, arroz, o mate, a borracha, o babaçu, minérios, e outros artigos, foram "rigidamente" disputados "de forma que de dez países importadores de produtos brasileiros, oito eram europeus, e de dez exportadores para o Brasil, sete também eram da mesma origem". O militar ainda ressalta que o Brasil recebeu da Alemanha "máquinas, teares, máquinas motrizes, motores hidráulicos, arame-farpado, parafusos, pregos, pinos chapas de aço, folhas de Flandres, mais de 50% do cartão de pedra importado, '*briquettes*', produtos químicos e muitos outros (...)". CASTELLO BRANCO, ibidem, p. 6.

[209] SEITENFUS, ibidem, p. 20. Em 02 de fevereiro de 1935 foi estabelecido o Acordo Comercial Brasil-Estados Unidos, na qual estipulou-se a redução de direitos alfandegários que atingiam as exportações brasileiras, e definiu-se que o Brasil deveria reduzir as imposições aduaneiras de produtos oriundos dos Estados Unidos. MOURA, **Relações Exteriores do Brasil...**, Op. Cit., p. 53.

[210] SEINTENFUS, ibidem, p. 114 e 146.

Em relação ao plano comercial ítalo-brasileiro, a Itália fornecia ao Brasil equipamentos e material militar, e o Brasil exportava matérias primas como o café. Entretanto, a partir de 1935, houve uma troca mercantil em declínio, o que correspondia cerca de 2% do total das compras brasileiras no mercado exterior[211].

Após o golpe do Estado Novo, Vargas, visando "suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores de produção", instituiu o projeto que tornava o Estado agente controlador da política econômica. Desta forma, a política socioeconômica varguista teve como objetivo central a promoção do progresso dentro da ordem institucional, suscitando o desenvolvimento econômico e o controle social, garantindo sua legitimidade[212].

Vargas promoveu também a participação de ideólogos em seu governo que trataram da intervenção econômica e do fortalecimento do Estado, voltado para modernização do país. Destacam-se Oliveira Vianna, que defendeu a necessidade da intervenção de um Estado forte para superar a fragilidade burguesa brasileira; Francisco Campos, que afirmava que o Estado Novo suscitaria no país uma consciência nacional, "unificar[ia] uma nação dividida, colocaria ponto final às lutas econômicas e imputaria o silêncio à querela dos partidos empenhados em quebrar a unidade do Estado"[213]; além de Azevedo Amaral, que considerava que o Estado deveria intervir na economia através do dirigismo econômico, assegurando a iniciativa privada e adaptando-se às exigências do planejamento do capitalismo corporativo. Desta forma, no fim de 1937, foi fundado o Conselho da Economia Nacional, com o intuito de "promover a organização corporativa da economia nacional"[214].

A priorização da indústria aproximou o Estado dos industriais, embora com poder político restringido, compartilhando com o processo de mudança do projeto econômico do país. Nesse cenário, os Conselhos Técnicos substituíram o Congresso como órgão representativo. O Estado aboliu os impostos interestaduais, introduzindo um sistema tributário padronizado, facilitando a integração nacional, assim como buscou fomentar o "desenvolvimento das indústrias através de um sistema de substituição de importações que implicava [n]o incentivo à utilização da capacidade ociosa das indústrias já existentes no país"[215], contribuindo para a otimização da indústria de base.

[211] Idem, p. 42-43.
[212] CAPELATO, ibidem, p. 117-118.
[213] Idem, p. 117.
[214] SEITENFUS, ibidem, p. 72.
[215] CAPELATO, ibidem, p. 119.

A Segunda Guerra Mundial levou alguns países ao isolamento político e econômico. Diante disso, Vargas tentou suprir as importações através do sistema de importações eletivas, manipulando o câmbio para importar máquinas[216]. Ou seja, Getúlio buscou praticar um nacionalismo econômico

> que favorecia o produto nacional e impunha altas taxas aos importados, tornando-os praticamente proibitivos. Tal protecionismo era amparado também por políticas cambiais que, no seu conjunto, ajudaram a moldar o tipo de desenvolvimento que o Brasil e a América Latina conheceram, ou seja, a industrialização por substituição de importações[217].

Entretanto, segundo Francisco Ferraz, a acumulação de capital e o crescimento da indústria brasileira foram lacônicos, pois não houve no Brasil, no período da guerra, "uma política cambial favorável para importação de máquinas e equipamentos industriais que aperfeiçoassem os processos produtivos". Sem a importação ou reposição de bens de capital, o maquinário das indústrias permaneceu sucateado, acentuando-se o abismo tecnológico entre potências industriais e a brasileira. Além disso, durante a guerra, a política cambial favoreceu o setor agroexportador, e não o industrial, e a economia brasileira aumentou o grau de interdependência com o capitalismo mundial sob a égide norte-americana[218].

Buscando obter meios que amplificassem a economia brasileira, Vargas, em 1939, enviou Souza Costa, Ministro da Fazenda, à Europa, e Oswaldo Aranha aos Estados Unidos. Souza Costa não obteve resultados previstos, porém Oswaldo Aranha, em virtude de seu prestígio pessoal, além dos interesses norte-americanos no saliente nordestino para defesa continental em caso de beligerância, no mês de fevereiro de 1939, conseguiu atrair líderes norte-americanos para o Brasil, como o General Marshall, e tratar de questões políticas e econômicas[219].

Desta forma, a aproximação entre os dois países foi firmada por acordos, assinados em 09 de março de 1939, correspondentes à criação de um Banco Central

---

[216] Em 05 de outubro de 1942, mediante o Decreto-lei nº 4.791, Vargas instituiu o cruzeiro como unidade monetária. Segundo Roney Cytrynowicz, por meio da emissão de moedas, houve um aumento da inflação, que beneficiou exportadores, por gerar crédito fácil; aumento no número de importadores de bens "supérfluos", por meio do câmbio desvalorizado; e dos banqueiros, que expandiram os seus negócios com a elevação e crédito e de moeda disponível. "Assim, durante a guerra, de forma geral a renda do setor exportador aumentou em detrimento do abastecimento interno, seja em renda, seja por meio da elevação dos preços, seja pelo desabastecimento do mercado interno". CYTRYNOWICZ, ibidem, p. 242. Segundo Frank McCann, Vargas, incialmente, mantinha esperanças de aumentar a independência econômica do Brasil, visando preservar-se do avanço político alemão e norte-americano. MCCANN, ibidem, p. 134.

[217] D'ARAÚJO, Maria C. *Nos braços do povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas*. In: **As instituições da Era Vargas**. Rio de Janeiro: EDUERJ: FGV, 1991, p. 110.

[218] FERRAZ, ibidem, p. 26-27.

[219] LINS, ibidem, p. 41.

brasileiro, auxiliado por 50 milhões de dólares emprestados pelos norte-americanos; um convênio sobre os créditos americanos no Brasil, e auxílio de U$ 19.200.000 adiantados pelo *Export and Import Bank*. Consequentemente, ficou determinado que o *Export* concederia ao Brasil créditos para importação de produtos americanos; que o governo norte-americano se comprometeria a enviar técnicos agrícolas ao Brasil; e o Brasil restabeleceria o serviço de dívidas em dólares a partir de 1º de julho de 1939[220]. Além disso, em 08 de abril de 1939, o governo brasileiro concederia liberdade às transações de câmbio para exportações aos norte-americanos[221].

Ainda em 1939, foi aprovado o Ato de Acordo Comercial Recíproco entre os dois países, fazendo com que Franklin Roosevelt buscasse manter a supremacia comercial no Brasil. Segundo Frank McCann, os Estados Unidos almejavam utilizar-se de seus acordos de comércio recíproco para reabrir os canais de escoamento dos excedentes agrícolas e industriais[222].

No âmbito nacional, Oswaldo Aranha, em 29 de junho de 1939, expôs a Vargas as diretrizes para mobilização do país, propondo a utilização de uma economia de combustíveis e de trigo; regularização dos vencimentos de obrigações internacionais; constituição de estoques dos produtos e racionalização do seu consumo; e a proibição da exportação do ferro[223].

Após a invasão da Alemanha à Polônia, no dia 1º de setembro de 1939, os preços das mercadorias brasileiras elevaram-se. O governo brasileiro criou então a Comissão de Abastecimento, mediante Decreto-lei nº 1.607, de 16 de setembro de 1939, na qual, considerando a necessidade de assegurar o suprimento regular de utilidades indispensáveis à manutenção da população do país, e coibir a elevação exagerada dos preços de venda, ficou encarregada de impor o preço aos produtos e punir os infratores dentro da Lei de Segurança Nacional. A Comissão ficou responsável também pela promoção do comércio de gêneros alimentícios, de matérias-primas, drogas e medicamentos, de materiais de construção, de combustíveis, lubrificantes e artigos de primeira necessidade. Entretanto, muitos comerciantes e infratores foram presos por não

[220] SEITENFUS, ibidem, p. 189. Segundo Frank McCann, o Brasil, até dezembro de 1938, deixou de pagar os seus títulos em dólar na quantia de $357.071.745. Desta forma, no fim de janeiro de 1939, o país "tinha um balanço favorável de comércio com os Estados Unidos de cerca de $69.000.000, mas suas trocas comerciais com todo o mundo haviam praticamente se equilibrado em 1938, o que não lhe gerava divisas para renovar o pagamento de sua dívida externa". MCCANN, ibidem, p. 107.
[221] CARONE, Edgard. **A terceira república (1937-1945)**. São Paulo: Editora Difel, 2ª ed., 1982, p. 100.
[222] MCCANN, ibidem, p. 126.
[223] CASTELLO BRANCO, ibidem, p. 68.

respeitarem os regulamentos da Comissão[224].

Ainda no mês de setembro, no dia 29, foi criada a Comissão de Defesa da Economia Nacional (CDEN), que, sob a chefia de João de Barros, buscou realizar o levantamento de estoques, fomento à exportação, acordos com governos estrangeiros, e importação de produtos estrangeiros[225].

CSN e "dominação" do mercado econômico brasileiro pelos EUA

Vargas possuía, desde o início do mandato no Governo Provisório (1930-1934), o desejo promover a industrialização brasileira. Além disso, o presidente almejava

> a 'nacionalização de jazidas minerais, de bancos e companhias de seguros estrangeiros, a expansão da rede de transportes, o incremento da produção de carvão nacional e a elaboração de políticas para diversificar as exportações'. O objeto era reduzir o contraste dos dois brasis existentes, o que (...) era o grande entrave para a consolidação de uma unidade nacional[226].

Segundo Roberto Sander, o *Export-Import Bank* americano, após 1940, ofereceu crédito para que o Brasil explorasse minério de ferro, contribuindo para o desenvolvimento econômico e industrial brasileiro. Nesse sentido, sob fundos privados do banco, foi realizado um empréstimo de 20 milhões de dólares, por iniciativa do governo norte-americano, para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), fundada oficialmente em 09 de abril de 1941[227]. Segundo Frank McCann, os planos de conclusão de obras da usina eram estimados para 1944, porém, "em virtude das carências de tempo de guerra, dificuldades de construção e a burocracia em ambos os países, a produção só começou em 1946"[228]. Para Francisco Ferraz, a CSN, tornou-se símbolo de apoio aos "Aliados" na Segunda Guerra Mundial e da industrialização brasileira no pós-guerra[229].

Com a invasão alemã à Polônia, e o rompimento da diplomacia britânica e francesa com os países do "Eixo", os ingleses, a partir de 1940, imputaram um bloqueio marítimo à Alemanha, cortando suas fontes de obtenção de matérias primas e produtos

[224] CARONE, **A terceira república (1937-1945)**, Op. Cit., p. 203. Cf. Diário Oficial da União, Seção 1, 26/09/1939, Página 22953 (Publicação Original).
[225] CARONE, **O Estado Novo (1937-1945**), Op. Cit., p. 85.
[226] SANDER, ibidem, p. 43.
[227] Idem. Em 1931, o Governo Provisório instalou a Comissão Nacional de Siderurgia. Após 1933, com a extinção da Comissão, foram organizadas várias delegações até o surgimento do Conselho Técnico de Economia e Finanças, em 1937, que inaugurou no ano posterior a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico. CARONE, **O Estado Novo (1937-1945**), Op. Cit., p. 79.
[228] MCCANN, 1995, p. 164.
[229] FERRAZ, ibidem, p. 19-20.

minerais[230]. Desta forma, o bloqueio liquidou o comércio entre o Brasil e a Alemanha, e aproximou ainda mais os Estados Unidos do Brasil[231].

Segundo Ricardo Seitenfus, o Banco do Brasil suspendeu as compras de marcos bloqueados, diminuindo as exportações brasileiras para Alemanha. Nesse cenário, o comércio entre o Rio de Janeiro e Washington aumentou progressivamente. Os europeus que forneciam, em 1939, 52% do total das importações brasileiras, proveram no ano seguinte apenas 26%. Em compensação, o continente americano passou de 44%, em 1939, para 69%, em 1940[232].

Com a crise do comércio mundial, o fechamento do mercado europeu, e a "instabilidade geral", o Brasil, além de outros países latino-americanos, firmaram acordos com Washington, nos primeiros meses de 1942. Segundo Edgard Carone, para evitar o conflito em torno do mercado americano e outros, os seis países representantes do Bureau Pan-americano de Nova York fizeram acordos e dividiram em cotas fixadas o mercado subsistente[233].

Afundamentos e mobilização econômica

Após o rompimento das relações diplomáticas brasileiras com o "Eixo", em 28 de janeiro de 1942, Getúlio Vargas emitiu uma série de decretos que abordavam a desde mobilização militar de guerra, até a "conscrição" da população brasileira para a "batalha da produção".

Os navios e embarcações que navegavam próximo à costa brasileira, utilizados para comercializar com os diversos portos do país, através de vapores de cabotagem, ao longo de 1942 sofreram diversos ataques realizados pelos submarinos alemães e italianos, causando um impacto direto sobre a população brasileira[234]. Segundo Luciano Meron a ação dos submarinos alemães e italianos afetou o fornecimento de produtos estratégicos aos países "Aliados", comprometeu a ligação entre as unidades federativas, a circulação de mercadorias e o abastecimento de alimentos[235].

---

[230] CARONE, **O Estado Novo (1937-1945**), Op. Cit., p. 66.
[231] Entretanto, o bloqueio britânico gerou problemas na circulação de bens manufaturados nos países latino-americanos, pois os Estados Unidos e a Grã-Bretanha não conseguiram repor rapidamente os produtos alemães perdidos. MOURA, **Relações Exteriores do Brasil...**, Op. Cit., p. 58.
[232] SEITENFUS, ibidem, p. 180 e 228. Além disso, o autor aponta que de uma posição hegemônica no comércio exterior brasileiro em 1938, representando 25% das transações, a Alemanha passou para uma posição em declínio em 1941. Tanto a exportação de café quanto o algodão brasileiro sofreram uma diminuição expressiva entre 1939 e 1941.
[233] CARONE, **O Estado Novo (1937-1945**), Op. Cit., p. 32.
[234] OLIVEIRA, ibidem, p. 126.
[235] MERON, ibidem, p. 20.

Segundo Roney Cytrynowicz, a guerra submarina atlântica, somada a uma menor oferta de exportações dos países da Europa e dos Estados Unidos, gerou a redução das importações no Brasil. Entretanto, esta redução não afetou diretamente a produção, visto que entre 1939 e 1943 houve uma produção industrial de 3,9% ao ano, e entre 1942 e 1945, uma fração de 9,4% ao ano[236]. Já para Edgard Carone, ocorreu uma queda na exportação brasileira, ligada a falta de transportes e a diminuição do abastecimento de produtos nacionais, como o açúcar, realizado pelo serviço de cabotagem, após o afundamento dos navios mercantes brasileiros no Atlântico[237].

Para Virgínia Guimarães, os afundamentos, além do impacto psicológico sentido pela sociedade brasileira, culminaram em um impacto socioeconômico no Brasil. Ou seja, segundo a autora, houve dois aspectos associados a esse impacto, sendo o primeiro relacionado à perda de mercadorias e materiais estratégicos, que eram transportados nos vapores, e o segundo estava relacionado a alteração psicológica dos usuários das embarcações, que, temendo os ataques, buscaram outros meios para circulação[238].

A partir dos afundamentos na costa litorânea brasileira, no dia 17 de abril de 1942, foi firmada a prioridade para as exigências da Segurança Nacional, enquanto durasse a guerra mundial, em tudo quanto se relacionasse com a capacidade de produção industrial, pecuária e agrícola do Brasil. Mediante o Decreto-lei nº 4.270, ficou proibida a exportação ou reexportação de artigos de produção nacional ou estrangeira, considerados indispensáveis ao consumo no Brasil, e os produtores foram obrigados a vender os produtos sujeitos à prioridade, dentro da capacidade de sua produção ou de seus estoques[239].

Além disso, os membros do Departamento de Serviço Público (DASP) propuseram a Vargas, em 05 de agosto de 1942, a criação de uma nova organização para substituir a Comissão de Defesa Nacional, que não atenderia a demanda da situação de guerra. Acatando à sugestão, foi extinta a Comissão da Defesa, porém o Conselho Federal de Comércio Exterior manteve seu funcionamento[240].

Com a gradual aproximação do Brasil com os norte-americanos, foi estabelecida a Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, resultante do acordo assinado no dia 13

[236] CYTRYNOWICZ, ibidem, p. 207.
[237] CARONE, **O Estado Novo (1937-1945**), Op. Cit., p. 42.
[238] CARVALHO, 2009, p. 42.
[239] Decreto-lei nº 4.270 de 17 de abril de 1942. Diário Oficial da União, Seção 1, 20/4/1942, Página 6406 (Publicação Original).
[240] CARONE, **O Estado Novo (1937-1945**), Op. Cit., p. 85-86.

de maio de 1942, que previu a solidariedade entre ambos os países. O Brasil ficou encarregado de defender o saliente nordestino e fornecer matérias-primas aos Estados Unidos, e, em troca, os norte-americanos teriam de contribuir com o aparelhamento bélico das Forças Armadas brasileira. Dentre os produtos estratégicos que o Brasil ofereceu aos Estados Unidos estava o ferro, o minério de manganês, o titânio e a borracha[241]. Para Francisco Ferraz, nesse período, iniciou-se a fase da "batalha da produção" na qual os trabalhadores foram considerados "soldados da produção"[242].

Em 22 de agosto de 1942 foi decretada a mobilização de guerra e iniciou-se um programa de obras públicas e aparelhamento para defesa nacional[243]. No mês seguinte, no dia 28 de setembro de 1942, o presidente emitiu o Decreto-lei n º4.750, onde criou a Coordenação de Mobilização Econômica, órgão responsável pelo controle da produção dos recursos nacionais para o conflito[244]. Segundo Clarice Lira, com a criação da Coordenação de Mobilização Econômica:

> o comércio com a Europa deslocou-se em grande parte para a América e a África; houve racionamento do consumo, além do tabelamento de preços, ampliação do parque industrial, intensificação da lavoura e da indústria extrativa de minerais, adaptação dos sistemas de transportes aos novos tipos de combustíveis, mobilização de mão-de-obra, fornecimento de materiais estratégicos aos Estados Unidos, aquisição de fundos para financiamento dos gastos e organização de entidades para controle dos serviços[245].

Roney Cytrynowicz, entretanto, aponta que o Estado não conseguiu um controle efetivo sobre o campo econômico, visto que os relatórios produzidos pela Coordenação de Mobilização Econômica indicam que o órgão foi ineficiente, e que os industriais foram

---

[241] MERON, ibidem, p. 13. Segundo Leslie Bethell, no decorrer da Segunda Guerra Mundial, o Brasil foi um dos principais "Aliados" dos Estados Unidos no âmbito da América Latina. Além da concessão das bases aéreas no Nordeste, o país colaborou com o fornecimento de materiais estratégicos como "borracha e minério de ferro, (...), diamantes industriais, manganês, níquel, bauxita, tungstênio, e (...) areia monazítica (da qual se extraíam o urânio e o tório, essenciais para o projeto atômico norte-americano)". BETHELL, ibidem, p. 66. Ricardo Seitenfus aponta que, a partir de maio de 1941, Washington fixou a quota anual das compras de material estratégico do Brasil em "quinhentos mil toneladas de manganês, cem mil de bauxita, seis mil de cromo, 1,6 de berilo, 0,6 tonelada de níquel e trezentos mil quilates de diamantes industriais". SEITENFUS, ibidem, p. 240.

[242] FERRAZ, ibidem, p. 23.

[243] Em 22 de agosto de 1942, Vargas emitiu o Decreto-lei nº 4.601, onde abriu ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de 1.500:000$0, à conta do Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional. Cf. Diário Oficial da União, Seção 1, 22/8/1942, Página 12961 (Publicação Original).

[244] CARONE, **A terceira república**, Op. Cit., p. 206-208. O órgão de Coordenação de Mobilização Econômica foi criado em 28 de setembro de 1942 com o intuito de estimular a produção industrial e agrícola, o abastecimento do mercado interno, o tabelamento de preços dos produtos alimentícios essenciais, além da melhoria do sistema de transporte e combate à inflação. SANDER, ibidem, p. 264-265.

[245] LIRA, ibidem, p. 38.

os encarregados da fiscalização[246].

Nesse quadro, após a segunda metade de 1942, os governos norte-americano e brasileiro realizaram vários projetos de saúde e saneamento, além de um programa de abastecimento de alimentos[247].

Em setembro de 1942 alguns procedimentos foram tomados para formular um programa de guerra mútuo entre Brasil e Estados Unidos, na qual destaca-se a visita do Secretário da Marinha norte-americana ao Rio de Janeiro, representando a "Missão Knox"[248]. Ademais, chegou ao Brasil uma missão norte-americana, confiada pelo presidente Roosevelt a Nelson Rockefeller, que tinha o intuito de minimizar os efeitos da guerra no país, promover uma interação cultural, política e econômica entre os dois países e combater o nazifascismo. Rockefeller, ligado ao Birô Interamericano, além de tentar coordenar agências estatais e privadas norte-americanas, comprando expedientes de produção e materiais estratégicos latino-americanos, buscou participar de iniciativas de caráter econômico, e combater problemas ligados à saúde pública e nutrição[249]. Além disso, aproveitou a ocasião para estimular uma política de aproximação com militares brasileiros, e vender a imagem da "colaboração hemisférica"[250].

Entretanto, as ações "rockefellianas" e do Birô, a curto prazo, não surtiram efeito, visto que a população continuou a passar por grandes privações alimentícias, e grande parte permaneceu desempregada. Em grandes cidades "para se conseguir uma cota de pão, leite ou açúcar era preciso enfrentar longas filas desde a madrugada"[251]. Conforme relata Nege Além,

> se antes era escasso o pão na mesa do pobre, com os racionamentos causados pela guerra ele foi se tornando a cada dia mais raro e custoso. Os armazéns aboliram a praxe de vendas de mercadorias a prazo, mediante anotações em cadernetas e acertos no final do mês, ou quando o comprador tinha condições

[246] CYTRYNOWICZ, ibidem, p. 30. Para o autor, o tabelamento não era uma medida eficiente contra a alta dos preços, visto que as tabelas dos preços não eram padronizadas para todo o país. Idem, p. 252. Somente em 19 de dezembro de 1945, mediante o Decreto-lei nº 8400, foi extinta a Coordenação de Mobilização Econômica.

[247] Dentre os projetos, existiu o "Programa Econômico Básico", que, criado no início de 1942, foi vinculado ao Escritório do Coordenador e Diretoria de Bem-Estar Econômico norte-americano. Vários esforços foram realizados, por exemplo, na região amazônica; em Minas Gerais (controle de lepra em Belo Horizonte e melhoria nos sistemas de água e esgotos em Governador Valadares); na Bahia e Rio de Janeiro (instrução de médicos e enfermeiros). MCCANN, ibidem, p. 312-313.

[248] LINS, ibidem, p. 49.

[249] MOURA, **Tio Sam...**, Op. Cit., p. 22. A prioridade da missão de Rockefeller foi "aumentar a produção local de mercadorias essenciais, (...), adaptar as indústrias locais ao uso de substitutos de matérias-primas (...), manter e melhorar as facilidades de transporte; e lançar os alicerces para o duradouro fortalecimento de toda a economia industrial do Brasil". SANDER, ibidem, p. 266.

[250] MOURA, **Tio Sam...**, Op. Cit., p. 32.

[251] SANDER, ibidem, p. 266.

> de pagar. Isso dificultou ainda mais a sobrevivência dos menos favorecidos que raras vezes tinham à mão dinheiro disponível para as compras de maior necessidade[252].

Ainda no mês de setembro de 1942, foi enviada ao Brasil uma missão técnico-econômica americana, liderada por Morris Cooke, que teve como objetivo estudar as condições existentes na indústria brasileira e as possibilidades de potencializá-las. Entretanto, segundo Gerson Moura, a motivação primordial da missão era a necessidade aliviar a pressão sobre transporte marítimo norte-americano, mediante a substituição de importações, e, possivelmente, transferir para o Brasil o equipamento industrial já obsoleto nos Estados Unidos, porém com utilidade na indústria brasileira, até então menos desenvolvida. Apesar disso, a "Missão Cooke" produziu relatórios sobre as condições, necessidade e potencialidades das indústrias do Brasil, sugerindo medidas para incrementar sua produção de guerra[253].

O "esforço de guerra" e a "batalha da produção"

A partir do rompimento das relações diplomáticas e declaração de beligerância, após 1942, o Estado brasileiro acionou as forças produtivas do país em prol da mobilização de guerra, interferindo diretamente no cotidiano dos brasileiros.

Nesse sentido, o governo varguista e os industriais criaram mecanismos de imposição de um "regime militar" dentro das indústrias, tornando o operariado "*soldado da produção*" lutando em um "*front interno*"[254]. Desta forma, a classe operária foi prejudicada por decretos assinados que suspenderam direitos trabalhistas, estendendo a jornada de trabalho sem o pagamento de valores adicionais por hora extra trabalhada, adiaram as férias e puniu como criminosos e desertores os faltosos do trabalho[255].

Roney Cytrynowicz, por exemplo, aponta que os trabalhadores da indústria têxtil

---

[252] Convocado para a Força Expedicionária Brasileira, embora não tenha sido incorporado, Nege Além, natural de Guaxupé, Minas Gerais, relata em sua obra a experiência de conscrição e acantonamento no 11º Regimento de Infantaria, de São João Del Rei, entre fevereiro de 1944 e julho de 1945. ALÉM, Nege. **Mágoa de convocado**. São João da Boa Vista, São Paulo: PrismaGraf, 2007, p. 48-49.

[253] MOURA, **Tio Sam...**, Op. Cit., p. 64-65. Segundo Castello Branco, no setor siderúrgico, por exemplo, só haviam 24 altos-fornos, 19 localizados em Minas Gerais, 4 no estado do Rio de Janeiro, e 1 em São Paulo, que produziam uma cifra de 300.000 toneladas anuais de ferro gusa, que não atendiam as necessidades das Forças Armadas em munições. CASTELLO BRANCO, ibidem, p. 72.

[254] CYTRYNOWICZ, ibidem, p. 213.

[255] FERRAZ, ibidem, p. 25. Mediante o Decreto-lei nº 4937, de 09 de dezembro de 1942, os trabalhadores foram proibidos de mudarem de emprego ou de faltarem ao trabalho. Segundo o Decreto-lei nº 4838, de 23 de outubro de 1942, foi autorizado o adiantamento das férias dos trabalhadores, ou permissão às empresas o pagamento em dinheiro. Segundo Roney Cytrynowicz, a Lei de Mobilização Industrial de 1944 suspendeu direitos trabalhistas nos setores pertencentes à defesa nacional, permitindo a extensão da jornada de trabalho, cancelamento de férias, privação do pagamento de horas extras, e autorizou o trabalho noturno feminino. CYTRYNOWICZ, ibidem, p. 203.

sofreram com a "intervenção militar", mediante ao Decreto-lei 6.688 de 13 de julho de 1944, que suspendeu direitos trabalhistas instituídos pela CLT de 1943. A mobilização desta indústria teve o intuito de garantir a produção e o abastecimento do mercado interno, inclusive com preços baixos para "tecidos populares". Entretanto, a expansão da indústria têxtil e de sua exportação, durante o período beligerante, desabasteceu o mercado interno[256].

Além disso, segundo Francisco Ferraz, a guerra também foi sentida pelo cidadão civil através da constante escassez e carestia de gêneros alimentícios de consumo cotidiano, ocasionada pelas dificuldades de importação e especulação de preços dos produtos de necessidade primária[257]. Roberto Sander ressalta que a carestia do custo de vida para a população brasileira se deu pela privação de produtos que antes da guerra eram destinados ao mercado interno, e no decorrer do conflito, passaram a ser solicitados para importação, ocasionando na inflação de seus preços. Ou seja, diante da dificuldade de importação, os preços dos gêneros alimentícios aumentaram, assim como começou a racionar e faltar produtos primários, como o trigo e combustíveis. "Nos armazéns e feiras livres, era difícil encontrar até ovos e frangos"[258].

Gentil Palhares indica que houve a privação de muitos produtos antes importados e de artigos da produção nacional para que nada faltasse aos "Aliados". O veterano relata que

> O racionamento foi inevitável e sofremos as duras consequências da falta de trigo, de açúcar e outros gêneros indispensáveis, surgindo filas estafantes, os cartões de racionamento, os processos de coordenação, o câmbio negro, e, (...), os 'tubarões' enriquecendo-se à custa do sacrifício daqueles que lutavam para conseguir o produto que lhes era de todo indispensável[259].

Nesse sentido, Roney Cytrynowicz aponta que o desabastecimento de produtos também foi motivado pela ação de comerciantes que estocavam mercadorias visando especulação e obtenção de lucros, contribuindo para promoção da escassez[260]. Segundo o autor,

> A guerra contra os especuladores armada em alguns momentos pelo governo estadual ou federal, foi um jogo de efeitos: o alarme da escassez e a guerra contra a especulação intensificaram a mobilização, amparados pela suposta ação da Mobilização Econômica. O poder dos atacadistas e dos

[256] CYTRYNOWICZ, ibidem, p. 29.
[257] FERRAZ, ibidem, p. 21.
[258] SANDER, ibidem, p. 170-171.
[259] PALHARES, ibidem, p. 140.
[260] Em 1944, houve uma "guerra de preços" e a luta do Estado contra os açambarcadores, ou especuladores. CYTRYNOWICZ, ibidem, p. 231.

> industriais, que não se submeteram a nenhum tipo de controle, determinou, internamente, segundo um jogo interno de especulação (...) a alta nos preços e a falta de produtos, diante da inação do governo[261].

Para Francisco Ferraz, na "economia de guerra" brasileira,

> (...) uma parte dos industriais e comerciantes pôde lucrar e acumular capitais com a privação dos consumidores e com os rendimentos excedentes da supererxploração dos trabalhadores. Para estes últimos, como consumidor e produtor de riquezas, a guerra significou um conjunto de privações e dificuldades cotidianas[262].

Segundo Gerson Moura, a partir de 1943, acentuaram-se os problemas econômicos e sociais brasileiros. Economicamente, a guerra criou um *boom* industrial ligado à "substituição de importações, mas ainda que estimulada por ajuda governamental, frequentemente esta atividade econômica era especulativa e não conducente a uma real produção da riqueza"[263]. Socialmente, as classes trabalhadoras urbanas sofreram com a estagnação da produção de produtos alimentícios, baixos salários, obsolescência dos transportes, carestia de vida, desemprego e alta inflacionária. Dessa forma, com o pouco crescimento dos salários nas indústrias e o aumento do custo de vida, entre 1935 e 1945, as rendas reais reduziram, fazendo com que as famílias de operários restringissem sua alimentação[264].

Diante do quadro desabastecimento de produtos, o governo brasileiro, buscando realizar o estudo e levantamento das necessidades de consumo de utilidades, estabelecer as normas de distribuição das utilidades, especialmente dos gêneros alimentícios quando sujeitos ao regime de racionamento, e baixar instruções para execução das medidas necessárias ao racionamento dos gêneros de consumo, criou em 03 de maio de 1943, pela Portaria nº 67, o Serviço de Abastecimento e Racionamento. Segundo Edgard Carone, o Serviço de Abastecimento foi criado em diferentes períodos nas unidades federativas do país. Entretanto, o Serviço, apesar da exigência de levantamentos de estatísticas de consumo, das previsões da necessidade, da estimativa das safras, e do seu escoamento, sofreu com o problema "[d]a não aceitação pelos produtos dos preços oficias, [d]a existência do mercado negro e a alta do preço, bem acima do estipulado pelo governo"[265].

Segundo Gerson Moura, a crise socioeconômica contribuiu para dificultar a

---

[261] Idem, p. 233.
[262] FERRAZ, ibidem, p. 27.
[263] MOURA, **Relações Exteriores do Brasil...**, Op. Cit., p. 134.
[264] SILVA, José Rogério da. **Condições de vida da classe trabalhadora na cidade de São Paulo durante o Estado Novo.** (Dissertação de Mestrado em História), São Paulo: PUC, 1992, *apud* CAPELATO, ibidem, p. 122.
[265] CARONE, **O Estado Novo (1937-1945**), Op. Cit., p. 87.

mobilização da população brasileira em apoiar o projeto de participação brasileira na guerra. Ou seja, permeada por tensões sociais, os brasileiros mantinham-se indiferentes quanto à formação e envio de uma Força Expedicionária para os campos de batalha. Nesse cenário, mesmo com o apoio de setores das classes liberais e médias, além de movimentos de esquerda, existiu uma contrapropaganda que criticou a dificuldade de formação da FEB. Havia pessoas que "ridicularizavam o seu atraso ou até sugeriam que ela não deveria ser usada no exterior e sim no Brasil, para combater o próprio presidente"[266].

Em suma, segundo Francisco Teixeira e Maria Totini quando o Brasil aliou-se contra as forças do "Eixo" na Segunda Guerra Mundial, após 1942, no campo econômico, especificamente no setor primário-exportador, a guerra promoveu efeitos positivos, como por exemplo, o aumento das exportações de café, algodão, açúcar, borracha, e outras matérias primas e produções agrícolas, que acresceram seu preço e valor no mercado. Porém, segundo os autores, a guerra produziu efeitos menos positivos sobre o setor industrial, pois esse campo continuou crescendo desordenadamente, estimulado pelo aumento do consumo interno e das exportações, acrescido à desorganização das economias dos países industrializados envolvidos no conflito, que aumentou a demanda mundial de produtos manufaturados. Ou seja, a indústria brasileira não cresceu o esperado, visto que a expandiu 49% entre 1932 e 1938 e 37% apenas entre 1939 e 1945[267]. Apesar do efetivo avanço industrial, economicamente, o Brasil, no término da Guerra, não atingiu sua independência econômica e nem um desenvolvimento em larga escala.

"Batalha da produção" e racionamento em São João Del Rei

Assim como em diversas localidades do país, com o rompimento das relações diplomáticas com os países do "Eixo", acrescido aos decretos de Coordenação de Mobilização Econômica, e de Racionamento[268], a população da cidade de São João Del Rei foi afetada pelo racionamento, escassez de gêneros alimentícios, alta de preços, carestia do custo de vida e desemprego.

Nesse cenário, a imprensa foi utilizada para incentivar os brasileiros a contribuir com a "obrigação de guerra"[269]. Segundo Clarice Lira, com a criação da Coordenação de

[266] MOURA, **Relações Exteriores do Brasil...**, Op. Cit., p. 137-138 e 142.
[267] TEIXEIRA, Francisco M. P.; TOTINI, Maria Elizabeth. História **Econômica e Administrativa do Brasil**. São Paulo: Ática. 4ª Ed., 1994, p. 181-182.
[268] Tais decretos foram emitidos, respectivamente, em 28 de setembro de 1942 e 03 de maio de 1943.
[269] As "obrigações de guerra" referiam-se à taxa de contribuição compulsória de 3% dos salários dos funcionários públicos para o "esforço de guerra". Além disso, as "obrigações de guerra" pagavam juros de 6% ao ano, segundo o Decreto-lei nº 4789 de 05 de outubro de 1942. CYTRYNOWICZ, ibidem, p. 272.

Mobilização Econômica, em 28 de setembro de 1942, ocorreu a elaboração de um plano financeiro que lançou mão de um empréstimo compulsório interno para a manutenção das despesas relacionadas à mobilização.

> Assim, cada brasileiro poderia contribuir com parte de sua renda com as obrigações de guerra, sendo que aqueles que concorriam com o imposto de renda participariam com uma parcela relativa a este; os demais contribuiriam com 3% de seus vencimentos[270].

Em várias edições do jornal são-joanense Diário do Comércio, por exemplo, encontram-se ilustrações e propagandas vinculadas a produtos de empresas privadas, que, além de apresentar um viés nacionalista, abordavam a compra de obrigações de guerra, colaboração com a produção fabril, compra de bônus de guerra[271], além de orientações para se economizar produtos importantes, como a gasolina, gêneros alimentícios e energia elétrica.

Além disso, em São João Del Rei, João da Costa Rodrigues, gerente da Agência do Instituto dos Comerciários (IAPC), enviou uma nota ao Diário do Comércio para esclarecer medidas relacionadas ao recolhimento das "Obrigações de Guerra". Ou seja, a partir de 1º de julho de 1943, os empregadores foram obrigados a recolher aos cofres do "Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários" as importâncias relativas às contribuições de subscrição de "obrigações de guerra" dos empregados subordinados ao Instituto, recebendo, em troca, os selos correspondentes que eram entregues aos empregados no ato do pagamento dos seus ordenados, então devidamente descontados sobre a "Base do Salário". A venda do "selo" era efetuada nos órgãos locais do Instituto, mediante requisição das empresas, ou dos segurados, contribuintes em dobro, em fórmula própria, em duas vias, das quais a segunda era devolvida ao comprador. Estavam obrigados ao desconto compulsório das "obrigações de guerra", para recolhimento por intermédio do IAPC, todos segurados que recebessem um salário mensal de C$ 250,00 cruzeiros ou valor superior[272].

Segundo Castello Branco, o "Plano Financeiro", criado pelo Ministério da Fazenda, ao invés de aumentar os impostos, resolveu criar um empréstimo interno compulsório, fazendo com que os brasileiros contribuíssem com parte de suas rendas. Os indivíduos que concorreram ao imposto de renda, participaram com uma parcela correspondente ao mesmo, e os demais, com 3% dos seus salários. CASTELLO BRANCO, ibidem, p. 75.

[270] LIRA, ibidem, p. 38.

[271] O bônus de guerra, adquirido no valor de 100 a 5000 cruzeiros, era uma obrigação ou dívida do governo com características semelhantes aos títulos de renda.

[272] Diário do Comércio, 29 de outubro de 1943, nº 1700, p. 1.

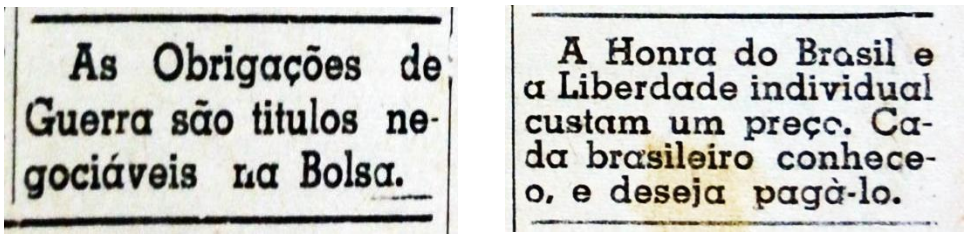


Figura 5: Anúncio da compra de "obrigações de guerra". Diário do Comércio, São João Del Rei, 23 de maio de 1944, nº 1862. p. 1; Idem, 31 de maio de 1944, nº 1869, p. 3.

Após o início da "conscrição" da população brasileira para a "batalha da produção", conforme aponta Francisco Ferraz[273], em 1942, o prefeito são-joanense, Antônio Viegas, lançou um apelo a todos os fazendeiros, agricultores, criadores e lavradores do município de São João Del Rei, para que estes se empenhassem no aumento da produção voltado ao "esforço de guerra", ou seja, na campanha do preparo da terra, para que as colheitas não se escasseassem, prejudicando "a grande causa".

Nesse cenário, visando controlar a campanha de fomento da produção agropecuária no município são-joanense, a classe produtora foi convocada para uma reunião, realizada no edifício da Prefeitura em 30 de agosto de 1942. Após explicar o compromisso de produção e relação com as Nações Unidas, Antônio Viegas sugeriu a criação de uma Comissão central e outras Comissões distritais[274]. Aceita a proposta, a Comissão Central realizou uma excursão à Vila do Rio das Mortes no dia 30 de outubro de 1942, e posteriormente visitou outras localidades do município[275].

[273] A mobilização econômica implicou no aumento da produção nacional, principalmente de matérias agrícolas e minerais para o consumo "Aliado". "Materiais estratégicos tinham sua produção ou extração intensificadas, como manganês, bauxita, cobalto, tungstênio, níquel, berilo, cromo, cobalto, cristais de quartzo, diamantes industriais, borracha, babaçu, cerda de carnaúba e óleo de mamona. Outros produtos tradicionais da pauta brasileira de exportações, como o café, o cacau e o açúcar, também tinham como destino preferencial, (...), os Estados Unidos". FERRAZ, ibidem, p. 23.

[274] Diário do Comércio, 01 de setembro de 1942, nº 1354, p.1.

[275] A comitiva foi recebida na entrada da vila do Rio das Mortes por parte da população, precedida pela banda de música local e ostentando a efígie do Presidente Vargas. Usando da palavra, Antônio Viegas e Augusto Viegas anatematizaram a agressão do "Eixo" ao Brasil, e concitaram os lavradores a produzirem mais, contribuindo para que nada faltasse ao país no "angustiante" momento em que as "forças livres" do mundo se empenhavam no ataque ao nazi-fascismo. Com idêntico intuito, aumentar a produção agropecuária, a caravana prosseguiu percorrendo todos os demais distritos municipais até o dia 20 de setembro. Diário do Comércio, 02 de setembro de 1942, nº 1353, p. 1. Os membros da Comissão Central visitaram nos dias 2 e 3 de setembro de 1942 as vilas de Santa Rita e Conceição da Barra, respectivamente. Em Santa Rita (atual Ritápolis), a Comissão foi recebida pelo povo, lavouristas e alunos das escolas, precedidos da banda de música local. Usaram da palavra incentivando os fazendeiros a produzirem mais, o prefeito Antônio Viegas, Antônio Dângelo e o engenheiro agrônomo José Barbosa. Em Conceição da Barra, a comitiva foi também recebida com entusiasmo pela população local. Em suma, em ambas as vilas foi lançada pelas respectivas comissões distritais a "Campanha da Cruzada da Vitória". Diário do Comércio, 05 de setembro de 1942, nº 1355, p. 1. Com a visita no dia 20 de setembro a vila de São Francisco do Onça, findou-se a série de excursões empreendidas pela Comissão Central de Fomento da Produção Agropecuária do município de São João Del Rei. A comissão distrital constituiu-se por José Augusto de Rezende, Ranulfo de Rezende, Antônio de Rezende, Natanael Reis, Afrânio Ferreira, Antônio da Silva, Bento Portela, dentre outros. Diário do Comércio, 23 de setembro de 1942, nº 1369, p. 1.

Em relação ao racionamento de produtos alimentícios e derivados do petróleo, conforme aponta Roney Cytrynowicz, a falta de gasolina foi estimulada pela ação de garagistas oportunistas que aproveitaram da situação para obter lucros, aumentando o preço da gasolina de modo clandestino. Como combustível alternativo ao produto foi instituído o sistema de gasogênio para os veículos[276].

Desta forma, no dia 30 de abril de 1942, o Serviço de Racionamento de Gasolina tomou medidas para controlar a distribuição de combustíveis no município de São João Del Rei, na qual destaca-se a notificação dos proprietários de bombas o fechamento das mesmas aos domingos e feriados nacionais, das 24 horas do dia anterior até as 6 horas da manhã do dia útil, e a cassação do fornecimento ao proprietário do veículo que tentasse receber em duplicata a caderneta de racionamento do corrente mês[277]. Em suma, os carros comuns ou de passageiros receberiam de 60 a 150 litros mensais de gasolina, os carros de praça, de 250 a 350 litros mensais, e os carros particulares a serviço de médicos, de 120 a 150 litros mensais. Os interessados em obter as quotas, tiveram de declarar à Comissão a natureza dos carros que eram proprietários, os serviços em que eram empregados e o consumo antigo[278].

Entretanto, a diminuição do estoque de gasolina e regulamentação distributiva criou problemas para a cidade. Foram lançadas na imprensa várias contestações ao racionamento do combustível. No dia 05 de maio de 1942, atrelado à escassez de matas, de onde se extraia lenha, os líderes da Rede Mineira de Viação formularam tarifas proibitivas para o transporte de lenha, para evitar que as matas existentes nas proximidades de suas linhas fossem desviadas para outro consumo que não fosse de suas locomotivas, obrigando a população a suprir-se de combustível das zonas afastadas dessa via-férrea, utilizando auto caminhões para seu transporte. Ou seja, somando ao esgotamento das reservas florestais próximas a cidade e a escassez de gasolina, o tráfego de caminhões na região ficou reduzido à quarta parte de sua eficiência[279].

---

[276] Segundo Roney Cytrynowicz, em fevereiro de 1939, mediante o Decreto-lei nº 1125, foi criada a Comissão Nacional de Gasogênio. Posteriormente, em 1941, foi fundada a Comissão Estadual do Gasogênio, e em 1942, diante da crise do combustível, e visando obter outros meios de abastecimento dos automóveis, o governo brasileiro fomentou a campanha de utilização do produto. CYTRYNOWICZ, ibidem, p. 73-75.

[277] Diário do Comércio, 30 de abril de 1942, nº 1249, p. 4.

[278] Idem.

[279] A lenha consumida pelos são-joanenses era extraída de zonas localizadas a 40 a 50 quilômetros da cidade. Diário do Comércio, 05 de maio de 1942, nº 1252, p. 1.

Além disso, em julho de 1942, a imprensa são-joanense questionou a ação de alguns distribuidores, que, não satisfeitos com a elevação clandestina do preço (de 1$720 para 2$500), adicionaram ao combustível água potável e água-ardente[280].

Desse modo, visando a punição aos transgressores do racionamento de gasolina, o procurador do Tribunal de Segurança de Minas Gerais, Gilberto de Andrade, anunciou, em maio de 1942, que ficariam detidos por cerca de dois ou quatro anos os sujeitos que mantivessem depósitos clandestinos de gasolina. O crime enquadrava-se na Lei de Economia Popular, bastando a verificação do depósito, devidamente testemunhado, para que o delito se considerasse provado[281].

Localmente, para combater as burlagens ao racionamento de gasolina, o Delegado da Polícia do município de São João Del Rei, Jeudiel Torga, organizou, no dia 24 de julho de 1942, uma tabela de preços para corridas e viagens em automóveis, na qual foi cobrado pela corrida no perímetro urbano, 5$000, no período suburbano, 6$000, e em viagem, por quilômetro, 1$500[282].

O fim do racionamento de combustível só ocorreu em agosto de 1945, permitindo que o tráfego de veículos fosse retomado na cidade de São João Del Rei[283].

Buscando coordenar o controle da produção dos recursos nacionais para o conflito em âmbito estadual, no dia 21 de janeiro de 1944, a Coordenação de Mobilização Econômica federal criou no estado de Minas Gerais a Comissão de Abastecimentos, constituída de um secretário de Estado, que era presidente da Comissão; um conselho composto do prefeito de Belo Horizonte, diretor do Departamento Estadual de Estatística, de elementos das "classes conservadoras", um assistente designado pelo mobilizador da Coordenação Econômica e um assistente administrativo nomeado pelo conselho que servia como secretário. A Comissão requisitava dados e informações de entidades públicas e privadas, utilizava-se de dados e elementos estatísticos dispostos pelos poderes públicos e exigia de sindicatos e civis o preenchimento de questionários[284].

Desta forma, com a criação da Comissão de Abastecimentos de Minas Gerais, mediante a Portaria nº 192, de 17 de janeiro de 1944, os prefeitos municipais passaram a controlar os preços e punir os infratores das tabelas. O prefeito são-joanense, Antônio Viegas, emitiu uma nota no periódico Diário do Comércio, por exemplo, alertando e

[280] Diário do Comércio, 22 de julho de 1942, nº 1317, p. 4.
[281] Diário do Comércio, 08 de maio de 1942, nº 1255, p. 1.
[282] Diário do Comércio, 25 de julho de 1942, nº 1320, p. 4.
[283] Diário do Comércio, 18 de agosto de 1945, nº 2232, p. 4.
[284] Diário do Comércio, 22 de janeiro de 1944, nº 1777, p. 1.

ameaçando os praticantes de abusos nos preços de gêneros alimentícios de primeira necessidade, como o açúcar e o leite[285].

Apesar do esforço das comissões de abastecimento, no ano de 1944, vários produtos foram racionados, ou tornaram-se ausentes no mercado são-joanense. Por exemplo, lê-se no periódico Diário do Comércio, sobre a falta de leite e energia elétrica, em 12 de fevereiro [286]; falta de açúcar, em 10 de fevereiro e 15 de junho[287]; falta de leite, em 18 de julho [288], dentre outros.

Somente próximo do fim da guerra, considerando que o município estava regularmente abastecido de açúcar, e de que houve uma queda no preço desse produto inferior aos preços da tabela, o prefeito municipal e presidente da Subcomissão de Abastecimento de São João Del Rei, removeu o açúcar da tabela de preços, no dia 26 de abril de 1945. Além disso, foram suprimidos os vales emitidos pela Prefeitura para a venda de açúcar no atacado; entretanto, foi expressamente proibida a saída de açúcar, de qualquer espécie, do município são-joanense para outro, ficando sujeita a apreensão qualquer quantidade do produto que fosse encontrada em trânsito clandestino, sendo devidamente processado e multado o infrator da disposição[289].

Por fim, o Coordenador da Mobilização Econômica federal extinguiu, no dia 26 de julho de 1945, a Comissão de Abastecimento do Estado de Minas Gerais. Questionando a ineficácia da Comissão, os redatores do Diário do Comércio afirmaram que a Comissão Estadual e suas sucursais nos municípios eram "meras ficções", ou seja, as providências que tomaram para o "abastecimento" resultaram sempre no "sumiço" do produto, e quando fixavam um preço, a população já sabia que para obter o produto tinha que pagar 50 a 80% a mais no valor. Para os redatores, a própria Comissão é que devia ter "pedido sua extinção", pois ela, nos tempos em que era presidida pelo Secretário da Agricultura e depois pelo Superintendente do Departamento de Compras e Fiscalização, não conseguiu abastecer as repartições do Estado com os preços tabelados[290].

---

[285] Idem. O Serviço de Abastecimento são-joanense, em 07 de março de 1944, contou com 14 postos distintos para o castro domiciliar, sendo eles, a Prefeitura Municipal, o Grupo João dos Santos, Grupo Maria Teresa, Circunscrição Agropecuária, Casa Paroquial, Orquestra Sinfônica, Grupo Aureliano Pimentel, Posto de Gasolina "São João", Escolas de Matosinhos, Casa da Banda Santa Cecília, Posto de Gasolina do Aníbal, Casa da Escola do Tijuco, Porta da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Casa da Escola do Senhor dos Montes. Diário do Comércio, 08 de março de 1944, nº 1813, p. 4.
[286] Diário do Comércio, 12 de fevereiro de 1944, nº 1794, p, 1.
[287] Idem.; Diário do Comércio, 15 de junho de 1944, nº 1881, p. 1.
[288] Diário do Comercio, 18 de julho de 1944, nº 1909, p. 1.
[289] Diário do Comércio, 27 de abril de 1945, nº 2140, p. 4.
[290] Diário do Comércio, 26 de julho de 1945, nº 2213, p. 1.

Dentre os casos de repercussão judicial relacionado ao descumprimento das normas de estoque em São João Del Rei, destaca-se a apreensão, realizado pela polícia local, de dezessete sacos de açúcar cristal que estavam escondidos no armazém "Paiva & Irmão", situado na Praça Severiano de Rezende, em 28 de fevereiro de 1944. Inquirido pelas autoridades policiais, José de Paiva Filho, proprietário do armazém, negou a existência de açúcar no estabelecimento. Entretanto, em busca mais apurada, a polícia encontrou os sacos de açúcar escondidos atrás de pilhas de sacos de arroz e café[291]. Desta forma, o produto foi apreendido e retido nas dependências da Delegacia policial são-joanense até que o julgamento do inquérito fosse processado.

Conforme lê-se no relatório do Delegado Regional de Polícia, Abel Jacinto Ganem Júnior, enviado ao Delegado da Ordem Polícia e Social de Minas Gerais, João Luiz de Alves Valadão, em 13 de março de 1944:

> Passo a vossas mãos o processo de crime contra a Economia Popular, (...) que responde a Firma Paiva & Irmão. Esta Delegacia (...) ordenou uma busca na casa comercial sobredita, onde encontrou um estoque de açúcar, que foi apreendido (...). Foram tomadas por termo as declarações dos sócios da citada firma. Estes querem alegar ser o açúcar para os seus fregueses de caderno, o que não se justifica, porque o número dos fregueses de caderno não atinge mais de duzentos. O açúcar estava escondido e os indiciados vinham retendo-o, sem atender ao povo que reclamava a falta de açúcar na praça. Neste inquérito foram ouvidas quatro testemunhas, que dão notícias de como estava guardado o açúcar, que não podia, de forma alguma, ser retido justamente no momento em que o povo estava em grande falta deste precioso gênero de primeira necessidade[292].

Além do inquérito de José de Paiva Filho, existem outros dois processos sobre o descumprimento das normas de estoque em São João Del Rei. No primeiro processo, designado "Crime de Economia Popular", consta que, em 1º de março de 1944, a polícia são-joanense, após receber denúncias de estocagem indevida, apreendeu 429 quilos de açúcar cristal, procedente da "Uzinas de Rio Branco", localizados no armazém comercial e na casa de Anchieta Lobato, 59 anos, e seu filho Alberto Lobato, 24 anos, situados na Rua Artur Bernardes, centro da cidade[293]. Diante das investigações, Anchieta Lobato, foi preso, e, inicialmente recusou-se a prestar declarações, todavia, tentando encobrir o crime

---

[291] Arquivo Público Mineiro, arquivos da Polícia Política, acervo do período de 1927 a 1982; pasta: 3652, rolo: 040, data: Fev. 1944 - Mar. 1944, p. 6. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=3652&imagem=1503. Acesso em: 25 de setembro de 2017.

[292] Idem, p. 19.

[293] Arquivo Público Mineiro, arquivos da Polícia Política, acervo do período de 1927 a 1982; pasta: 3651, rolo: 040, data: Dez. 1944 - Mar. 1944, p. 8-9. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=3651&imagem=1462. Acesso em: 26 de setembro de 2017.

praticado, mentiu ao Delegado regional, ao dizer que o açúcar era procedente de Juiz de Fora, Minas Gerais, e que o mesmo era produzido no município de Campos, Rio de Janeiro[294]. Abel Jacinto, delegado de polícia, em seu relatório afirmou que

> (...) dada a situação anormal que o açúcar vinha causando nesta cidade [São João Del Rei], foi necessário que a Polícia tomasse medidas enérgicas no sentido de repelir tais abusos.
>
> O presente inquérito ocorreu normalmente, tendo sido feito o auto de apreensão do estoque de açúcar escondido, lavrando-se em seguida auto de depósito do mesmo.
>
> Foram tomadas por termo, as declarações dos indiciados Anchieta Lobal e Alberto Lobato, que confessam o crime cometido, de modo claro.
>
> A má fé dos indiciados está provada nas suas próprias declarações, quando confessam que mentiram ao dizer que o açúcar era procedente de Juiz de Fora. Ainda Alberto Lobato teve a coragem de passar às mãos desta autoridade os documentos (...) onde alega ser o açúcar procedente de Campos, no intuito de encobrir o crime por ambos praticado.
>
> Fortes são as declarações (...) prestadas por Manoel Antônio da Silva, empregado de Anchieta e Alberto Lobato contra estes[295].

Por fim, houve um caso de infringimento das regras de tabelamento envolvendo um são-joanense, que levou à prisão o comerciante barbacenense Américo Lourenço**.** Nos autos do processo nº 4.873, o procurador de Minas Gerais denunciou Henrique José Rosa da Silva, comerciante, residente na cidade de São João Del Rei, Francisco Pereira de Morais, residente em Tiradentes, Américo Lourenço, português, comerciário, residente em Barbacena, Talfic Kahlil Abom Fajade, libanês, residente em Barbacena, e Germano Nogueira, residente em Carandaí[296].

Segundo dados do inquérito, por intermédio de Talfic Kahlil, Américo Lourenço vendeu a Henrique José, em março de 1944, 200 sacos de sal, por preço superior ao tabelado. Henrique, verificando que a mercadoria não podia ser vendia pelo preço da tabela em São João Del Rei, enviou-a a Tiradentes, onde vendeu a Francisco de Morais com lucro "apreciável", e por preço superior ao da tabela vigorante em São João Del Rei. A responsabilidade da transação coube a Américo Lourenço, que realizou a operação infringindo as prescrições do tabelamento e por isso respondeu criminalmente. Desta forma, o ministro do Tribunal de Segurança Nacional, Pedro Borges da Silva, condenou Américo Lourenço, em 10 de janeiro de 1945, a um mês de prisão, e absolveu os outros envolvidos nas acuações. Posteriormente, Pedro Borges negou uma apelação judicial e retificou a pena imposta a Américo Lourenço, condenando-o também a uma multa de Cr$2.000,00 cruzeiros[297].

---

[294] Idem, p. 43.
[295] Idem.
[296] Diário do Comércio, 27 de fevereiro de 1945, nº 2091, p. 4.
[297] Idem.

CONCLUSÃO

A Segunda Guerra Mundial não produziu apenas linhas de frente e truculentas disputas territoriais, mas também uma gama de transformações nas dinâmicas cotidianas de pequenas e grandes localidades mundiais, exacerbadas pela veiculação de notícias em jornais impressos e rádios, provocando medo, incerteza, e temor nos sujeitos que vivenciaram o período.

O processo de aproximação e negociação externa brasileira com os Estados Unidos, em busca de benefícios políticos, econômicos e militares, levou ao abandono gradual de sua diplomacia ítalo-germânica, influenciou diretamente no alinhamento do Brasil com os "Aliados", e alterou o novo posicionamento do Estado Novo frente aos aspectos econômicos, políticos e sociais do país.

Nesse sentido, sociopoliticamente, parte da população de São João Del Rei, assim como em outros locais do país, em agosto de 1942, partiu às ruas para manifestar-se contra os torpedeamentos realizados à marinha mercante brasileira, que afrontaram à soberania nacional, e solicitar a entrada do país na guerra ao lado dos Estados "Aliados". Nesse cenário, os comícios e as manifestações promovidas pelas classes operárias, estudantis, políticas e comerciais da cidade, deixaram nítidas as influências da disciplina e de elementos simbólicos forjados por Getúlio Vargas, como a exaltação ao símbolo varguista, expressos no carregamento de faixas, quadros, e mensagens em apoio ao presidente, e no incentivo à conduta cívica e nacionalista. Paradoxalmente, parte da população atacava as ditaduras fascistas e nazistas, porém vivenciava e apoiava uma ditatura nacional.

Além disso, é notável a influência do jornal Diário do Comércio no âmbito são-joanense, principalmente nos momentos em que esse convocou a população para doar recursos em prol da "celebração de uma Missa Campal pela alma dos que morreram pela causa brasileira em 1942", e a participação dos moradores na "campanha do metal", na qual todos deveriam levar o seu "tributo", ou seja, produtos de ferro, aço, cobre, chumbo, alumínio, bronze, que, refundidos, foram utilizados na "campanha da Vitória" e "em proveito do Brasil".

Desta forma, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que, entre 1939 e 1945, promoveu a censura aos periódicos, revistas e rádios, e propagou um viés ideológico varguista, interviu na memória coletiva da população civil são-joanense ao "manipular" as matérias produzidas pelo jornal Diário do Comércio, e influenciar na

escolha dos filmes e documentários que foram exibidos no Cine Capitólio. Tal estrutura de controle da opinião pública "ao mesmo tempo em que reprimia qualquer oposição ao governo, tinha, por outro lado, um profundo efeito sobre a memória coletiva"[298].

Quanto à população estrangeira, a guerra contribuiu para o processo de homogeneização social ao legitimar e radicalizar a repressão contra a prática e hábitos culturais de imigrantes e descendentes. As perseguições e violências efetuadas contra o teórico inimigo "quinta-coluna", gerou sofrimento pessoal e coletivo, e atingiu fisicamente ou psicologicamente os descendentes de alemães, italianos e japoneses, taxados como "súditos do Eixo", "em nada contribuindo para o aumento da segurança do país ou para o combate dos verdadeiros inimigos internos"[299]. Entretanto, houve uma resistência por parte dos colonos originários de países do "Eixo", pois, mesmo que o projeto nacionalizador tenha tentado homogeneizá-los e integrá-los à pátria brasileira, tais pessoas driblavam às normatizações. "Homens, mulheres, no calor da guerra, escreveram cartas, dissimularam, inventaram estratégias, desafiaram as autoridades, mobilizavam-se"[300].

Em São João Del Rei a população imigrante, em sua maior parte de origem e ascendência italiana, sofreu momentos de perseguição, principalmente após meados de 1942. Muitos dos ataques e intimidações, fomentados pela política varguista, partiram de redatores da mídia local, que afirmaram a necessidade de vigiar, denunciar, confiscar os bens e perseguir os "súditos do Eixo". Na prática, houve o fechamento forçado da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro "*Figli del Lavoro"*, a imposição de decretos que exigiram a necessidade de portar salvo-condutos para circulação e a obrigatoriedade de declarar a natureza, a quantidade e o valor de seus bens ao Banco do Brasil. Ademais, foram realizadas prisões temporárias de indivíduos como o lituano Juozas Jurgilas e do alemão Franz Ferdinand Ernest Albrecht, e de itens pessoais do suíço Max Hohn.

Em relação a mobilização socioeconômica, com o alinhamento e negociação diplomática na guerra, o governo brasileiro organizou um "*front interno*", de modo que a escassez e carência econômica, assim como a exploração do trabalhador, fosse aceita pela população brasileira como algo natural e necessário diante do "esforço de guerra"[301]. Para Roney Cytrynowicz, a escassez, tomada como categoria "natural" e "universal", permitiu

[298] MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992, p. 101.
[299] OLIVEIRA, ibidem, p. 150-151.
[300] FÁVERI, ibidem, p 16.
[301] FERRAZ, ibidem, p. 22.

a imposição de uma disciplina em nome do "*front* externo" e do alinhamento externo "anti-Eixo"[302]. Ou seja, a escassez vivida pela população brasileira era relativa e instrumentalizada pela política do Estado Novo que manipulou a circulação e a distribuição de produtos estratégicos[303].

Assim como em diversas localidades do país, com o rompimento das relações diplomáticas com os países do "Eixo", acrescido aos decretos de Coordenação de Mobilização Econômica, e de Racionamento, a população da cidade de São João Del Rei foi afetada pelo racionamento, escassez de gêneros alimentícios, alta de preços, carestia do custo de vida e desemprego. Nesse sentido, os são-joanenses tiveram de contribuir com as "obrigações de guerra", os fazendeiros, agricultores, criadores e lavradores do município de São João Del Rei, foram "incentivados" a aumentar a produção para que nada faltasse aos "Aliados", e houve a necessidade de economizar produtos importantes, que levaram ao racionamento e escassez de itens como a gasolina e gêneros alimentícios elementares. Certamente, existiram pessoas que infligiram as normas impostas pelo Estado, todavia, algumas acabaram sendo denunciadas ou tiveram seus estoques apreendidos pela polícia local, conforme ocorreu com José de Paiva Filho, proprietário do armazém "Paiva & Irmão", Anchieta Lobato, e o barbacenense Américo Lourenço.

Por se tratar de uma monografia, restam ainda novos aspectos a serem tratados, através da análise mais profunda/crítica das fontes. Por exemplo, em relação aos jornais, poderão ser exploradas as matérias do periódico "O Correio", ou impressos dos municípios circunvizinhos de São João Del Rei, com o intuito de contrapor-se ou complementar as notícias e descrições realizadas pelo jornal "Diário do Comércio"; analisar trechos e comparar os inquéritos policiais; estudar a construção da "memória coletiva" da população são-joanense que vivenciou a conjuntura abordada, como os descendentes de imigrantes e outros civis. Além disso, poderá ainda ser pesquisado o impacto social gerado pela mobilização dos expedicionários do 11º Regimento de Infantaria de São João Del Rei para a Segunda Guerra Mundial, visto que a unidade de infantaria foi uma das três únicas do Brasil a serem arregimentadas para o conflito global. Para além das fontes oficiais, as vivências, experiências e relatos dos ex-combatentes antes, durante, e depois da guerra, oferecem ricas informações e fontes a serem analisadas.

[302] Para o autor, imposição de um "*front interno*" não tratou-se apenas de fornecer a retaguarda e a infraestrutura econômica e militar para os exércitos, mas de "manter todas as esferas da vida privada e pública em permanente estado de mobilização a serviço do Estado, submetidas a uma lógica de controle que escapavam inteiramente à compreensão do indivíduo". CYTRYNOWICZ, ibidem, p. 15.
[303] Idem, p. 52.

ANEXO

O GLOBO
26-12-44

INSULTOU A BANDEIRA DA PROPRIA PATRIA

A indigna jovem brasileira e mais dois elementos indesejaveis foram denunciados ao Tribunal de Segurança

Juozas Jurgilas

Há tempos, vinha a delegacia de Ordem Politica de Minas Gerais recebendo denuncias contra individuos suspeitos, que estariam agindo, em São João d'El-Rei, contra o regime e os interesses da Nação. A principio, a Ordem Social não fez mais do que colher elementos de identidade sobre os supostos "amigos de Hitler", que agiam até com uma suposta estação de radio-transmissora.

NOVA DENUNCIA

Decorrido algum tempo, outra denuncia foi enviada á delegacia de Ordem Social, desta vez mais farta, apontando alguns elementos estrangeiros que planejavam articulação para desorientar a situação de beligerancia do país e outros que injuriaram o Pavilhão Nacional, por ocasião do desfile do 11.º R. I. do Exército Nacional, aquartelado naquela cidade mineira.

A CARAVANA POLICIAL

Diante de tais denuncias, uma caravana da policia-politica, chefiada pelo Sr. João Luiz Alves Valadão, delegado de Ordem Politica e Social, e composta do escrivão e do investigador Horizontino Vidal, rumou áquela cidade. Chegando ali, de inicio foi efetuada a detenção do lituano Juozas Jurgilas e sua consequente remessa para Belo Horizonte, por escolta do destacamento local. São João d'El-Rei é uma cidade onde existe um dos maiores quarteis do Exército nacional, que é o 11.º R. I. Ali se prepararam muitos brasileiros que, na hora presente, estão servindo nas Forças Expedicionarias, nos campos da velha Europa. Por isso mesmo, é um lugar que a policia-politica de Minas não deixa de exercer severa fiscalização, pela sua posição como zona militar. Andava na cidade a noticia de que existia ali uma estação radio-transmissora, o que não foi constatado pela Policia, apesar de varias buscas; por outro lado, era corrente a noticia de que uma certa senhorita da sociedade local, por ocasião de um desfile do 11.º R. I., teria desrespeitado o Pavilhão Nacional, chamando-o "farrapo sujo". O que mais tarde se veio constatar em virtude de depoimento de testemunhas.

ONDE ENTRA A AÇÃO DE UM ALEMÃO

De pesquisa em pesquisa, a Policia verificou que a citada senhorita é cunhada do alemão Franz Ferdinand Ernest Albrecht, agrônomo da Escola "Padre Sarmento", naquela cidade, e que, antes da entrada do Brasil na guerra, fazia farta propaganda pro-nazismo, tendo distribuido boletins das estradas da Alemanha e panfletos do nazismo. Franz, que agora reside em Diamantina, foi ali ouvido e negou houvesse tido qualquer participação pro-nazismo, apesar de ser farta a prova contra ele, inclusive a campanha que o "Jornal do Comercio", de São João d'El-Rei lhe fez, em diversas edições, principalmente quando o Governo federal publicou um decreto que nacionalizara o ensino no Sul do país, o que acirrou os ánimos de Franz. Declarou ser casado com brasileira e ter filhos brasileiros, tendo se naturalizado brasileiro em 1934. Sua cunhada, ouvida em Diamantina, negou peremptoriamente qualquer acusação, apesar de testemunhas corroborarem sua confissão.

Juozas Jurgilas, ouvido em Belo Horizonte, tambem negou sua participação em qualquer atividade, tendo declarado que residia em São João d'El-Rei há mais de um ano, onde se dedica apenas ao seu serviço de minerador, pelo que foi solto. Em poder de Juozas a Policia encontrou um revolver calibre 38 e, uma busca em sua residencia, constatou a existencia de cartas que lhe eram dirigidas pela organização "Nova Lituana" de fundo, ao que parece, politico, pois em uma das cartas seu compatricio Jonas Servidas, de São Paulo, lhe falava sobre a guerra entre a Russia e a Alemanha, apelando pela vitoria desta. Juozas declarou na Policia que era 2.º tenente do Exército lituano e que viera para o Brasil como "professor" da organização "Nova Lituana"; que no principio era favoravel a Alemanha, pela proteção e independencia que ela oferecia á sua patria, mas que depois verificou que tanto a Alemanha como a Russia não mereciam fé.

O lituano Juozas Jurgilas era namorado de uma jovem de São João d'El-Rei, cunhada do alemão Franz Ferdinand Ernest Albrecht.

Colhidas as provas necessarias contra os mesmos, o inquérito foi remetido ao Tribunal de Segurança Nacional, com a classificação dos delitos da maneira seguinte: Marina Reis, brasileira, doméstica, residente em Diamantina, incursa no n. I do artigo 35 do decreto-lei 4.545, de 31 de julho de 1942; Juozas Jurgilas, lituano, minerador, residente em São João d'El-Rei, e Franz Ferdinand Ernest Albrecht, alemão, se diz brasileiro naturalizado, casado, residente em Diamantina, incursos no n. I do artigo 2.º do decreto-lei 383, de 18 de abril de 1938.

Figura 6: Jornal O Globo, 26 de dezembro de 1942. Matéria disponível no Arquivo Público Mineiro, arquivos da Polícia Política, acervo do período de 1927 a 1982; pasta: 3701, rolo: 041, data: Jul. 1942 - Fev. 1945, p. 3.

FONTES:

Fontes oficiais do Exército e Memórias:

BRAYNER, Floriano de L. **A verdade sobre a FEB: Memórias de um Chefe de Estado – Maior na Campanha da Itália**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

CASTELLO BRANCO, Manoel T. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1930.

FALCÃO, João. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: testemunho e depoimento de um soldado convocado**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

MORAES, João B. M. de. **A FEB pelo seu comandante**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.

PALHARES, Gentil. **De São João del-Rei ao vale do Pó**. São João del Rei: Gráfica do Diário do Comércio, 1951.

VIEGAS, Augusto. **Notícia de São João del-Rei**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2ª Ed., 1953.

BIBLIOGRAFIA

BETHELL, Leslie. e ROXBOROUGH, Ian (orgs.). **A América Latina - Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CAPELATO, Maria H. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. (orgs). **O Brasil Republicano 2. O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 107-143.

CARNEIRO, Maria L. Tucci. *O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional*. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 327-340.

CARONE, Edgard. **A terceira república (1937-1945).** 2ª ed. São Paulo: Editora Difel, 1982.

_____. **O Estado Novo (1937-1945).** 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1988.

CARVALHO, Virgínia G**. Ex-combatentes do Brasil: entre História e a Memória (1945-2009)**. (Dissertação de Mestrado). Recife: UFPE, 2010.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. 2ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

D'ARAÚJO, Maria C. *Nos braços do povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas*. In: **As instituições da era Vargas**. Rio de Janeiro: EDUERJ: FGV, 1991, p. 97-118.

DE LUCA, Tânia R. *Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos***.** In: PINSKY, Carla. (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 132-142.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma outra guerra Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. (Tese de Doutorado em História). Florianópolis: UFSC, 2002.

FERRAZ, Francisco César Alves. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

FERREIRA, Jorge. *A democratização de 1945 e o movimento queremista*. In FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano 3 – O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-46.

GAIO SOBRINHO, Antônio. **História do Comércio em São João del-Rei**. São João Del Rei: Sindicato do Comércio Varejista de São João del-Rei, 1997.

_____. **São João del-Rei - 300 anos de histórias**. São João del-Rei: [s.n.], 2006.

GIAROLA, Regina C. G. **O imigrante italiano em São João del-Rei (1888-1930)**. (Monografia de final de curso em História). São João del-Rei: FUNREI, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. *Ideologia e trabalho no Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 53-72.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LINS, Maria de L. F. **A Força Expedicionária Brasileira: Uma Tentativa de Interpretação**. (Dissertação de Mestrado em História). SP: Editoras Unidas Ltda, 1975.

LIRA, Clarice H. S. **O Piauí em tempos de Segunda Guerra: Mobilização local e as experiências do contingente piauiense da FEB**. (Dissertação de Mestrado em História). Teresina: UFPI, 2008.

MAXIMIANO, César C. **Barbudos, sujos e fatigados. Soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010.

MCCANN, Frank D. **Aliança Brasil – Estados Unidos (1937 – 1945).** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MERON, Luciano B. **Memórias do front: Relatos de veteranos da FEB**. (Dissertação de Mestrado em História). Salvador: UFBA, 2009.

MONTENEGRO, Antônio T. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992.

MOURA, Gerson. **Relações Exteriores do Brasil (1939 – 1950): mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Brasília: FUNAG, 2012.

_____. **Tio Sam chega ao Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Dennison de**. Os soldados alemães de Vargas**. Curitiba: Juruá, 2011.

_____. *Relações internacionais militares Brasil-EUA na Segunda Guerra Mundial: o caso das comissões militares conjuntas*. In: **Anais eletrônicos do XXVIII Simpósio nacional de História. Lugares dos historiadores velhos e novos desafios**. Florianópolis (SC): ANPUH, 27-31 julho 2015.

PANDOLFI, Dulce C. *Os anos 1930: as incertezas do regime***.** In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília A. N. **O Brasil Republicano. Volume 2**, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003, p. 13-38.

SANDER, Roberto. **O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil Vai à Guerra: O Processo de Envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Barueri: Manole, 2003.

SILVA, Hélio. **O Brasil declara guerra ao "Eixo": 1943-1945**. 12 vol. São Paulo: Editora Três/Editora Brasil 21, 2006.

SILVA, Marina H. C. **Vivendo com o outro: os alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial**. (Tese de Doutorado em História). Salvador: UFBA, 2007.

SODRÉ, Nelson W.; SODRÉ, Olga (orgs.). **Desenvolvimento brasileiro e luta pela cultura nacional**. Itu: Ottoni Editora, 2010.

TEIXEIRA, Francisco M. P.; TOTINI, Maria E. **História Econômica e Administrativa do Brasil**. São Paulo: Ática. 4ª Ed., 1994.

THEODORICO, Lopes; TORRES, Gentil. **Ministros da Guerra do Brasil: 1808-1950**. 4 ed. Rio de Janeiro, 1950.

WILLMOTT, H. P. et. al. **Segunda Guerra Mundial**. Tradução de Ricardo A. Rosenbusch; Alexandre Tuche. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.